

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM
EDUCAÇÃO FÍSICA**

**A DECADÊNCIA IDEOLÓGICA CONTEMPORÂNEA E A
EDUCAÇÃO FÍSICA: AS INCIDÊNCIAS SOBRE A PÓS-
GRADUAÇÃO**

AMANDA CORRÊA PATRIARCA

**BRASÍLIA
2012**

A DECADÊNCIA IDEOLÓGICA CONTEMPORÂNEA E A EDUCAÇÃO FÍSICA: AS INCIDÊNCIAS SOBRE A PÓS- GRADUAÇÃO

AMANDA CORRÊA PATRIARCA

Dissertação apresentada à
Faculdade de Educação Física da
Universidade de Brasília, como
requisito parcial para obtenção do
grau de Mestre em Educação
Física.

ORIENTADOR: EDSON MARCELO HÚNGARO

DEDICATÓRIA

A meus pais pelo esforço diário da sobrevivência e pelo exemplo de vida. Em especial, à minha mãe, pela mulher linda, forte, sensível, sábia e amiga. Enfim, pela imensurável força e persistência que sempre me ensinaram a nunca desistir diante de um problema. À linda guerreira, que mesmo frente a uma enorme batalha, nunca desceu do salto e nunca estremeceu sua fé, e que a cada obstáculo, me prova cada vez mais seu amor incondicional e sua lealdade às filhas e amigos. Por fazerem de mim, o que sou hoje, através de ensinamentos de justiça, lealdade e força. Obrigada por tudo!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pelo dom da vida.

A meus pais (Jair e Marlene) por todos os momentos de dificuldade, aflição e felicidade, que só me fizeram crescer. Pelo exemplo de caráter, retidão e justiça, vocês são, antes de tudo, meus mestres.

Às minhas irmãs (Aline, Angélica e Núbia [de coração]) por todos os momentos de brigas, risadas, segredos compartilhados, incentivos e omissões de erros cometidos.

Ao meu amigo e companheiro, Pedro. Pelo amor a mim dedicado, pela paciência, pela força e incentivo a mim direcionados, pelas ajudas acadêmicas (que não foram poucas), pela compreensão de minhas angústias, chatices, desespero e ausências e por todos os momentos que estive ao meu lado, principalmente nos mais difíceis. Você é muito especial para mim!

À toda minha família pelo suporte emocional, pelo incentivo e pela compreensão nos momentos de ausência.

A todos os professores da FEF/UFG que foram fundamentais no começo da minha caminhada acadêmica, em especial aos professores Nivaldo e Fernando que foram essenciais em meu crescimento acadêmico.

Aos colegas e amigos do GEPELC e da turma 2006-2009 que foram primordiais no meu amadurecimento pessoal e profissional. Pela sincera amizade que surgiu da convivência quase diária e que ainda hoje, mesmo com a distância, se faz presente.

Aos colegas e amigos do AVANTE, que proporcionam um debate qualificado em torno dos temas da Educação Física, e pelas relações que extrapolam os muros da Universidade. Vocês fazem “minha Brasília” ser mais colorida.

Em especial, ao orientador, camarada, e acima de tudo, amigo Marcelo Húngaro, que foi essencial no meu processo de amadurecimento acadêmico e pessoal. Por cada abraço amigo nos momentos difíceis e de desespero, pelos ouvidos atentos aos meus questionamentos, pelas conversas fiadas e pela sincera amizade que surgiu dessa orientação.

A todos esses citados, aos lembrados e aos que sempre estiveram presentes nessa jornada. A todos que possibilitaram à minha caminhada acadêmica e pessoal, o meu...
MUITO OBRIGADA!!!

SUMÁRIO

	Página
RESUMO.....	5
ABSTRACT.....	6
INTRODUÇÃO.....	8
1.A MODERNIDADE COMO PROJETO REVOLUCIONÁRIO.....	13
1.1 A Gênese da Modernidade: a crise do feudalismo e a ascensão da burguesia.....	13
1.2 A trajetória ideológica da Burguesia.....	19
1.2.1 O Pensamento burguês em sua fase ascendente.....	20
1.2.2 O Pensamento burguês em sua fase de decadência.....	24
1.3 As implicações da Decadência Ideológica na Modernidade....	31
2.A EXPRESSÃO IRRACIONALISTA DA DECADÊNCIA IDEOLÓGICA DO PENSAMENTO BURGUESES: A “AGENDA PÓS-MODERNA”.....	43
2.1 A Gênese da Pós-Modernidade.....	45
2.2 A Economia na Pós-Modernidade.....	51
2.3 A Política na Pós-Modernidade.....	56
2.4 A Cultura na Pós-Modernidade.....	63
2.4.1 A incidência na Arte.....	64
2.4.2 A Ciência na Pós-Modernidade.....	67
2.5 A inserção das ideias Pós-Modernas no Brasil.....	78
3. A DECADÊNCIA IDEOLÓGICA DO PENSAMENTO BURGUESES E A EDUCAÇÃO FÍSICA.....	82
3.1 A ascensão do pensamento da Educação Física.....	83
3.2 A Decadência do Pensamento da Educação Física: A influência da Pós-Modernidade.....	90
4. A PÓS-GRADUAÇÃO NA EDUCAÇÃO FÍSICA.....	101
4.1 O Histórico da Pós-Graduação em Educação Física.....	101
4.2 A Avaliação da Pós-Graduação.....	104
4.3 O Qualis.....	109
4.4 As Análises dos Professores.....	114
4.4.1 A discrepância nas publicações.....	114
4.4.2 O Histórico da Pós-Graduação em Educação Física.....	115
4.4.3 Relatos de Experiências de Programas.....	117
4.4.4 Divulgação e Apropriação do Conhecimento.....	117
4.4.5 Livro como Produção Intelectual.....	121
4.4.6 Produtivismo estimulado pela Avaliação.....	125
CONCLUSÃO.....	130
REFERÊNCIAS.....	138
APÊNDICES.....	143

RESUMO

Este trabalho se configura como uma revisão de literatura com pesquisa documental e debate teórico acerca da avaliação da Pós-Graduação em Educação Física, balizado pela análise da trajetória ideológica da burguesia. Buscamos compreender o Projeto da Modernidade – fase ascendente do pensamento burguês – e o que tem sido defendido como a “Agenda Pós-Moderna” –, entendendo que esta é a expressão atual da decadência ideológica da burguesia, em viés irracionalista. Compartilhamos com Coutinho (2010) a noção de que a decadência ideológica se divide em dois vieses, o do irracionalismo e o da “miséria da razão”. Para melhor compreendermos a relação entre essa decadência ideológica e a avaliação da pós-graduação, buscamos a mediação com os critérios que balizam essa avaliação, bem como, com as análises que os professores credenciados aos programas têm feito em relação ao tema. Não tivemos a pretensão de apontar caminhos conclusivos, mas apresentar o problema para levantar o debate, buscando, a partir da batalha das ideias, uma maturação e um posicionamento crítico frente ao problema da produção científica da Educação Física.

Palavras-chave: Decadência Ideológica, Produção do Conhecimento, Pós-Graduação, Educação Física.

ABSTRACT

This work is configured as a literature review with documentary research and theoretical debate about the assessment of Graduate in Physical Education, buoyed by analyzing the ideological trajectory of the bourgeoisie. We seek to understand the Project of Modernity - ascending phase of bourgeois thought - and that has been advocated as the "Agenda Postmodern" - believes that this is the current expression of the decadence of bourgeois ideological, irrational bias. We share with Coutinho (2010) the notion that the decay is divided into two ideological biases, and the irrationalism of the "misery of reason." To better understand the relationship between this ideological decadence and evaluation of graduate education, we seek mediation with the criteria that guide this assessment, as well as with the analyzes that teachers accredited programs have done on the topic. We did not have the pretension to point out ways conclusive, but present the problem to raise the debate, seeking from the battle of ideas, a maturation and a critical problem facing the scientific output of Physical Education.

Keywords: Ideological Decay, Knowledge Production, Postgraduate, Physical Education.

Sem um fim social, o saber será a maior das futilidades.

Gilberto Freyre

INTRODUÇÃO

Os anos 1980 foram muito importantes para a história política do Brasil, pois os resultados de 20 anos de lutas contra a “ditadura da burguesia fardada” começaram a ser sentidas no cenário nacional.

Húngaro (2010) afirma que

Alguns fatos demonstram a profundidade dessas mudanças: o dossiê “Brasil Nunca Mais”, com as denúncias dos atos de terror praticados pelo governo autoritário (as torturas e os assassinatos); o movimento pela anistia; o fim do bipartidarismo; o surgimento de novas instituições políticas, representativas dos interesses dos trabalhadores (a fundação do Partido dos Trabalhadores/PT e da Central Única dos Trabalhadores/ CUT, por exemplo); o retorno do PCB à legalidade (em 1985); a luta pelas eleições diretas para presidente (com o movimento das “Diretas-Já”); as vitórias eleitorais da esquerda, em alguns municípios importantes (como em São Paulo, por exemplo, em 1989); entre outros. (HÚNGARO, 2010)

Essa mudança progressista na política refletiu no campo da Educação Física, que, teoricamente, começou a questionar sua histórica funcionalidade. Ou seja, passou a questionar seu papel no desenvolvimento e manutenção do *status quo*, que atendia [e ainda atende] aos interesses do capital.

A Educação Física, como sabemos, mantinha uma estreita relação com o militarismo e com a medicina higienista e tinha o intuito de fortalecer a população, deixando-a mais saudável, forte e resistente.

A partir da década de 80, portanto, inicia-se um movimento engajado com a transformação da sociedade capitalista. E com a Educação Física pensada como instrumento de desmistificação.

Essa mistificação pela qual a EF era um instrumento, foi denunciada inicialmente por João Paulo Subirá Medina em sua obra *Educação Física cuida do corpo e... ‘mente’*, que inaugurou o período de reflexão crítica e contestadora, conhecido como o “Movimento Renovador”, que apontou as

crises da EF e os caminhos para superá-las. Medina em sua coragem inaugura esse debate apresentando:

o quadro de miséria das consciências; a essência do ato educativo e as relações da Educação Física com ele; o problema da fragmentação decorrente da crescente especialização das ciências – própria do positivismo; a denúncia da empobrecida formação do profissional da Educação Física; a crítica à enviesada compreensão da relação teoria e prática; um importante, embora inicial, mapeamento das concepções de Educação Física (convencional, modernizadora e revolucionária); a defesa de uma Educação Física revolucionária e o chamamento para a necessidade de se construir uma nova Educação Física, comprometida com a utopia, que ainda estava por se fazer: *“(...) uma Educação Física verdadeiramente revolucionária ainda está por se fazer. Ela apenas existe em estado potencial (em concepção) para aqueles que não se conformam com a triste e sombria perspectiva colocada diante de nós, caso não comecemos a questionar de maneira radical, rigorosa e global, os atuais valores culturais que nos condicionam. Esta última concepção ainda não se caracterizou como um projeto organizado capaz de agir coletivamente, promovendo o ser humano a melhores níveis existenciais através do movimento.”* (MEDINA, 1983, p. 85). (HÚNGARO, 2010)

Medina deixou claro que o “caminho’ para a construção de uma Educação Física comprometida e revolucionária exigiria uma crítica teórica que mantivesse vínculos com a teoria social” (HÚNGARO, 2010). Medina apresenta os caminhos, fazendo mediações com a Educação e com autores importantes da tradição marxista.

Contemporaneamente a Medina, vimos surgir importantes críticas para a renovação da EF, tais como Vitor Marinho de Oliveira, Celi Taffarel, Lino Castellani Filho, Valter Bracht, Apolônio Abadio do Carmo, Michele Escobar, Carmem Lúcia Soares, Mauri de Carvalho, Nivaldo Nogueira David, João Batista Freire, entre outros.

Esse contexto corresponde ao período em que a EF se arejou e em que foi verdadeiramente progressista. Quando nossos autores foram “beber” nas águas da Educação e de outras áreas, é que se deu um salto qualitativo em

nossa literatura, e buscou-se uma “curvatura da vara”¹ para o outro extremo. Ou seja, saiu-se de um extremo – instrumento da burguesia através da higienização e eugeniização da população –, a outro extremo – o contraponto ideológico crítico e reflexivo para a mudança das raízes do capitalismo.

No entanto, esse “Movimento Renovador”, crítico, progressista e do “ponto de vista dos de baixo”, se confrontou com um contexto conservador e reacionário que surgiu, a partir da década de 1970, como resposta aos desdobramentos das crises do capitalismo. Esta é a mais recente expressão da decadência ideológica burguesa: a pós-modernidade.

Algumas alterações foram sentidas em âmbito político, econômico e social. Essas alterações se dão no sentido de mistificar o pensamento crítico e combater as concepções da Revolucionária Modernidade que ainda hoje encontra seus herdeiros.

Nesse aspecto, as críticas feitas à racionalidade Moderna, e não ao capitalismo, alteraram o modo de fazer ciência nas Áreas das Ciências Humanas e Sociais e, também, na Educação Física.

Dessa forma, quando a concepção crítica e revolucionária da Educação Física começa a tomar força, é impedida de se desenvolver. Impedida por conta da “Crise de Paradigma” instaurada nos anos 90. Essa crise impacta no fazer científico, fazendo da Educação Física pós-crítica, sem ter sido, de fato, crítica; pós-marxista sem ter sido marxista e; pós-moderna, sem ter sido moderna².

Para além do estímulo ao irracionalismo pós-moderno que confrontou e mudou os rumos da Educação Física revolucionária dos anos 80 e 90, vivemos hoje o que Carlos Nelson Coutinho (2010) atribui à decadência ideológica da burguesia, que é o estímulo à “miséria da razão”. Defendemos a ideia de que esse estímulo se dá por intermédio das políticas de avaliação da pós-graduação, que operam com instrumentos quantitativos de produção científica, não dando a devida atenção à qualidade das publicações.

Para a reversão desse quadro, faz-se necessário que a realidade tenda para a teoria e para isso é fundamental a emergência de um movimento de massas que seja uma

¹ Alusão a Teoria da Curvatura da Vara de Dermeval Saviani.

² Em sentido hegemônico.

ameaça concreta à ordem do capital. Enquanto tal movimento não se torna visível, no debate acadêmico, cabemos a “batalha das ideias” que, tendo em vista as circunstâncias concretas em que ela vem sendo travada, exige a retomada da interlocução com Marx. Apesar de insuficiente, Marx é absolutamente necessário para a compreensão das complexas determinações da sociedade contemporânea e tal compreensão, por sua vez – na melhor inspiração moderna – é vital para alimentar uma intervenção revolucionária. (HUNGARO, 2010)

Nosso papel, então, enquanto comunidade científica é lutar para que esses critérios não “destruam nossa razão”. E fazer da “batalha das ideias” nosso campo de luta, firme e consciente, para conquistarmos espaço e adeptos, para que um dia vejamos a “realidade tendendo para a teoria”.

Entendemos dessa forma, e, portanto, enquanto seres humanos, participantes dessa sociedade, estamos lutando para construir uma ciência de qualidade, com compromisso social, de modo a buscar diminuir as “misérias humanas”.

Em sendo assim, este trabalho se trata de uma revisão de literatura, com pesquisa documental e debate teórico, que visa à compreensão da Modernidade e da Pós-Modernidade no âmbito da ciência, buscando uma análise da contemporânea expressão decadente que perpassa a política da pós-graduação em Educação Física e sua avaliação.

Para facilitar a compreensão, apresentamos: no capítulo I, *A Modernidade como Projeto Revolucionário*, o histórico da Modernidade, a partir da crise do feudalismo e consolidação do capitalismo, com o protagonismo e ascensão da burguesia como classe revolucionária e, em seguida, reacionária. Buscamos, também, compreender como se deu a trajetória ideológica da burguesia, em suas fases de ascensão e decadência.

No capítulo II, *Expressão Irracionalista da Decadência Ideológica do Pensamento Burguês: a “Agenda Pós-Moderna”*, buscamos compreender a contemporânea expressão da decadência ideológica burguesa, a Pós-Modernidade, apresentando sua gênese, bem como os desdobramentos ocorridos na economia, política, cultura e, em especial, na ciência, apresentando também, a sua inserção no cenário brasileiro.

No capítulo III, *A Decadência Ideológica do Pensamento Burguês e a Educação Física*, apresentamos um histórico da ascensão do pensamento da Educação Física, o conhecido “Movimento Renovador” – em que tivemos a inserção do pensamento crítico na produção teórica da Educação Física –, bem como a crescente influência da Pós-Modernidade nas elaborações teóricas atuais.

No capítulo IV, *A Pós-Graduação na Educação Física*, apresentamos um histórico da pós-graduação em Educação Física, seu processo de avaliação, bem como os instrumentos utilizados para sua concretização (Qualis Periódico e Qualis Livro). Em seguida, apresentamos a análise dos dados da pesquisa realizada com os professores credenciados nos programas de pós-graduação em Educação Física.

Não tivemos, aqui, a pretensão de apontar caminhos conclusivos, ou saturar de determinações nosso objeto. Este trabalho se configurou como a sistematização das primeiras aproximações com o debate teórico e com o processo de avaliação da pós-graduação. E, portanto, ainda, superficial de um tema bastante vasto, complexo, relevante e atual. Portanto, este é apenas o esboço pessoal de um estudo realizado sobre o tema.

CAPÍTULO I

A MODERNIDADE COMO PROJETO REVOLUCIONÁRIO

Nessa primeira parte, interessa-nos demonstrar que a Modernidade não é um bloco homogêneo e, também, não se trata apenas de um projeto ideocultural, como pensam seus críticos “pós-modernos”. Trata-se, como veremos, de um período histórico – ainda em vigor – que coincide com a origem e a consolidação do capitalismo.

Em sua primeira fase, tratou-se de um projeto inovador revolucionário que almejava a superação do feudalismo. A heterogeneidade da Modernidade está relacionada ao papel desempenhado pela burguesia no processo renovador revolucionário. Podemos afirmar, portanto, que em sua fase revolucionária as expressões teóricas desenvolvidas pelo pensamento burguês representavam um avanço para todos os homens, uma vez que seus interesses eram histórico-universais. Quando a burguesia, por fim, obtém a superação do feudalismo e se coloca como classe dominante, tem-se um período de decadência ideológica no qual suas formulações se centram em justificar o existente.

Nesse contexto, a Modernidade se fragmenta em, pelo menos, dois vetores: um revolucionário (protagonizado pelo nascente proletariado) e outro conservador (protagonizado pela burguesia). Tal distinção é de fundamental importância para não efetivarmos uma generalização indevida.

1.1. A GÊNESE DA MODERNIDADE: A CRISE DO FEUDALISMO E A ASCENSÃO DA BURGUESIA.

Desde o século V, a estrutura produtiva europeia estava assentada no feudalismo. Nele, a economia se baseava, prioritariamente, na produção agrícola. Tal produção se materializava em grandes propriedades de terra arrendadas pelos senhores feudais e cultivadas por seus servos. O instrumento de medida de riqueza, à época, era a propriedade imobiliária representada pelo acúmulo dessas terras. Nesse contexto, a Igreja Católica era a mais rica

instituição, pois era a maior proprietária de terras. Tal poder advinha, segundo Huberman (1983), do fato de que:

Homens preocupados com a espécie de vida que tinham levado, e desejosos de passar para o lado direito de Deus antes de morrer, doavam terras à Igreja; outras pessoas, achando que a Igreja realizava uma grande obra de assistência aos doentes e pobres, desejando ajudá-la nessa tarefa, davam-lhe terras; alguns nobres e reis criaram o hábito de, sempre que venciam uma guerra e se apoderavam das terras do inimigo, doar parte delas à Igreja; por esses e por outros meios a Igreja aumentava suas terras, até que se tornou proprietária de entre um terço e metade de todas as terras da Europa ocidental. (apud HÚNGARO, 2001: 62)

A burguesia – ainda incipiente – dedicava-se, até então, a uma espécie de “pequeno comércio” realizado nos burgos, mas, sabe-se, foi, na sequência histórica, a principal protagonista na origem e desenvolvimento do capitalismo. Muito desse protagonismo se deveu ao importante fortalecimento advindo das Cruzadas³.

Na realização das Cruzadas, entre os séculos XI e XIII, os burgueses foram levados com a incumbência de abastecer as tropas. A realização de tal desígnio fez com que acumulassem uma considerável soma de riqueza mobiliária, ou seja, retornam fortalecidos como classe.

Além disso, são beneficiados com a criação de uma demanda mercantil: os homens europeus tomaram contato, no Oriente, com um sistema comercial

³As Cruzadas foram guerras estimuladas pela Igreja Católica com o intuito de aumentar seu poderio ideológico e econômico com a justificativa de difundir o Evangelho. Huberman (1983 apud Húngaro, 2001: 64) afirma que “As cruzadas levaram novo ímpeto ao comércio. Dezenas de milhares de europeus atravessaram o continente por terra e mar para arrebatam a Terra Prometida aos muçulmanos. Necessitavam de provisões durante todo o caminho e os mercadores os acompanhavam a fim de fornecer-lhes o de que precisassem. Os cruzados que regressavam de suas jornadas (...) traziam com eles o gosto pelas comidas e roupas requintadas que tinham visto e experimentado. Sua procura criou um mercado para esses produtos. [...] Frequentemente, as guerras fronteiriças contra os muçulmanos, no Mediterrâneo, e contra as tribos da Europa Oriental eram dignificadas pelo nome de Cruzadas quando, na realidade, constituíam guerras de pilhagens e por terras. A Igreja envolveu essas expedições de saque num manto de respeitabilidade, fazendo-as aparecer como se fossem guerras com o propósito de difundir o Evangelho ou exterminar pagãos, ou ainda defender a Terra Santa”.

muito mais desenvolvido e organizado, com a comercialização de tecidos finos, temperos, especiarias e outros produtos, até então, desconhecidos.

Os burgueses, então, nessa empreitada, aprenderam a organizar o sistema mercantil e enriqueceram à custa dessa e dos novos produtos trazidos ao comércio europeu, pois tinham nos cruzados regressos os primeiros consumidores desses produtos.

Com o passar do tempo, tem-se um relevante fortalecimento econômico da burguesia, que, ironicamente, deveu-se à própria ganância da Igreja Católica. Ou seja, a principal classe revolucionária do feudalismo se originou de um “tiro que saiu pela culatra” da Igreja Católica. Certamente, não era um objetivo da Igreja o fortalecimento econômico da burguesia, uma vez que, entre os seus atos, estava a proibição do lucro. Estava certa a Igreja em sua estratégia de dominação, pois, como demonstrou a história, este crescimento econômico da burguesia, com o passar do tempo, materializou-se em poder político.

Do ponto de vista político, na estrutura feudal, a Igreja Católica cumpria um importante papel no exercício do poder. Era a garantidora do “cimento ideológico”, pois entre as suas explicações, afirmava que a verdade era uma revelação divina – acessível apenas aos clérigos – e que era legítimo o poder nas mãos dos nobres, pois estes, em conjunto com os clérigos, eram os verdadeiros representantes de Deus na Terra.

Quando ameaçado seu poder político, a Igreja respondia contundentemente. A chamada “Santa Inquisição” foi uma prova eloquente dessa contundência. Todo e qualquer movimento questionador do poder político-ideológico da Igreja deveria ser combatido veementemente. “Santa Inquisição” combinada com a “Contra Reforma” foram expressões emblemáticas da força das respostas da Igreja Católica, mas, ao mesmo tempo, indicativos de que movimentos contra-hegemônicos estavam em processo. De toda maneira, as dificuldades para o fortalecimento de um movimento desse tipo não eram pequenas.

Além dos entraves advindos do poderio ideológico e financeiro da Igreja Católica, a própria estrutura produtiva feudal – fundada em grandes propriedades de terra, dirigidas por Senhores Feudais e com moedas, leis e

exércitos particulares – dificultava o fortalecimento de um movimento contra-hegemônico.

Nesse contexto, o revés “ tiro pela culatra ” da Igreja Católica foi decisivo para o fortalecimento da burguesia e, com ele, a origem de um movimento de fato contra-hegemônico: o Absolutismo.

O “renascimento” do comércio e as Cruzadas enriqueceram a burguesia que, com dinheiro no bolso, propôs uma aliança com o Rei: este teria poder **absoluto** – garantido, entre outras coisas, pelo financiamento de um exército real – desde que, em contrapartida, unificasse os feudos em forma de Estado Nação. Tal unificação favoreceu a atividade comercial, pois, em cada Estado Nação, houve a padronização da moeda, a universalização dos impostos, a segurança do exército nacional, a criação de um mercado também nacional e, o melhor, o enfraquecimento do poder da Igreja Católica. O acúmulo de metais e dinheiro suplanta o de terras como instrumento de medida de riqueza. O Estado Nacional – esta representação política da aliança entre a burguesia e a nobreza – acaba por favorecer o fortalecimento do capitalismo em sua primeira forma: o mercantilismo.

Como as mudanças radicais (nas raízes) de uma sociedade envolvem alterações significativas e de totalidade ao mesmo tempo em que se fortalece o mercantilismo e o Estado absolutista, tem-se, também, o fortalecimento de novas ideias, questionadoras do “cimento ideológico” que foi o sustentáculo da estrutura feudal.

Assim, a burguesia, por volta do século XVI, foi a principal responsável pelas mudanças ocorridas na Arte, na Literatura, na Filosofia e na Religião com o questionamento das falaciosas afirmações sustentadas pela Igreja Católica, especialmente aquelas com conteúdos fortemente anti-humanistas.

Em razão das significativas mudanças trazidas pelo mercantilismo, não havia mais como sustentar a ideia de que os homens eram “ruins por natureza”, em decorrência do “pecado original”, tampouco que os homens estavam destinados à miséria, como forma de se livrarem desse pecado original. Nesse contexto, trata-se de um homem que, “guiado pelas estrelas” e, principalmente, por uma bússola – entre outras coisas –, sai do continente europeu e, navegando, chega precisamente à América. E o melhor: sem cair fora do mundo quando ultrapassa a linha do horizonte!

Este é o contexto do chamado Renascimento⁴, um período no qual a Igreja Católica tem seu domínio ideológico questionado tanto pela filosofia quanto pela ciência moderna. Trata-se da passagem do “teocentrismo” para o “antropocentrismo”. A fé começa a perder espaço para a razão.

A fé, como se sabe, funda-se na crença e a ciência, na dúvida. A verdade deixa de ser, portanto, uma revelação e passa a ser compreendida como uma “descoberta”, resultado do exercício racional da dúvida. Não se faz religião com dúvida. Os homens, aos poucos, vão se percebendo como seres racionais e, portanto, como aqueles a quem é possível a “descoberta da verdade”. Essa é a essência do **racionalismo**: é a razão humana e não a fé que distingue o verdadeiro do falso!

Nesse exercício racional, visando à descoberta científica, caberia aos homens o estabelecimento de um “caminho” adequado. Em outras palavras, caberia o estabelecimento de um **método**. Não é por acaso que a obra inauguradora da filosofia moderna tenha sido “O Discurso do Método” de René Descartes. Foi o primeiro pensador, no âmbito da filosofia, a tratar especificamente de regras para o “bom pensar”.

Como desdobramento desse movimento, assistiu-se a uma hipertrofia do Racionalismo, que teve por resultado a Revolução Científica (durante o século XVII). Essa revolução científica se deu, fundamentalmente, pela defesa do método científico, que deveria “basear-se na objetividade e na dúvida metódica, de modo a garantir a eliminação da interferência da subjetividade e dos preconceitos de quaisquer espécies na observação e na experimentação”, que eram as características da atividade científica (EVANGELISTA, 2007, p. 44). Desatam-se, assim, as amarras religiosas no modo do ser e do agir social.

Em síntese, o que pretendemos, até aqui, demonstrar foi a relação entre as circunstâncias históricas e o surgimento de novas ideias. No caso específico, o que se assistiu foi o seguinte: o renascimento do comércio, posteriormente, estimulado pelas Cruzadas, fez com que uma nova classe social – a burguesia – tivesse um significativo fortalecimento. Este fortalecimento econômico veio acompanhado de questionamentos ao “cimento ideológico” que sustentava a ordem feudal: a religião.

⁴Renascimento é a expressão utilizada para sintetizar as mudanças ocorridas por influência da Modernidade na arte, na filosofia e na ciência.

Com o fortalecimento econômico e ideológico veio, também, o político. O arranjo do Estado Nação – a aliança entre burguesia e o Rei – é a expressão eloquente do início da conquista do poder político. Mas a burguesia queria mais: por que sustentar o Rei quando ela própria poderia ser a classe no poder?

O que torna uma classe revolucionária em sua época é o fato de ser a representante dos interesses universais (COUTINHO, 1998). A burguesia, nesse período, cumpriu tal papel revolucionário. Muitos dos seus interesses coincidiam com os das classes subalternas (campesinato e o “protoproletariado” de então).

A burguesia passa a protagonizar, no âmbito da política, uma série de movimentos revolucionários, tais como: a Revolução Gloriosa, na Inglaterra (1688); a Revolução Americana (1776) e a Revolução Francesa (1789). Tais revoluções, combinadas com a Revolução Industrial (meados do século XVIII) constituíram a superação do feudalismo.

Nesse processo, a burguesia trouxe consigo – em alguns países mais (França) em outros menos (Inglaterra) – as classes subalternas em razão da defesa de interesses universais, tais como: educação pública, gratuita e laica; o Estado laico; a “reforma agrária”; o controle dos preços dos produtos de primeira necessidade; a República, entre outros. Eis a razão da adesão das massas populares às lutas burguesas.

O capitalismo, à época, configurava-se como uma superação (em sentido progressista) do feudalismo. Essa mudança na estrutura social só foi possível pelas lutas travadas sob a “liderança” da burguesia já rica e insatisfeita com o jugo do monarca absoluto.

Do ponto de vista histórico, a Modernidade, em parte, é uma espécie de síntese de todo este processo revolucionário. É a expressão ídeo-cultural e política desse movimento e de suas características fundamentais: o Racionalismo; o Humanismo; e a busca pelo Método.

O Racionalismo, entendido como a defesa de que é a razão e não a fé que distingue o verdadeiro do falso. A verdade, nesse sentido, é descoberta e não revelada. O desdobramento necessário do racionalismo foi a Ciência Moderna.

Tal atividade racional que propicia a “descoberta científica” tem que estar assentada num caminho para tal. Este é o significado da palavra Método! Trata-se de uma característica que está diretamente articulada com o racionalismo. A razão, a fim de distinguir o verdadeiro do falso, deve ter método para o “bom pensar”. Não é à toa, portanto, que a discussão metodológica ganhou tanto destaque na Modernidade.

Por fim, o Humanismo é o reconhecimento de que é o Homem (o gênero humano) o protagonista do exercício racional. Assim, passa a ser inaceitável a ideia – útil ao “cimento ideológico” da ordem feudal – de uma natureza humana imperfeita por estar marcada pelo “pecado original”. Ao se refutar esta compreensão religiosa, tem-se, ao mesmo tempo, o fortalecimento do anseio humano pela felicidade. Ou seja, o humanismo racionalista julga que a organização da vida em sociedade tem que ter por finalidade a promoção da felicidade humana.

Este período corresponde à fase ascendente do pensamento burguês. Trata-se do período em que a burguesia foi classe revolucionária e, portanto, interessava-lhe retirar o “véu” que cobria a realidade social, ou seja, a luta pela verdade era, ao mesmo tempo, a luta pela superação daquela ordem social – o feudalismo – que atravancava a satisfação dos interesses burgueses.

A Modernidade, até aqui, corresponde ao período em que se tem a crise do feudalismo, a gênese e a consolidação do capitalismo. Nesse processo, a burguesia é a classe social que protagoniza as mudanças fundamentais – envolvendo aspectos culturais (Renascimento), políticos (Revoluções burguesas) e econômicos (Capitalismo) – assumindo uma postura extremamente revolucionária na história.

No entanto, a burguesia – depois de consolidar a sua posição de classe dominante – deixou de ser classe revolucionária e passou a estimular nos planos ídeo-cultural e político formulações que velam a compreensão da realidade social. Fê-lo assim para manter sua dominação. A este período, em que a burguesia se converte em classe conservadora, corresponde o que denominamos de período da “decadência ideológica” da burguesia. Tal período, também, constitui o que chamamos de Modernidade.

1.2. A TRAJETÓRIA IDEOLÓGICA DA BURGUESIA

De acordo com Coutinho (2010, p. 21) é possível distinguir com nitidez na História da Filosofia Burguesa duas etapas principais. A primeira vai dos pensadores renascentistas a Hegel, se caracteriza por um movimento progressista, ascendente, orientado no sentido da elaboração da racionalidade humanista e dialética. A segunda, ocorrida por volta de 1830 a 1848, é assinalada por uma progressiva decadência, pelo abandono mais ou menos completo das conquistas do período anterior, algumas definitivas para a humanidade, como é o caso das categorias do historicismo, do humanismo e da razão dialética. Este abandono corresponde à objetiva descontinuidade do desenvolvimento capitalista.

1.2.1 O pensamento burguês em sua fase ascendente

Em sua fase ascendente, que corresponde à superação do feudalismo, a burguesia representava objetivamente os interesses universais. Baseada no racionalismo, no humanismo e no historicismo concreto, a burguesia elaborou teorias progressistas – fundamentais ao seu movimento de ascensão – e que tinham na luta pela verdade um elemento central de caráter revolucionário. (Cf. COUTINHO, 2010, p. 22)

Nessa fase, a descoberta da verdade era o principal objetivo da ciência burguesa – também conhecida como filosofia burguesa clássica. Esse objetivo se assentava num princípio iluminista: *só transformamos aquilo que conhecemos*. Então, para mudar a realidade existente era preciso conhecê-la. Esse foi o papel fundamental do pensamento burguês ascendente: a luta por desvelar a realidade.

Para se compreender o Projeto da Modernidade (e a fase ascendente do pensamento burguês), tem-se que acompanhar o processo de afirmação da Razão, a partir do momento em que não são mais aceitáveis explicações de fundo religioso, de revelação divina. (HUNGARO, 2001)

Na Filosofia, este processo de “afirmação da razão”, na fase ascendente do pensamento burguês, vai de Descartes (1596-1650) a Hegel (1770-1831). Nesse rico processo ascendente da filosofia – do qual participaram inúmeros pensadores de grande porte, tais como: Espinosa, Hume, Locke, Voltaire, Kant,

entre outros –, significativas conquistas teóricas foram obtidas. Destacamos algumas: a afirmação do racionalismo; o fortalecimento do humanismo; a compreensão histórica da realidade e do homem; a busca pela verdade objetiva; a afirmação da dialética como estrutura da realidade e instrumento de conhecimento; a preocupação metodológica e a busca por análises totalizantes. (HUNGARO, 2001, p. 85).

Tais conquistas foram resultados de polêmicas travadas pelos filósofos da Modernidade. Descartes, por exemplo, julgava que o conhecimento racional não tinha por origem a experiência. Sabemos que todo empirismo britânico, especialmente o de Hume (1711-1776), contrapunha-se a tal compreensão. Mas ambas as correntes – racionalista subjetivista de Descartes e Empirista de Hume – defendiam o racionalismo. Outro exemplo: para Kant há alguns aspectos da realidade que são incognoscíveis, são as coisas em si – os *noumenons*, e há outros aspectos que são inteligíveis - os fenômenos. Para lidar com a realidade a razão humana se divide em sensibilidade e entendimento. A sensibilidade lida com os *noumenons* e o entendimento, com os fenômenos. Hegel discorda frontalmente dessa compreensão e afirma que o “verdadeiro é o todo”. Isso quer dizer que, por um lado, não há possibilidade de se fragmentar a realidade e, por outro, uma elaboração é tão mais verdadeira quanto mais se referir à totalidade (HUNGARO, 2001).

Tais exemplos demonstram que a Modernidade não é um período de elaborações homogêneas. Apesar disso, nesse contexto, seus pensadores estavam marcados pelo humanismo, pelo racionalismo e pela busca pelo método. Obviamente, com compreensões distintas sobre a estrutura da razão, bem como estabelecendo métodos distintos. Tudo isso visando a descoberta científica reveladora da verdade.

O conhecimento científico, dessa forma, passou a ser amplamente aceito e reconhecido, “pois a ciência chegou à descoberta de leis que ordenavam a natureza, permitindo, de forma crescente, o controle e a previsão dos mais diversos tipos de fenômenos naturais”. Assim, os pensadores iluministas procuravam também “aplicar a análise científica e racional para a descoberta de leis gerais que explicassem o funcionamento da sociedade, através da identificação e do conhecimento dos seus elementos constitutivos.” (EVANGELISTA, 2007, p. 44, 45).

Coutinho (2010, p. 29) afirma que “A filosofia da época clássica era uma forma de conhecimento aberta para a elaboração de um saber verdadeiro, desantropomorfizador, científico, ainda que não estivesse inteiramente liberta de deformações ideológicas”.

De acordo com Rouanet (1987), Kant, num ensaio intitulado “O que é o Iluminismo?” resume bem a ambiência do auge da Modernidade:

A resposta de Kant no ensaio citado é o próprio manifesto da modernidade: a atualidade em questão era a do Iluminismo, uma época *aufgeklärt*, cuja principal característica era permitir o acesso do homem à maioridade, pelo uso da razão. Sacudindo todas as tutelas, religiosas e políticas, o homem podia chegar à condição adulta, pelo uso da razão. “Sapere aude! Ousa servir-te de tua razão! Eis o lema do Iluminismo”. (ROUANET, 1987, p. 239)

A intenção subjacente era a de que o gênero humano ascendesse de um estado de menoridade intelectual para outro de maturidade: de autonomia. Por isso a preocupação dos autores do período em elaborar teorias que afirmassem o entendimento e a explicação do mundo por meio da Racionalidade.

Tal defesa da autonomia – do estado de maioridade – intelectual, como vimos, está diretamente articulada com o conjunto de transformações pelas quais o mundo, na época, vinha passando. Tais transformações ocorreram em todos os aspectos da vida social e estão interligadas, pois, a realidade, como pensava Hegel, constitui um “todo articulado”.

As transformações no âmbito cultural (arte, ciência e filosofia), no âmbito político (desde a construção do Estado Absolutista até o período das Revoluções burguesas) e no econômico (ascensão do capitalismo, inicialmente em sua forma mercantil e, posteriormente, em sua forma amadurecida de caráter industrial) estão, como já vimos, intrinsecamente relacionadas:

Naturalmente, o Estado feudal absolutista tinha de ser remetido ao passado ao longo da fase ascendente do desenvolvimento do capital, pois era claramente incompatível com as novas relações de dominação e subordinação de classe – muito embora, significativamente, as formas mais extremas de aplicação de poder autoritário e

ditatorial tenham sido preservadas pelo capital, tendo em vista seus estados de emergência. (MESZAROS, 2009, p. 305)

Ocorre que esta fase de ascensão do pensamento burguês é abandonada tão logo a burguesia se torna classe conservadora, ou seja, uma vez instalada no poder, almeja a manutenção de seus privilégios. Nessa conversão, o acúmulo de riqueza passa a se assentar na exploração do trabalho e no aprofundamento da desigualdade social.

Outra classe social – que foi resultado do processo de ascensão da burguesia com o capitalismo industrial –, o proletariado assume, historicamente, o papel de classe revolucionária.

Do ponto de vista histórico, esse processo de conversão da burguesia em classe conservadora e a assunção do proletariado à condição de classe revolucionária, pode ser notado entre 1830-1848.

Os herdeiros do pensamento burguês da fase ascendente serão os proletários, representados por seus intelectuais, especialmente por Marx (1818-1883) e Engels (1820-1895). Eles serão os herdeiros das conquistas emancipatórias da Modernidade: o humanismo, o historicismo concreto e a razão dialética. Tais conquistas serão incorporadas na síntese da Filosofia Clássica Alemã com a Economia Política Inglesa (empreendendo sobre ela uma rigorosa crítica) e com o Socialismo Francês. Tal síntese devemos a Marx e Engels.

Infelizmente, tais conquistas – que em grande parte havia ajudado a construir – são abandonadas pela burguesia quando se voltaram contra ela. As “armas da crítica” foram apontadas para a própria burguesia. Cobia, então, em seu projeto de manutenção da dominação, desqualificá-las ou empobrecê-las. Tem início a fase decadente do pensamento burguês. Nessa fase, suas elaborações teóricas passam a estimular, em momentos de estabilidade, a **Razão Instrumental** e, em momentos de crise, o **Irracionalismo**. (COUTINHO, 2010)

Marx foi o primeiro a sinalizar este processo e Lukács, ao tratar da decadência ideológica, recupera as elaborações marxianas:

Marx descobriu e escreveu, pela primeira vez, a história dessa decomposição. Sua caracterização sumária, feita por Marx (no que diz respeito ao período 1820-1830) torna-se, ao mesmo tempo, uma exposição e uma crítica rica e multilateral de decadência ideológica da burguesia. Esta tem início quando a burguesia domina o poder político e a luta de classe entre ela e o proletariado se coloca no centro do cenário histórico. Esta luta de classe, diz Marx, “dobrou finados pela ciência econômica burguesa. Agora não se trata mais de saber se este ou aquele teorema é verdadeiro, mas sim se é útil ou prejudicial ao capital, cômodo ou incômodo, contrário aos regulamentos da polícia ou não. Em lugar da pesquisa desinteressada, temos a atividade de espadachins assalariados; em lugar de uma análise científica despida de preconceitos, a má consciência e a premeditação apologética”. (LUKÁCS, 1968, p. 50)

Sinalizado o contexto de sua origem, vejamos mais detalhadamente o chamado período de “decadência ideológica” do pensamento burguês.

1.2.2 O pensamento burguês em sua fase de decadência

Com a sua consolidação no poder como classe dominante, a burguesia se converte em classe conservadora. Nesse contexto, as elaborações de seus intelectuais não mais se preocupam com a descoberta da verdade e, sim, com a justificação do existente. Como resultado, os pensadores burgueses, em determinados contextos (de crise) estimulam o irracionalismo e noutros contextos (de estabilidade) empobrecem a razão ao conhecimento do imediato, hipertrofiando a sua dimensão instrumental.

Essa conversão da burguesia, e seus desdobramentos, tornar-se-ão claros a partir das revoluções ocorridas entre 1830 e 1848, que – como observa Lukács (apud COUTINHO, 2010, p. 35) – *atestam que a burguesia perdeu seu lugar à frente do progresso social*. Em 1830, em início, portanto, o processo de decomposição da filosofia burguesa clássica.

Segundo Marx:

A burguesia tinha uma exata noção do fato de que todas as armas que forjara contra o feudalismo voltavam seu gume contra ela, que todos os meios de cultura que criara

rebelavam-se contra sua própria civilização, que os deuses que inventara a tinham abandonado. (apud COUTINHO, 2010, p. 22)

Entre tais “deuses que inventara”, a burguesia, nessa fase, apressava-se em abandonar, inicialmente, a razão dialética (COUTINHO, 2010), pois admitir que “ser é processo”, como pensava Hegel, seria, ao mesmo tempo, reconhecer que a essência burguesa de ser não seria para sempre, ou seja, que a possibilidade do “vir a ser” revolucionário estaria sempre posta. Rapidamente tal compreensão deveria ser abandonada.

Coutinho (2010, P. 23) afirma que a fase de decadência do pensamento burguês consiste precisamente em negar ou em limitar o papel da razão no conhecimento e na práxis dos homens. Em sua obra *O estruturalismo e a miséria da razão*, afirma que o pensamento burguês opera de duas maneiras distintas com o intuito de manutenção do *status quo*. Essas maneiras variam de acordo com a estabilidade da burguesia no poder: 1) Quando enfrenta períodos de estabilidade, de ‘segurança’, prestigia as orientações fundadas num ‘racionalismo’ formal (instrumentalização da razão). Há um empobrecimento da razão ou, como ele chamou “a miséria da razão”, que significa o “radical empobrecimento agnóstico das categorias racionais, reduzidas às simples regras formais intelectivas que operam na práxis manipulatória” (p. 18) ;2) Quando atravessa momentos de crise, o pensamento burguês “acentua ideologicamente o momento irracionalista, subjetivista ou de destruição da razão”.

Essas duas operações apresentam uma mesma essência. Embora, aparentemente opostas, são complementares e, segundo o autor, comungam com o fato de ambas abandonarem os três núcleos categoriais que o marxismo herdou da filosofia clássica (pensamento burguês em fase ascendente), quais sejam: o historicismo concreto, a concepção do mundo humanista e a razão dialética.

O historicismo concreto é “a afirmação do caráter ontologicamente histórico da realidade, com a conseqüente defesa do progresso e do melhoramento da espécie humana” (p. 28). A concepção humanista ou humanismo é “a teoria de que o homem é um produto de sua própria atividade, de sua história coletiva” (p. 28). Por fim, a razão dialética significa, em seu

duplo aspecto: 1) que há “uma racionalidade objetiva imanente ao desenvolvimento da realidade (que se apresenta sob a forma da unidade dos contrários)”, 2) e que a razão humana nota “as categorias capazes de apreender subjetivamente essa racionalidade objetiva” (p. 28).

Essa conversão da burguesia como classe, de acordo com Coutinho (2010, p. 21), transforma o pensamento burguês, por meio de seus representantes ideológicos, em fonte do aumento da alienação humana. Essa alienação se faz necessária com a finalidade de manutenção da burguesia como classe dominante. O objetivo é claro: reduzir as possibilidades de ações revolucionárias.

A nova ordem social estabelecida – capitalista – trouxe problemas sociais relevantes, mas a “emergente modernidade negava suas melhores e mais generosas promessas emancipatórias à maioria dos indivíduos que viviam nas sociedades capitalistas.” (EVANGELISTA, 2007).

O pensamento burguês, na fase decadente, formulará falsas justificativas para estes problemas. Sobre isso, Mészáros (2009) afirma que:

não restam dúvidas de que os principais pensadores da época histórica (...) não apenas adotaram, mas moldaram ativamente e, em sentido genuíno, conscientemente – tanto em sua articulação original como em sua subsequente renovação – a posição que corresponde aos interesses vitais do sistema do capital [...] (MÉSZÁROS, 2009, p. 12, 13)

Ou seja, há uma elaboração teórica consciente no sentido de mascarar as reais intenções de uma classe social poderosa e que “abandonou” as bandeiras progressistas que ajudou a forjar. Algumas vezes por “má fé” e outras por “alienação” os intelectuais do período da decadência são os responsáveis pela ocultação da realidade:

O caráter consciente do envolvimento e a correspondente responsabilidade histórica dos principais representantes intelectuais do capital não são diminuídos (e menos ainda minimizados) pela circunstância de que eles também adotam e constantemente reproduzem a ilusão de que, em sua concepção do direito e da ordem social apropriada, estão articulando o interesse universal da sociedade, e não

apenas de sua força estruturalmente dominante. Pois, mais uma vez, estamos falando de um processo por meio do qual os pensadores em questão incorporam ativamente tais ilusões, que por acaso são ilusões ideologicamente mais convenientes, correspondendo ao ponto de vista da ordem sociometabólica do capital. (MÉSZÁROS, 2009. p. 13)

Tal período da decadência corresponde a uma série de acontecimentos históricos ocorridos entre 1830-1848. Explicitamente, referimo-nos ao processo revolucionário de 1848 que, pela primeira vez, apresenta um novo protagonista revolucionário: o proletariado. Tal processo revolucionário ficou conhecido como “A Primavera dos Povos”.

Mil oitocentos e quarenta e oito, a famosa “primavera dos povos”, foi a primeira e a última revolução europeia no sentido (quase) literal, a realização momentânea dos sonhos da esquerda, dos pesadelos da direita, a derrubada virtualmente simultânea de velhos regimes da Europa continental a oeste dos impérios russo e turco, de Copenhague a Palermo, de Brasov a Barcelona. Ela fora esperada e prevista. Precisa ser o ponto culminante e o produto lógico da era das duas revoluções. Ela falhou, universalmente, rapidamente e – apesar de isso não ter sido percebido durante muitos anos pelos refugiados políticos – definitivamente. Desde então, não mais ocorreria nenhuma revolução social geral do tipo almejado antes de 1848 nos países “avançados” do mundo. O centro de gravidade desses movimentos revolucionários sociais e, portanto, dos regimes socialistas e comunistas do século XX seria em regiões marginais e atrasadas. (HOBSBAWM, 2009, p. 23)

A Primavera dos Povos se constituiu como a mundialização das Revoluções Proletárias, tendo impacto em praticamente todos os cantos do mundo, inclusive no Brasil, com a insurreição de 1848, em Pernambuco.

Alcançou tanto as partes mais “desenvolvidas” quanto as mais atrasadas da Europa.

Foi, ao mesmo tempo, a mais ampla e a menos bem-sucedida revolução desse tipo. No breve período de seis meses da sua explosão, sua derrota universal era seguramente previsível; 18 meses depois, todos os regimes que derrubara, com exceção de um, foram restaurados e,

após 18 meses de sua irrupção, com a exceção da República Francesa, estava mantendo toda a distância possível entre si mesma e a revolução à qual devia sua própria existência. (HOBSBAWM, 2009, p. 33)

As Revoluções foram todas bem sucedidas e depois derrotadas rapidamente, todos os regimes derrubados foram reestabelecidos em questão de alguns meses, com exceção da França, que durou dois anos e meio a mais. Houve então um espalhamento dos revolucionários em exílio. Mesmo depois de derrotados, muitos trabalhadores foram massacrados e mortos e outros 12 mil foram aprisionados e, em sua maioria, posteriormente, deportados para campos de trabalho na Argélia. (HOBSBAWM, 2009, p. 43)

“Mil oitocentos e quarenta e oito fracassou porque ficou evidenciado que a confrontação decisiva não era entre os velhos regimes e as ‘forças do progresso’ unidas, mas entre a ‘ordem’ e ‘revolução social’” (p. 43). E a partir de então, definitivamente, a burguesia se posicionou e descobriu que “preferia a ordem à oportunidade de pôr em prática seu programa completo quando confrontada com a ameaça à propriedade” (HOBSBAWM, 2009, p. 46, 47).

Portanto as revoluções de 1848 surgiram e quebraram-se como uma grande onda, deixando pouco para trás, exceto mito e promessa. Elas “deveriam ter sido” revoluções burguesas, mas a burguesia fugiu delas. [...] A burguesia francesa preferiu a estabilidade social em casa aos prêmios e perigos de ser, uma vez mais, *La Grande Natione*, por razões análogas, os líderes moderados da revolução hesitaram em pedir a intervenção francesa. (HOBSBAWM, 2009, p. 53)

Mesmo que a Primavera dos Povos tenha durado tão pouco tempo e tenha “fracassado”, deixou marcas e provocou mudanças, embora não todas as que pretendiam seus protagonistas:

O ano de 1848 marcou o fim, pelo menos na Europa ocidental, da política da tradição, das monarquias que acreditavam que seus povos (exceto os descontentes da classe média) aceitavam e até acolhiam a regra do direito divino, que apontava dinastias para presidir sobre sociedades hierarquicamente estratificadas, tudo

sancionado pela tradição religiosa, na crença dos direitos e deveres patriarcais dos que eram superiores social e economicamente. [...] As revoluções de 1848 deixaram claro que a classe média, o liberalismo, a democracia política, o nacionalismo e mesmo as classes trabalhadoras eram, daquele momento em diante, presenças permanentes no panorama político. A derrota das revoluções poderia tirá-los temporariamente do cenário, mas quando reaparecessem determinariam as ações mesmo dos estadistas que tinham menos simpatias por eles. (HOBSBAWM, 2009, p, 54, 56)

O legado de 1848, combinado com a demonstração de força do proletariado como classe revolucionária, inicia o período da “ameaça vermelha” na Europa. E a burguesia conservadora perceberá, doravante, o perigo dessa ameaça. Há que se justificar a sua maneira de ser e a sociedade correspondente a essa maneira.

No plano da elaboração teórica, a preocupação com a descoberta da verdade é paulatinamente abandonada ao mesmo tempo em que crescem as elaborações justificadoras do existente. Locke, como demonstra Mészáros (2009), é um exemplo da “filosofia da decadência”:

A justificação ideológica das práticas de exploração do sistema do capital em desenvolvimento produtivo assumiu uma forma pronunciada de maneira nítida já na filosofia de John Locke. Ele primeiro admitiu que, “no começo, por pouco que se servisse dele, o trabalho conferia um direito de propriedade”. Mas sua preocupação real era como justificar a eliminação prática daquela condição, no interesse da ordem estabelecida mais iníqua. Isso ele fez ao postular o fundamento absolutamente natural do dinheiro, a partir do qual busca justificar o “amontoamento” e “estoque” de riqueza, considerando que “um homem pode honestamente possuir mais terra do que ele próprio pode utilizar seu produto, recebendo ouro e prata em troca do excesso, que podem ser guardados sem causar dano a ninguém”. [...] Esse tipo de apologética servia a um propósito duplo. Além de eliminar qualquer preocupação com a desigualdade, também foi concebido para justificar a total submissão política dos despossuídos à autoridade política estabelecida, em concordância com a mistificadora, porém evidente e amplamente celebrada, ideia lockeana de “consentimento tácito”. [...] (MÉZÁROS, p. 259, 260)

A burguesia passa a “legislar”, exclusivamente, em favor próprio, abandonando completamente todas as elaborações do período em que sua filosofia era expressão de interesses universais, tanto em seu fazer científico, quanto em suas práticas econômicas, sociais e políticas. Em suas características fundamentais, tal decadência pode ser assim resumida:

Enquanto o racionalismo da época clássica propunha-se conquistar terrenos cada vez mais amplos para e por meio da razão humana, o miserável racionalismo da decadência preocupa-se principalmente em estabelecer ‘limites’ para o conhecimento; enquanto a filosofia clássica era preponderantemente ontológica, preocupada com o conteúdo objetivo do mundo, o agnosticismo decadente pretende-se simples epistemologia, simples análise formal dos ‘limites do conhecimento’. (COUTINHO, 2010, p. 51)

O humanismo, o historicismo concreto e a razão dialética, categorias forjadas pelo pensamento burguês da fase ascendente, são abandonadas. Tais categorias são perigosas ao pensamento conservador, pois são fundantes para a ética e para a ontologia. Por isso, a tendência manipulatória da decadência começa exatamente por romper com tais categorias:

Em lugar do humanismo, surge ou um individualismo exacerbado que nega a sociabilidade do homem, ou a afirma que o homem é uma ‘coisa’, ambas as posições levando a uma negação do momento (relativamente) criador da práxis humana; em lugar do historicismo, surge uma pseudo-historicidade subjetivista e abstrata, ou uma apologia da positividade, ambas transformando a história real (o processo de surgimento do novo) em algo ‘superficial’ ou irracional; em lugar da razão dialética, que afirma a cognoscibilidade da essência contraditória do real, vemos o nascimento de um irracionalismo fundado na intuição arbitrária, ou um profundo agnosticismo decorrente da limitação da racionalidade às suas formas puramente intelectivas. (COUTINHO, 2010, p. 30, 31)

Essa tentativa de destruir a razão está articulada ao projeto societário defendido pela burguesia conservadora, caracterizado pelo acúmulo exponencial de riquezas e a crescente exploração da força de trabalho; como

afirma Lukács (1968, p. 55): “o processo espontâneo da decadência científica opera em estreito contato com a apologia consciente e venal da economia capitalista”.

[...] os ideais um dia defendidos – como liberdade, fraternidade e igualdade, por exemplo – tiveram de ser esvaziados de seu antigo conteúdo no decurso da fase descendente de desenvolvimento do capital. Toda a conexão com a tradição iluminista da burguesia progressista teve de ser, e de fato foi, rompida, e referências à “liberdade” e à “democracia” hoje são cinicamente postas a serviço de propósitos os mais opressivos, por vezes até os mais brutais e violentos, de cunho político-estatal ou militar genocida. A cultuação e a difusão deliberada da falsa consciência pela ideologia dominante, graças a seu monopólio virtual dos meios e dispositivos de comunicação de massa, reforçada enormemente pelas práticas dominantes da ordem produtiva do capital fetichista, pertencem ao mesmo quadro. (MÉSZÁROS, 2009, p. 275, 276)

Nesse contexto – da decadência –, vimos surgir várias teorias que, ora por ignorância e ora por má fé, servem aos interesses do capital. Dentre elas, poderíamos arrolar o positivismo, o estruturalismo, o pós-estruturalismo e a fenomenologia, entre outras. Contemporaneamente, as elaborações chamadas pós-modernas, são expressões desse largo espectro de teorias conservadoras. Tais teorias, como são expressões da “filosofia da decadência”, serão o tema de nosso próximo capítulo.

1.3. AS IMPLICAÇÕES DA DECADÊNCIA IDEOLÓGICA NA MODERNIDADE

A Modernidade – que, como vimos, historicamente, guarda correspondência, no plano cultural e político, ao processo de gênese e desenvolvimento do capitalismo protagonizado pela burguesia – estabeleceu um projeto civilizatório com algumas características peculiares. Este projeto civilizatório tem seu marco inicial no Iluminismo e entende que a razão humana é um elemento fundamental para a autodeterminação dos indivíduos e para o

exercício da liberdade. A respeito disso, assim se manifestou Evangelista (1992):

O marco inaugural da modernidade está representado pelo Iluminismo, que calçou o seu projeto na ideia de que a razão é o instrumento indispensável para a autodeterminação do homem. É com o uso da razão, através do pensamento crítico, que o homem e a humanidade podem se emancipar e exercer a liberdade. (EVANGELISTA, 1992, p. 23)

Rouanet (1993) acrescenta outros “ingredientes” ao projeto civilizatório da Modernidade e os explica:

universalidade, individualidade e autonomia. A universalidade significa que ele visa todos os seres humanos, independentemente de barreiras nacionais, étnicas ou culturais. A individualidade significa que esses seres humanos são considerados como pessoas concretas e não como integrantes de uma coletividade e que se atribui valor ético positivo à sua crescente individualização. A autonomia significa que esses seres humanos individualizados são aptos a pensarem por si mesmos, sem a tutela da religião ou da ideologia, a agirem no espaço público e a adquirirem pelo seu trabalho os bens e serviços necessários à sobrevivência material. (ROUANET, 1993, p. 9)

Percebe-se que, na fase ascendente do pensamento burguês, o projeto civilizatório elaborado trazia importantes elementos progressistas. Obviamente, sabemos que, atualmente, o Capitalismo como sistema é incapaz de concretizar suas promessas iniciais, mas não há como negar que, enquanto foi classe revolucionária, a burguesia, por meio de seus pensadores, construiu uma pauta de reivindicações libertárias ao espírito humano. Tal pauta estava vinculada à defesa da confiança no triunfo da razão e de que esta conduziria os homens ao progresso. Como não poderia deixar de ser, estes “ingredientes” da Modernidade marcaram o desenvolvimento científico das ciências sociais e humanas:

As grandes teorias sociais construíram o seu paradigma sob a influência da crença no triunfo inexorável da razão e do

progresso, numa história civilizatória da humanidade. As ciências sociais tiveram, até agora, como premissa que a vida social está condicionada por uma lógica, que vai da tradição à modernidade, da fé à razão, da reprodução à produção, da comunidade à sociedade (Sader, 1988). Forjou-se, assim, um modelo geral de análise de caráter macroscópico, que privilegia a apreensão das regularidades sociais, a partir dos movimentos que gravitam no plano institucional e nas estruturas sociais. (EVANGELISTA, 1992, p. 11)

Apesar dessas características gerais que deram contornos importantes às grandes teorias sociais, inúmeras formulações distintas foram consignadas garantindo uma pluralidade de formas de pensamento que não podem ser reduzidas aos mesmos pressupostos. (EVANGELISTA, 2007, p. 49)

Algumas dessas elaborações, a depender das circunstâncias históricas, tornaram-se hegemônicas e outras tiveram maior ou menor força, também, a depender das circunstâncias. Evangelista (2007) traz importantes notações acerca disso:

algumas dessas abordagens se tornaram hegemônicas como formas de pensar no mundo ocidental, em que se estabeleceu uma clara primazia do conhecimento técnico-científico como modelo privilegiado de racionalidade – fundada numa objetividade que pressupunha a separação entre sujeito e objeto do conhecimento e na eliminação das interferências deformadoras da subjetividade na análise dos fenômenos –, dirigido para a busca sistemática da eficiência e da produtividade na relação com o homem e com a natureza. Isso ocorreu, no fundamental, pela funcionalidade da razão instrumental em relação à lógica do processo de reprodução do capital, que estrutura a vida material das modernas sociedades capitalistas ocidentais. (p.49)

O período da decadência ideológica do pensamento burguês – que, também, está nos marcos da Modernidade – é representativo dessa fase na qual a razão instrumental se hipertrofia. Período esse que, como já vimos, corresponde à conversão da burguesia em classe conservadora.

Mas, o fato de ser hegemônica, não conferiu à razão instrumental uma exclusividade. Sempre a contradição reaparece com maior ou menor força a

dependem das circunstâncias político-econômicas que ora fazem com que “os de baixo” estejam mais fortalecidos e ora mais enfraquecidos.

O predomínio da razão instrumental não significou a existência exclusiva desse tipo de racionalidade durante a modernidade na cultura ocidental; antes, representou sua hegemonia sobre outras formas alternativas de racionalidade que lhe são igualmente contemporâneas e podem indicar tanto uma constelação romântica quanto uma superação radical da modernidade capitalista. (EVANGELISTA, 2007, p. 49)

Assim, as promessas iniciais do projeto civilizatório da Modernidade sempre reaparecem, pois se trata de um “projeto inacabado”, pois “as virtualidades presentes no racionalismo moderno não sofreram um desenvolvimento integral”. (EVANGELISTA, 1992, p. 23)

A favor desse projeto civilizatório alia-se o fato de que os desdobramentos da Modernidade não se restringiram, apenas, ao desenvolvimento das elaborações científicas do real, forjaram, também, teorias econômicas e políticas que apontavam para o progresso, mesmo naquelas atreladas aos interesses da burguesia revolucionária, como é o caso do liberalismo clássico:

O liberalismo econômico pregava uma comunidade mundial interdependente, com base na divisão internacional do trabalho. O liberalismo político combatia o imperialismo, a imposição da vontade de um povo sobre outro. Na hierarquia das virtudes, o bem da humanidade tinha valor supremo e devia ser usado como critério para determinar a validade ética de uma ação praticada na esfera da família ou da nação. O universalismo atingia igualmente a esfera do saber e da moral: a norma ética não era menos invariável do que a verdade científica. (ROUANET, 1993, p. 19, 20)

Adensando essas forças do progresso, os representantes intelectuais “dos de baixo”, os herdeiros das aspirações revolucionárias do Iluminismo, aprofundavam ainda mais as aspirações de autonomia e liberdade expressas na constituição das ideias socialistas:

Se a Ilustração pregava uma universalidade genérica e o liberalismo uma universalidade que passava pelo reconhecimento da nação livre como elo entre o indivíduo e a espécie, o socialismo insistia numa concretização ainda maior do conceito de universalidade, em que o critério diferenciador fosse a classe social, e não a nação. Também o marxismo partia da concepção de uma natureza humana universal – a de um ser em metabolismo com a natureza, que em todo e qualquer modo de produção produz e reproduz, pelo trabalho, suas condições materiais de existência. Mas num sentido menos antropológico, a unidade da espécie não era um dado, e sim uma conquista. Era a missão do proletariado, classe universal cujos interesses transcendiam todas as fronteiras nacionais. Sua missão era auto-abolir-se como classe e, nessa medida abolir a sociedade de classes, emancipando o gênero humano enquanto sujeito unitário da história. (ROUANET, 1993, p. 28)

O fortalecimento do proletariado e de suas ideias fez com o que o mundo tivesse outra face. Uma face na qual a emancipação humana pareceu ser exequível, porém as transformações sociais, econômicas, culturais e políticas dos últimos tempos (precisamente, de meados da década de 1970 em diante) impediram/reverteram os processos emancipatórios. O capitalismo tardio, a crise do socialismo real e o avanço das políticas neoliberais, entre outros importantes acontecimentos, fizeram com que as generosas pautas do projeto civilizatório da Modernidade fossem abandonadas. O entendimento dos pensadores funcionais – por má fé ou por ignorância – à burguesia conservadora é de que o problema está no projeto. Homogeneizando as elaborações teóricas surgidas na Modernidade, tais intelectuais afirmam que essa foi ferida de morte e, portanto, foi e deve ser superada. Com isso, defrontamo-nos com circunstâncias nas quais, no plano intelectual:

o universalismo está sendo sabotado por uma proliferação de particularismos – nacionais, culturais, raciais, religiosos. Os nacionalismos mais virulentos despedaçam antigos impérios e inspiram atrocidades de dar inveja a Gêngis Khan. O racismo e a xenofobia saem do esgoto e ganham eleições. A individualidade submerge cada vez mais no anonimato do conformismo e da sociedade do consumo. [...] A autonomia intelectual, baseada na visão secular do

mundo, está sendo explodida pelo reencantamento do mundo, que repõe os duendes em circulação, organiza congressos de bruxas, associa-se ao guia Michelin para facilitar peregrinações esotéricas a Santiago de Compostella e fornece horóscopos eletrônicos a texanos domiciliados no Tibet. A autonomia política é negada por ditaduras ou transformada numa coreografia eleitoral encenada de quatro em quatro anos. A autonomia econômica é uma mentira sádica para os três terços do gênero humano que vivem em condições de pobreza absoluta. [...] (ROUANET, 1993, p. 9-11)

Tais circunstâncias acabam por catalisar e adensar formulação que, ao fim e ao cabo, constata um mal-estar que favorece a imposição de formulações de caráter irracionalista. Vejamos na bela síntese de Rouanet:

Para Freud, esse mal-estar é o desconforto sentido pelo indivíduo em consequência dos sacrifícios pulsionais exigidos pela vida social. [...] Eis o mal-estar: frustração e culpa. O ressentimento contra a civilização é uma consequência lógica desse mal-estar. [...] Em nossos dias, podemos falar num mal-estar moderno, ou num mal-estar na modernidade. É a forma contemporânea assumida pelo mal-estar na civilização. Como todas as outras formas, ele se manifesta sob a forma de um grande ressentimento contra a civilização. Mas tratando-se de um mal-estar na modernidade, o ressentimento se dirige contra o modelo civilizatório que dá seus contornos à modernidade: o Iluminismo. O ressentimento antimoderno se transforma assim num ressentimento contra-iluminista. O mal-estar na modernidade é a expressão psíquica do Contra-Iluminismo atual. Ele se traduz na rejeição global de todo o projeto iluminista. Esse projeto, em síntese, visava a auto-emancipação de uma humanidade razoável. A emancipação se daria através de um conjunto de valores e ideais, consubstanciados em tendências como o racionalismo, o individualismo e o universalismo. (ROUANET, 1993, p. 96-97)

As pessoas, assim, são estimuladas a fugir da realidade para extravasar o estresse e as frustrações cotidianas. Tais práticas são tão irracionais quanto

as da Idade Média, porém, mais empobrecidas⁵ e trágicas, pois apoiadas em Paulo Coelho, bruxas, gnomos e outras figuras fantásticas.

O fato é que hoje a sensibilidade antimoderna parece ter saído das salas de aula, passando aos atos. A razão pesa como um jugo, e os homens se libertam lendo Paulo Coelho; a obrigação de amor ao gênero humano, imposta pelo internacionalismo proletário, exigia um investimento libidinal excessivo, e com o fim do socialismo os indivíduos, aliviados, contentam-se em amar a Bósnia-Herzegovina; o represamento das pulsões agressivas impunha um tributo psíquico demasiado rigoroso, e agora todos podem dedicar-se ao másculo esporte de recomeçar em Sarajevo a Primeira Guerra Mundial, de incendiar vietnamitas ou de expulsar de Portugal travestis brasileiros; a religião tinha ficado abstrata demais, mas graças a Deus uma ou outra mesquita ainda pode ser incinerada em nome de Brama, Shiva e Vishnu; e naturalmente os aiatolás estão sempre a postos, ensinando a maneira correta de sodomizar um camelo ou de apedrejar uma adúltera. Todos esses fenômenos são manifestações do mal-estar na modernidade, com o que obviamente não quero dizer que consultar um baralho de tarô seja tão grave como incendiar uma aldeia croata. Mas de algum modo são sintomas vários do ressentimento contra ideais modernos e iluministas. (ROUANET, 1993, p. 99)

As conquistas progressistas vão sendo substituídas por posicionamentos políticos, sociais e econômicos conservadores, individuais e irracionais.

Dessa forma, uma das análises que podemos fazer é que há um sentimento de individualidade que extrapola o social e o coletivo. Essa noção de felicidade contemporânea – absolutamente alienada – foi supervalorizada e alcançou patamares, até então, inéditos. As pessoas são obrigadas a serem felizes. Caso a realidade seja muito cruel e inviabilize tal obrigação, façamos uso do novo irracionalismo e das pílulas antidepressivas. Expliquemos melhor essa tematização da felicidade.

Com a Revolução Burguesa (início da Modernidade), há uma noção de individualidade, o homem passa a se perceber como indivíduo, como uma singularidade. A felicidade, então, passa a fazer parte desse “novo homem”.

⁵Em referência ao livro *18 Brumário de Luiz Bonaparte* de Karl Marx.

Diferentemente do que pregava a Igreja Católica, este “novo homem” não se percebia como alguém destinado ao sofrimento e à danação terrestre em razão de um castigo divino.

No entanto, essa percepção de individualidade se deu de maneira alienada, separada do gênero humano. Há, então, uma hipertrofia nociva da subjetividade. Ou seja, o homem para satisfazer as suas necessidades individuais e egoístas, é capaz de explorar e subsumir outro ser humano à sua vontade, à realização de seus desejos. Um homem passa a ser instrumento para outro homem: uma visão instrumental de ser humano.

Essas práticas desumanas e egoístas são reproduzidas de modo a dar maior aceitação ao modo de ser da ordem burguesa, que vai além da forma de produzir. Nessa maneira de ser, estimulada pela ordem burguesa, o “ter” vem na frente do “ser”. As pessoas se coisificam e os ideais de liberdade e de felicidade estão diretamente relacionados com a posse, com a propriedade particular das coisas. Nosso ideal de felicidade, então, é colocado na compra das coisas, na propriedade de outras pessoas, inclusive, de fazê-las se subsumirem à nossa vontade.

Através da apropriação dessa noção de singularidade imediata e alienada, a burguesia elaborou teorias que naturalizam a exploração do homem sobre o homem. Teorias que tratam como “natureza humana” aquilo que foi historicamente construído. Com essa naturalização, ela (burguesia) vai justificando a sua “maneira de ser”!

A “superação” dessa visão de singularidade imediata exige uma organização social em que haja a adequação do indivíduo ao gênero. Tal adequação, como demonstram a lógica e a história da burguesia, é impossível no capitalismo. Haja ideologia falsificadora para que os homens não percebam a inadequação a que estão submetidos:

Generalizando o acesso à escola, as sociedades liberal-capitalistas difundiram mais que em qualquer outro período da história as oportunidades para que todos alcançassem o estágio da razão autônoma. A ciência assumiu crescentemente o papel antes reservado à religião, com o que não somente avançou o processo de secularização como se abriu um espaço até então inconcebível de domínio técnico sobre a natureza. [...] A razão humana não estava

mais sujeita à mentira consciente, mas continuava sujeita à ideologia. Agora não se tratava mais da impostura deliberada do clero, mas da falsa consciência induzida pela ação ideologizante da família, da escola e da imprensa, e mais radicalmente ainda, pela eficácia mistificadora da própria realidade – o fetichismo da mercadoria. Agora não era mais a ideologia que falsificava o real, era o real que usurpava a função falsificadora da ideologia. (ROUANET, 1993, p. 22, 23)

A descoberta do Fetichismo de Mercadoria, devemos à Marx, um herdeiro do viés emancipatório da Modernidade. Esta descoberta é resultado da adensada crítica da economia política por ele realizada e consignada em sua obra *O Capital*. Em sua crítica à ordem burguesa, Marx ainda demonstra que a economia burguesa naturaliza as categorias. O resultado disso é que os seres humanos acabam por considerar a maneira de ser burguesa como expressão da natureza humana. A essência burguesa de ser é convertida, nessa operação falsificadora, numa essência universal dos seres humanos. O egoísmo, a desigualdade, a dominação, a propriedade privada, enfim, fenômenos histórica e culturalmente construídos, são compreendidos como expressões da natureza humana.

O movimento histórico transformador e a mudança social só eram admissíveis, por parte daqueles que viam o mundo a partir da perspectiva da economia política, sob a forma em que podiam se ajustar – e conforme podiam se ajustar – à estrutura estritamente circunscrita das premissas práticas fundamentais do capital. A importância da mudança histórica radical, estruturalmente evidente, podia ser salientada pelos grandes pensadores da burguesia iluminista a respeito do passado feudal, mas sendo ao mesmo tempo negada em relação ao futuro. (MÉSZÁROS, 2009, p. 14)

Atualmente, tal falsificação do real é aprofundada com o advento dos meios de comunicação em massa. Os mecanismos manipuladores da consciência foram refinados e hipertrofiados. A burguesia se utiliza de armas de manipulação em massa para evitar o desvelamento do real estimulando a mistificação e o irracionalismo – expressões da decadência ideológica!

Tal movimento manipulador fica ainda mais aprofundado com a falta de avanço do movimento operário:

Ao contrário, o que se viu foram as organizações operárias, gradativamente, abandonar seus antigos propósitos revolucionários e, crescentemente, assumir a defesa de reformas sociais, que trouxessem uma elevação da qualidade de vida dos trabalhadores nas sociedades capitalistas avançadas. E, finalmente, há muito tempo é patente que o movimento socialista revolucionário entrou em crise que, cada vez mais, se aprofunda. E os índices dessa crise estão no fracasso das experiências históricas de construção do socialismo – o chamado “socialismo real” – e na estagnação política dos partidos operários que optaram ou foram levados a pautar as suas ações no interior dos mecanismos institucionais da democracia representativa, nas sociedades capitalistas ocidentais. (EVANGELISTA, 1992, p. 15, 16)

Com o fim do socialismo real, surgem falaciosas afirmações do fim/esgotamento teórico das elaborações marxianas. Ao mesmo tempo, com o fim do socialismo real, numa operação superficial e logicista, afirma-se a vitória do capitalismo e se abre o campo para o avanço do neoliberalismo. Algumas dessas críticas elaboradas justificam-se na impossibilidade revolucionária:

Politicamente, mostra-se a inviabilidade de uma transformação social radical, uma vez que não haveria mais um centro nem um sujeito para tanto: a classe operária, tão acreditada nas décadas anteriores, teria sumido do mapa. Além disso, a própria ideia de uma transformação global estaria comprometida pela fragmentação heterogênea de identidades e de interesses. A consequência disso é a crença pós-moderna de que qualquer ação política que tenha por fim a emancipação terá como destino inexorável a criação de mais opressão, como se todos os caminhos desembocassem em uma repetição infinita do presente capitalista. (PEREIRA, 2011, p. 4)

Como se vê, além do fim do socialismo real, de Marx, da vitória do capitalismo e da adequação dos princípios neoliberais ao contexto contemporâneo, o pensamento da burguesia decadente ainda afirma o fim de uma classe revolucionária, pois, em razão da reestruturação produtiva, o

proletariado não existe mais. Toda essa elaboração está fundada no suposto “fim da centralidade do trabalho”.

No entanto, se compreendemos com Marx, que o trabalho é “toda a transformação intencional do homem sobre a natureza” e por meio dele o homem “produz as condições materiais da vida social”, não há possibilidade de humanidade sem ele. Ou seja, o trabalho é a destinação universal do ser humano, pois é o intercambio entre homem e natureza. Dessa forma, enquanto houver humanidade, haverá trabalho. A afirmação de que a sociedade do trabalho foi superada é, portanto, absolutamente falsa. Com ela se intenta um resultado político conservador: ao nos fazer acreditar no fim da centralidade do trabalho, conduz-nos a questionar o protagonismo da classe proletária no processo revolucionário.

Cancelada a possibilidade revolucionária, a razão humana é empobrecida. Fica submetida ao existente, pois a compreensão do real é cancelada. O real, como sabemos, é a compreensão do existente e as possibilidades de “vir a ser”. A razão humana é reduzida a um saber pragmático, em que o verdadeiro é o útil à vida burguesa.

Além dessa “miséria da razão”, pois reduzida à razão instrumental, articula-se, contemporaneamente, no plano ídeo-cultural, um movimento irracionalista que se autodenomina “pós-modernidade”, que melhor poderia ser nomeado como “agenda pós-moderna”.

Ocorre que a crítica da modernidade foi dirigida ao conjunto de sua racionalidade, numa cruzada contra a razão em geral, dando forte impulso a uma nova onda irracionalista. Então, os principais temas da racionalidade moderna – ciência, verdade, progresso, revolução, felicidade, etc. – darão lugar à valorização do fragmentário, do microscópico, do singular, do efêmero, do imaginário, dentre outros. Há uma rejeição pelas grandes sínteses intelectuais, pelo conhecimento das causas primárias, pela busca do sentido na história, que passa a ser dominada pela indeterminação e pela ação de sujeitos auto-constituintes do processo histórico (Zaidan Filho, 1989, p. 16). Declara-se a caducidade dos “velhos esquemas interpretativos” e proclama-se a necessidade de elaboração de “novos paradigmas”, cujas “novas metodologias” devem estar centradas no “cotidiano não-estruturado”, heterogêneo e

pluralista dos processos sociais. Assim, foi deflagrada uma colossal onda irracionalista, cujo epicentro está em Paris e seus arredores. (EVANGELISTA, 1992, p. 24)

Esse “novo” irracionalismo pode ser caracterizado, resumidamente, pela “desreferencialização do real”, pela “dessubstancialização do sujeito” e pelo “descentramento da política” (Evangelista, 1992, p. 25). Há, também, um ataque à categoria da totalidade, apenas o micro pode ser entendido.

Em síntese, a decadência ideológica do pensamento burguês está expressa em dois movimentos importantes: o empobrecimento da razão – a “miséria da razão” – cuja expressão mais significativa é a hipertrofia da razão instrumental; e o estímulo a um novo irracionalismo que se centra, fundamentalmente, no ataque a toda e qualquer impostação de totalidade.

Tanto uma quanto a outra expressão da decadência ideológica influenciam a contemporânea produção acadêmica da Educação Física. Para melhor compreender tais influências, façamos, no próximo capítulo, uma recuperação da chamada “agenda pós-moderna”.

CAPÍTULO II

A EXPRESSÃO IRRACIONALISTA DA DECADÊNCIA IDEOLÓGICA DO PENSAMENTO BURGUEZ: A “AGENDA PÓS- MODERNA”

A chamada “agenda pós-moderna” não constitui um bloco homogêneo. Poderíamos até afirmar que há “agendas pós-modernas” ou “pensamentos pós-modernos”. É possível distinguir claramente uma “agenda pós-moderna” anticapitalista e outra de capitulação, mas ambas fundadas numa epistemologia conservadora e, portanto, funcionais ao capitalismo tardio.

A fim de recuperar seu conteúdo, nossa opção foi a de dialogar com duas de suas expressões que podem ser colocadas no âmbito das “progressistas”. Nosso aprofundamento no entendimento da Pós-Modernidade se fará a partir das elaborações de Jean-François Lyotard e Boaventura de Sousa Santos, que defendem a pós-modernidade veementemente e procuram colocá-la como uma alternativa progressista. Tal diálogo, evidentemente, far-se-á a partir, também, de seus críticos.

Os defensores da pós-modernidade, em geral, afirmam que o mundo moderno está em crise em razão de suas diversas transformações. Essa crise afetou significativamente a ciência moderna e alterou o modo de ser das pessoas, criando uma nova sensibilidade. Santos (2001), então, estabelece a pós-modernidade – repetidas vezes – como um “paradigma [emergente] de um conhecimento prudente para uma vida decente”.

Rouanet (1987), crítico contundente da chamada “pós-modernidade”, na longa, mas necessária, passagem abaixo, oferta-nos uma brilhante síntese de quais seriam essas modificações ocorridas no mundo moderno que sustentam a defesa de uma “pós-modernidade”:

Adorno escreveu em *Minima Moralia* que a modernidade tinha ficado fora de moda. Hoje estamos confrontados, ao que parece, com algo de mais definitivo: não a obsolescência, mas a morte da modernidade. Seu atestado de óbito foi assinado por um mundo que se intitula pós-

moderno e que já diagnosticou a rigidez cadavérica em cada uma das articulações que compunham a modernidade. A modernidade econômica está morta, porque sua base era a industrialização, que hoje foi substituída por uma sociedade informatizada que se funda na hegemonia do setor terciário, o que significa que transitamos para um sistema pós-industrial; a modernidade política está morta, porque se baseava num sistema representativo e no jogo dos partidos, que deixaram de fazer sentido num espaço público dominado pela ação dos movimentos micrológicos, como o feminista e o dos homossexuais, e pela ação de um poder que não está mais localizado no Estado, e sim numa rede capilar de disciplinas, que saturam os interstícios mais minúsculos da vida cotidiana; e a modernidade cultural está morta, em todas as suas manifestações – na ciência, na filosofia e na arte. A ciência moderna se baseava em “grandes narrativas”, como o discurso iluminista da emancipação pela revolução ou pelo saber, ao passo que a pós-moderna se legitima pela “paralogia” e pela pragmática da própria atividade científica; a filosofia moderna transfigurava o mundo moderno através de grandes sínteses especulativas, enquanto a pós-moderna combate inflexivelmente todas as ilusões da modernidade; a estética moderna buscava chocar, subverter, inovar, enquanto a pós-moderna se manifesta pela extinção das fronteiras entre a arte popular e erudita, pelo fim da figura do artista genial e da compulsão vanguardista de criar linguagens originais e por uma tendência “historicista”, resultante do esgotamento de todos os paradigmas, que leva o artista a recorrer ao pastiche, à “citação” de obras passadas. (ROUANET, 1987, p. 20, 21)

Há, portanto, uma polêmica sobre o esgotamento da Modernidade. Tal polêmica se deve ao fato de não ter sido superada a estrutura da sociedade que deu origem a ela: o modo de produção capitalista.

Outra polêmica se assenta no fato de que os autores “pós-modernos” incorrem numa generalização indevida por não perceberem que a Modernidade não foi um bloco homogêneo. Assim, por exemplo, tratam Marx e Comte como modernos sem mostrar as importantes diferenças entre eles.

Apesar dessas e de outras polêmicas que questionam a chamada “pós-modernidade”, para fins de exposição, convencionaremos, aqui, chamar de movimento pós-moderno ou pós-modernismo, as manifestações teóricas que vão de encontro às características fundamentais da Modernidade (vistas no

capítulo anterior). Em razão do tipo de crítica empreendida por elas, tentaremos demonstrar que se constituem, portanto, em parte das expressões filosóficas da decadência ideológica contemporânea, por isso, o movimento pós-moderno, consciente ou inconscientemente, articula-se aos interesses da burguesia, especialmente no estímulo ao irracionalismo.

2.1 A GÊNESE DA PÓS-MODERNIDADE

Santos (2001, p. 15) afirma que “a modernidade ocidental emergiu como um ambicioso e revolucionário paradigma sociocultural assente numa tensão dinâmica entre regulação social e emancipação social” e que a tensão entre regulação e emancipação entrou em um longo processo de degradação a partir da “convergência⁶ entre o paradigma da modernidade e o capitalismo”. Esse processo de degradação se deu pela “gradual e crescente transformação das energias emancipatórias em energias regulatórias”. Assim, Santos (2001) defende que “no limiar do terceiro milênio, estamos provavelmente a assistir ao culminar deste processo. Com o colapso da emancipação na regulação, o paradigma da modernidade deixa de poder renovar-se e entra em crise final”.

Evangelista (2007) ao tratar da gênese da pós-modernidade, elenca algumas condições que colaboraram para a sua “emergência”:

- a) condições econômicas, representadas pelo esgotamento do longo ciclo expansivo da economia capitalista ocidental, iniciado depois da 2ª Guerra Mundial e que se encerra em meados dos anos 1970, que pôs em xeque os fundamentos do padrão fordista-keynesiano de acumulação capitalista e ensejou a hegemonia neoliberal a partir dos anos 1980;
- b) condições técnicas, entendidas como a existência consolidada de uma indústria cultural, capitaneada pela televisão, que se torna quase onipresente na vida cotidiana, e a difusão de novas tecnologias de comunicação que permitem o surgimento de novas formas de produção cultural baseadas na telemática e na simulação de imagens

⁶Santos (2001: 49) defende que a modernidade e o capitalismo são processos independentes e não relacionados, que se inter cruzaram em um dado momento histórico, e que continuaram autônomos entre si. No entanto, como vimos no capítulo anterior, a modernidade e o capitalismo estão intrinsecamente relacionados, tanto em sua gênese e desenvolvimento, quanto em processos de crítica para superação [dentre eles o socialismo marxista], que sabemos, não foi bem sucedida.

eletrônicas; c) condições socioculturais, identificadas com a expansão de novos contingentes de profissionais de formação universitária, caudatários do movimento de contracultura dos anos 1960, que integram as camadas médias assalariadas, configurando o que alguns denominaram de uma “nova classe média”, com participação ativa no circuito ampliado de produção e consumo de bens culturais; e d) condições políticas, estabelecidas por uma derrota estratégica de longo alcance histórico de movimentos sociais e forças políticas radicais e/ou revolucionárias, que altera os vetores dominantes no cenário político e ideológico. (EVANGELISTA, 2007, p. 78, 79)

Barbosa (2009), no prefácio do livro *A condição Pós-Moderna* de Lyotard, contribui com a localização dos condicionantes que possibilitaram a gênese da pós-modernidade, defendendo-a:

O que de fato vem desde então ocorrendo [*desde 1950, com o advento da sociedade pós-industrial – denominação do próprio autor*] é uma modificação na natureza mesma da ciência (e da universidade) provocada pelo impacto das transformações tecnológicas no saber. A consequência mais imediata desse novo cenário foi tornar ineficaz o quadro teórico proporcionado pelo filósofo (leia-se: metafísico) moderno que, como sabemos, elegeu como sua questão a problemática do conhecimento, secularizando as questões ontológicas em face às gnosiológicas. Mas, ao proceder dessa maneira, fez da filosofia um metadiscurso de legitimação da própria ciência. A modernidade do quadro teórico em questão encontra-se exatamente no fato de concorrer para legitimar-se como saber: dialética do espírito, emancipação do sujeito razoável ou do trabalhador, crescimento da riqueza e outros. Desde o momento em que se invalidou o enquadramento metafísico da ciência moderna, vem ocorrendo não apenas a crise de conceitos caros ao pensamento moderno, tais como “razão”, “sujeito”, “totalidade”, “verdade”, “progresso”. Constatamos que ao lado dessa crise opera-se sobretudo a busca de novos enquadramentos teóricos (“aumento da potência”, “eficácia”, “otimização das performances do sistema”) legitimadores da produção científico-tecnológica numa era que se quer pós-industrial. O pós-moderno, enquanto condição da cultura nesta era, caracteriza-se exatamente pela incredulidade perante o metadiscurso filosófico-metafísico, com suas pretensões atemporais e universalizantes. O cenário pós-

moderno é essencialmente cibernético-informático e informacional. Nele, expandem-se cada vez mais os estudos e as pesquisas sobre a linguagem, com o objetivo de conhecer a mecânica da sua produção e de estabelecer compatibilidades entre linguagem e máquina informática. (BARBOSA, 2009, p. vii-viii)

Ainda no intento de constituir o cenário de sua gênese, vejamos o que um dos seus principais autores disse a respeito. Lyotard (2009, p. xv) afirma que pós-moderna é a “posição do saber nas sociedades mais desenvolvidas” e que “designa o estado da cultura após as transformações que afetaram as regras dos jogos da ciência, da literatura e das artes a partir do final do século XIX”.

Nossa hipótese de trabalho é a de que o saber muda de estatuto ao mesmo tempo que as sociedades entram na idade dita pós-industrial e as culturas na idade dita pós-moderna. Esta passagem começou desde pelo menos o final dos anos 50, marcando para a Europa o fim de sua reconstrução. (LYOTARD, 2009, p. 3)

Defende-se que o marco do surgimento da pós-modernidade e da “transição paradigmática” se deu na década de 1970 nos países capitalistas industrializados, com as transformações no mercado mundial e o hiperdesenvolvimento das tecnologias informáticas. De acordo com Lyotard, as transformações passam pela:

reabertura do mercado mundial, a retomada de uma competição econômica ativa, o desaparecimento da hegemonia exclusiva do capitalismo americano, o declínio da alternativa socialista, a abertura provável do mercado chinês às trocas, e muitos outros fatores, vêm preparar os Estados, neste final dos anos 70, para uma revisão séria do papel que habituara a desempenhar desde os anos 30, que era de proteção e guia, e até de planificação dos investimentos. (LYOTARD, 2009, p. 6, 7)

Já Ellen Wood, crítica da pós-modernidade, argumenta que o diagnóstico de morte da Modernidade não é original e tem muito em comum com antigas proposições dessa “morte”:

[...] Mas se para os intelectuais pós-modernistas de hoje a “pós-modernidade” representa, de fato, uma época histórica, parece, desta vez, que o autêntico divisor de águas ocorreu em algum momento em fins da década de 1960 e princípios da de 1970. Ainda assim, embora muito tenha acontecido entre os marcos da época mais antigos e os mais recentes, o que chama a atenção no diagnóstico corrente da pós-modernidade é que ele tem muito em comum com as declarações mais antigas de morte, tanto nas versões radicais quanto nas reacionárias. O notável, em outras palavras, é a continuidade ou pelo menos a repetição, dessa história de descontinuidade. Se chegamos a outro final histórico, o que acabou, aparentemente, não foi tanto uma outra época, diferente, mas a mesma, outra vez. Essa continuidade e descontinuidade dialéticas não devem ser motivo de surpresa. Afinal de contas, as rupturas visíveis que marcaram época neste século têm sido enfeixadas em uma única unidade histórica pela lógica – e pelas contradições internas – do capitalismo, o sistema dinâmico, mas assolado por crises que passa por mil mortes. (WOOD, 1999, p. 10)

Para Wood, numa perspectiva mais totalizante, identifica que as muitas crises do capitalismo são acompanhadas por soluções para sua manutenção e nem por isso há alterações “do momento histórico”, a cada crise. Ou seja, a denominação “pós-modernidade” para Wood é falaciosa e não retrata seu real interesse de proclamar a “vitória do capitalismo e o fim da história”, decretando o fim do pensamento crítico e das possibilidades de transformação social radical.

Em sintonia com Ellen Wood, Terry Eagleton argumenta que:

O pensamento pós-moderno surge em sintonia com a “mudança histórica ocorrida no Ocidente para uma nova forma de capitalismo – para o mundo efêmero e descentralizado da tecnologia, do consumismo e da indústria cultural, no qual as indústrias de serviços, finanças e informação triunfam sobre a produção tradicional, e a política de classe cede terreno a uma série difusa de ‘políticas de identidade’”. (EVANGELISTA, 2007, p. 162)

Não compreendendo as tensões e contradições históricas por que passa a sociedade e as manobras do capitalismo de se afirmar como “vitorioso”, a pós-modernidade acaba por generalizar o Projeto da Modernidade – sem apreender suas heterogeneidades – e acaba caindo em um reducionismo acrítico, como nos mostra Húngaro (2001):

O movimento pós-moderno faz uma crítica à Modernidade como sendo um projeto superado. Na sua crítica, procede, ao mesmo tempo, um reducionismo na interpretação da Modernidade e uma generalização indevida. O reducionismo diz respeito à interpretação da Modernidade como, exclusivamente, um projeto ídeo-cultural sem o referir à sua história; e a generalização indevida se faz quando todas as formulações modernas são tratadas como Modernidade sem qualquer distinção. (p. 110)

Terry Eagleton defende que o pós-modernismo foi gerado por uma repulsa política equivocada que “centra fogo” numa das categorias mais importantes para o pensamento revolucionário: a totalidade. O importante teórico marxista (Eagleton) parte da observação de que:

o pós-modernismo obedece a uma lógica recorrente de “fabricar alvos imaginários” e “caricaturar as posições de seus adversários”. Um objeto privilegiado das críticas dos teóricos pós-modernos é a noção de totalidade. O seu atual desprestígio está intimamente associado ao aparente desaparecimento dos sujeitos históricos capazes de empreender a realização de um projeto político orientado para a transformação social. Eagleton diz que “o descrédito teórico da ideia de totalidade não surpreende numa época de derrota política para a esquerda. Muito do seu ceticismo, afinal de contas, provém de intelectuais que não contam com qualquer razão especialmente forte para situar sua existência pessoal dentro de uma estrutura política mais ampla”. (EVANGELISTA, 2007, p. 163)

Em se tratando da difusão das ideias pós-modernas, percebe-se que esta se deu, inicialmente, no campo das práticas estético-culturais e, posteriormente, tal difusão chegou ao campo da reflexão filosófica para se tornar, então, pensamento pós-moderno. (EVANGELISTA, 2007, p. 32)

Evangelista (2007) argumenta, ainda, que o fato de ter sua difusão inicial no âmbito estético-cultural, fez com que tais ideias repercutissem bastante nos órgãos da imprensa e acabaram sendo transformadas em “clichê jornalístico da moda”. Assim, foram utilizadas, indiscriminadamente, para identificar qualquer fenômeno sociocultural contemporâneo como manifestação pós-moderna. Estabeleceu-se, portanto, um “modismo pós-moderno”.

Com esse “modismo pós-moderno”, iniciou-se um reflexão teórica mais elaborada em torno dos temas contemporâneos apontados pelos pós-modernos. Ou seja, o “modismo pós-moderno” invadiu a reflexão filosófica da universidade.

Nessas elaborações acadêmicas, destaca-se a de Boaventura de Souza Santos (2001). Para ele, houve uma transição paradigmática com várias dimensões que evoluíram em ritmos desiguais:

Distingo duas dimensões principais: a epistemológica e a societal. A transição epistemológica ocorre entre o paradigma dominante da ciência moderna e o paradigma emergente que designo por paradigma de um conhecimento prudente para uma vida decente. A transição societal menos visível ocorre do paradigma dominante – sociedade patriarcal; produção capitalista; consumismo individualista e mercadorizado; identidades-fortaleza; democracia autoritária; desenvolvimento global e excludente – para um paradigma ou conjunto de paradigmas de que por enquanto não conhecemos senão as “*vibrations ascendantes*” de que falava Fourier. (SANTOS, 2001, p. 16)

Dentro desse “novo paradigma” – que o autor denomina como “Paradigma emergente” – há a existência de algumas correntes. Entre elas, aponta: Ilya Prigogine, com a “nova aliança” e a metamorfose da ciência; Fritjof Capra defendendo uma “nova física” e o Taoísmo dentro dessa; Eugene Wigner, argumentando sobre as “mudanças do segundo tipo”; Erich Jantsch e a identificação do paradigma da auto-organização; e, por fim, ele próprio (Boavetura) com o paradigma de um conhecimento prudente para uma vida decente (a pós-modernidade de oposição, para se diferenciar daquelas que denomina como pós-modernidade de aclamação). (SANTOS, 2001)

Eu falarei do paradigma de um conhecimento prudente para uma vida decente. Com esta designação, quero significar que a natureza da revolução científica que atravessamos é estruturalmente diferente da que ocorreu no século XVI. Sendo uma revolução científica que ocorre numa sociedade ela própria revolucionada pela ciência, o paradigma a emergir dela não pode ser apenas um paradigma científico (o paradigma de um conhecimento prudente), tem de ser também um paradigma social (o paradigma de uma vida decente). (SANTOS, 2001, p. 74)

Santos (2001, p. 54) afirma que sua elaboração é “uma conceituação da atual condição sociocultural que, embora admitindo o esgotamento das energias emancipatórias da modernidade, não celebra o fato, mas procura antes opor-se-lhe, traçando um novo mapa de práticas emancipadoras”. Ou seja, num claro anseio emancipatório.

O problema é que, apesar dos anseios emancipatórios, a Modernidade é tratada numa generalização indevida e lhe é atribuída a culpa pelo fracasso das ações revolucionárias. Os problemas do capitalismo são atribuídos à Modernidade. Sobre isso, argumenta Evangelista (2007):

Os problemas da moderna sociedade burguesa são imputados a uma abstrata modernidade e tratados como se não tivessem nenhuma relação com a sua lógica capitalista. Assim, pode-se propor uma “superação” da modernidade sem quaisquer rupturas com a ordem social burguesa instituída, abrindo-se o caminho para a veiculação de um pensamento “transgressor” que não questiona seriamente a vigência globalizada da lógica do capital, mas, ao contrário, parece-lhe altamente funcional. (p. 170)

Situado o contexto e as temáticas nele originadas, cabe-nos, agora, detalhar as argumentações de transição paradigmática em curso nos âmbitos econômico, político e cultural. Por fim, interessa-nos, ainda verificar como tais ideias incidiram no debate brasileiro.

2.2 A ECONOMIA NA PÓS-MODERNIDADE

No âmbito econômico, os autores que defendem a transição paradigmática argumentam que:

Nas modernas sociedades ocidentais, a estrutura social é caracterizada pela existência da sociedade industrial, que condiciona tanto a sua organização do trabalho quanto o ritmo da vida social e independe dos antagonismos entre os seus sistemas políticos. Desse modo, Bell pode adiantar que os princípios axiais da sociedade moderna são: *economizar* (...); *participação* (...); e o desejo de *realização e aprimoramento do eu* (...). No entanto, a partir do final dos anos 1950 e mais claramente nos anos 1960, são cada vez mais fortes as evidências de que se experimenta uma transição para um novo período histórico que trará transformações espetaculares, cujas repercussões seriam semelhantes às provocadas pela Revolução Industrial, no final do século 18 (...). Nesse sentido, a generalização, entre os mais distintos analistas contemporâneos, do “uso do prefixo pós seguido de um hífen é assim um indício desta sensação de existência de uma época intersticial. (EVANGELISTA, 2007, p. 99)

Esta noção de um novo sistema econômico se refere a algumas transformações, ainda em curso, em nossa sociedade, referente ao sistema ocupacional, e à nova maneira em que a ciência e a tecnologia tem se relacionado: através de um permanente processo de “inovação requerido pelas demandas derivadas da expansão e sofisticação do setor de serviços na economia contemporânea”. (idem, p. 100)

Num esforço analítico, Daniel Bell aponta que o conceito de *sociedade pós-industrial* possui cinco dimensões, nas quais poderiam ser observadas as novas tendências das transformações sociais. No setor econômico, há “a mudança de uma economia de produção de bens para uma de serviços”. O sistema ocupacional experimenta uma nova distribuição com “a preeminência da classe profissional e técnica”. O princípio axial que está tornando-se dominante consiste na “centralidade do conhecimento teórico como fonte de inovação e de formulação política para a sociedade”. (...) Na *sociedade pós-industrial*, a maior parte da força de trabalho não mais estaria empregada na agricultura ou na indústria, mas no setor de serviços, que abarca as atividades de “comércio, finanças, transporte,

saúde, recreação, pesquisa, educação e governo”. (ibidem, p. 100)

Essa noção de *sociedade pós-industrial* foi a premissa fundamental para a estruturação do pensamento pós-moderno. Essa categoria foi desenvolvida por Alain Touraine, na França e por Daniel Bell, nos Estados Unidos. Buscaram apreender a “transição da chamada sociedade industrial para as novas configurações societárias”, em evidência desde os anos 1950. (cf. Evangelista, 2007)

Essa mudança do contingente da indústria e do campo para o setor de serviços é que justifica a afirmativa de que a economia mudou, de que vivemos um período pós-industrial. A denominação sociedade pós-industrial não é uma unanimidade entre os autores pós-modernos. Alguns defendem que se trata da “sociedade do consumo”, outros preferem a denominação “sociedade da mídia”, e outros julgam se tratar da “sociedade do espetáculo”. O que parece um traço unificador é que para todos eles trata-se da emergência de uma nova sociabilidade (JAMESON, 1985) cujos traços demarcatórios seriam:

“Novos tipos de consumo, obsolescência programada, um ritmo ainda mais rápido de mudanças na moda e no *styling*, a penetração da propaganda, da televisão e dos meios de comunicação em grau até agora sem precedentes e permeando a sociedade inteira, a substituição do velho conflito cidade e campo, centro e província, pela terceirização e pela padronização universal, o crescimento das grandes redes de auto-estradas e o advento da cultura do automóvel.” (apud EVANGELISTA, 2008, p. 139).

Jameson (1985) argumenta que a pós-modernidade nada mais é que a lógica cultural de uma nova fase do capitalismo: a do capitalismo tardio. Seus traços formais:

(...) “expressam de muitas maneiras a lógica mais profunda do próprio sistema social”. O desaparecimento do sentido da história é o resultado da generalização da esquizofrenia social, agravada pela amnésia histórica promovida pela “saturação informacional gerada pelos meios de comunicação”. A pós-modernidade reproduz “a lógica do capitalismo da sociedade de consumo”, através da “transformação da realidade em imagens” e da

“fragmentação do tempo em uma série de presentes perpétuos”. (apud EVANGELISTA, 2007, p. 139)

A alteração mais visível se deu pelo incrível desenvolvimento tecnológico ocorrido, que alguns autores denominaram de “Terceira Revolução Industrial” ou “Era da Informação”. Especificamente, a tese unificadora dos pós-modernos, em relação às mudanças econômicas, centra-se na distinção de Daniel Bell entre sociedades industriais e pós-industriais. Enquanto as primeiras se baseiam no dispêndio de energia, numa organização hierarquizada da produção sustentada em força de trabalho semiquificada ou não, e na produção de bens físicos, as segundas se baseiam na produção de serviços, sejam eles no âmbito da saúde, da educação, do lazer, das artes, entre outros. O protagonista principal dessa oferta de serviços não é mais o trabalhador, mas o profissional. (EVANGELISTA, 2007, p. 235)

A fim de sustentar a tese da transição de um modelo para outro, são exploradas as estatísticas que demonstram a diminuição de pessoas empregadas no setor manufatureiro e o crescimento de pessoas empregadas no setor de serviços.

Fredric Jameson (1985) discorda dessa periodização estabelecida por Bell e apresenta uma tese mais refinada sobre as significativas alterações econômicas contemporâneas:

Baseando-se em Ernest Mandel, ele distingue três momentos sucessivos do capitalismo: o capitalismo de mercado, limitado a espaços nacionais, o monopolista ou imperialista, que procura anexar outros mercados, e o multinacional, que se estende à maior parte do planeta. Esse último estágio, longe de representar um desvio com relação ao modelo marxista original, corresponde pelo contrário ao capitalismo em sua forma pura, porque significa a extinção das formas pré-capitalista que ainda resistiam, na época de Marx, à penetração do capital. Paralelamente a essa periodização por fases do desenvolvimento do capital, Mandel propõe uma periodização por fases do desenvolvimento tecnológico, segundo a natureza das máquinas que predominam num momento dado. Podemos assim distinguir a produção de motores a vapor a partir de 1848, de motores elétricos e de combustão, a partir do final do século XIX, e de motores eletrônicos e nucleares a partir dos anos 40 do século XX. Estaríamos vivendo, segundo

Jameson, o terceiro estágio do capital – o multinacional – e a terceira idade da máquina, ou talvez a quarta, se considerarmos que a produção dos computadores está substituindo a produção de motores nucleares. Há assim um corte genuíno, não com relação ao sistema capitalista, como sugere a tese de Bell, mas dentro desse sistema. (apud EVANGELISTA, 2007, p. 235-236)

Jameson julga que a cultura pós-moderna está em correspondência com o atual estágio do capitalismo. Acrescenta, ainda, que o modernismo correspondeu ao segundo estágio e o realismo ao primeiro (Cf. EVANGELISTA, 2007).

À civilização industrial estão associadas características que não chegam a entusiasmar os teóricos do pós-moderno: a mística do desenvolvimento, a poluição ambiental e a violência de classe, que em geral é vinculada ao “sistema industrial” e não ao capitalismo em si. A passagem para a fase pós-industrial é vista como positiva, na medida em que os mecanismos de exploração se tornam menos evidentes e constitui a base para a utopia pós-moderna por excelência: a sociedade informatizada, com tudo o que isso possa implicar de manipulação e repressão, mas também de jogo, liberdade e estetização da vida. (idem: p. 236)

Para Jameson, não há nada de positivo na passagem da fase imperialista para a fase multinacional, muito menos nas manifestações superestruturais correspondentes: a cultura pós-moderna. Apesar disso, julga que o pensamento marxista deve reconhecer o fato da transição e analisar suas consequências para o projeto revolucionário. (idem: p. 236)

Alain Touraine afirma que “o sucesso intelectual do pós-modernismo foi, no final dos anos 1970, um efeito direto da crise do esquerdismo revolucionário” e sugere a existência de uma conexão entre o pós-modernismo e o neoliberalismo.

O neoliberalismo que triunfa na vida econômica e política durante os anos 1980 e o pós-modernismo cultural são os produtos paralelos da decomposição do esquerdismo, forma extrema de modernismo, sobretudo para os trotskistas, que desde o início da Revolução Soviética cultivaram a utopia da máquina central, tornada plano central, transformada mais recentemente em ordenador central, que se supunha que

transformaria o governo dos homens em administração das coisas e assim os libertaria dos males do subjetivismo político. (TOURAINÉ, 1994, p. 198 apud EVANGELISTA, 2007, p. 94)

Dessa forma, percebemos a relação entre o fim do socialismo real, das sociais democracias e a abertura de espaço para uma concepção anti-humanista de economia como o neoliberalismo, que defende o não envolvimento do Estado na economia, ou seja, tenta afastar qualquer possibilidade de crescimento de qualquer sistema que tenha por base o “social”.

Esse posicionamento “pós-social” reflete também no âmbito da política, em que não se tem um protagonismo popular, mas sim do grande capital financeiro especulativo. E os movimentos sociais vão se dizimando e se ensimesmando em processos microscópicos.

2.3 A POLÍTICA NA PÓS-MODERNIDADE

Articulado com a leitura das transformações, os pós-modernos também produzem uma compreensão da política. Tendo como principal marco a crise do socialismo real, o pensamento pós-moderno, expressão da decadência decreta a morte do social.

A aceitação resignada da realidade social contemporânea em seus efeitos cotidianos mais perturbadores transmuta-se numa estridente negação do próprio social. (...) A ideia de dissolução do social implica a afirmação de uma *situação pós-social* que “é o produto de uma completa separação entre a instrumentalidade e o sentido; a primeira é gerida por empresas, econômicas ou políticas, em concorrência entre elas nos mercados; o segundo tornou-se puramente privado, subjetivo”. (EVANGELISTA, 2007, p. 94)

A tolerância às identidades e diferenças é a única marca restante de regulamentação da vida em sociedade. Uma práxis coletiva intencional, como é o caso de uma revolução social, é sentida como algo impossível ou absurdo. O pensamento pós-moderno admite e estimula a despolitização do político (ou da grande política, como pensava Gramsci):

O único princípio de regulamentação da vida social que resta é a tolerância, pois todos os comportamentos são aceitáveis e podem coexistir sem contradição, nem a atitude contemplativa diante da história e da vida social cotidiana. “A política não pretende mais ‘mudar a vida’ e os parlamentos perdem seu papel de representação das reivindicações sociais. (...) Os atores deixam de ser sociais e voltam-se para si mesmos, para a busca narcisista da sua identidade”. (EVANGELISTA, 2007, p. 94, 95)

Tal despolitização da política é acentuada com o fortalecimento da tecnocracia. Todos os problemas políticos são reduzidos à questão da gestão. Eis uma importante articulação entre o irracionalismo pós-moderno e a “miséria da razão”. “Os tomadores de decisão”, depois da “morte do social”, são os técnicos especialistas em economia, vivemos então numa sociedade tecnocrática. As contradições fundamentais das classes sociais são desconsideradas, pois, para os pós-modernos, não mais existem as classes sociais.

Como o processo de decisões passa a ser essencialmente técnico, surge uma *intelligentsia* técnica, na qual os cientistas e os economistas têm, cada vez mais, funções decisivas no processo político. Isso, portanto, representa o fim das ideologias e o advento do pensamento tecnocrático, pois a elaboração técnica de decisões é “diametralmente oposta à ideologia: uma é calculadora e instrumental, e a outra emocional e expressiva”. O pensamento tecnocrático, de posse dessas novas tecnologias intelectuais, atuaria com o propósito de “harmonizar” a vida social e de encontrar “a ‘melhor’ solução para as opções que perturbam os homens”. (EVANGELISTA, 2007, p. 102, 103)

Para não pairar dúvidas sobre a compreensão de Evangelista, vejamos nas palavras de Lyotard:

O “redesdobramento” econômico na fase atual do capitalismo, auxiliado pela mutação das técnicas e das tecnologias segue em paralelo, já se disse, com uma mudança de função dos Estados: a partir desta síndrome forma-se uma imagem da sociedade que obriga a revisar seriamente os enfoques apresentados como alternativa.

Digamos sumariamente que as funções de regulação e, portanto, de reprodução, são e serão cada vez mais retiradas dos administradores e confiadas a autômatos. A grande questão vem a ser e será a de dispor das informações que estes deverão ter na memória a fim de que boas decisões sejam tomadas. O acesso às informações é e será da alçada dos experts de todos os tipos. A classe dirigente é e será a dos decisores. Ela já não é mais constituída pela classe política tradicional, mas por uma camada formada por dirigentes de empresas, altos funcionários, dirigentes de grandes órgãos profissionais, sindicais, políticos, confessionais. (LYOTARD, 2009, p. 27)

Dessa forma, presenciamos a planetarização do capitalismo. Com esse “redesdobramento” econômico, percebe-se o “não lugar” do Estado na condução política e econômica atual. Nada mais atual que a formulação de Marx e Engels consignada no Manifesto Comunista de que “O executivo do Estado é o comitê para gerir os negócios da burguesia”, desde que acrescentando ao final “burguesia financeiro-especulativa”. O Estado deixa de ser o “poder” central, passa-se, então, a um poder difundido por toda a sociedade civil. Eis as justificativas dadas:

A transformação da natureza do saber pode assim ter sobre os poderes públicos estabelecidos um efeito de retorno tal que os obrigue a reconsiderar suas relações de direito e de fato com as grandes empresas e mais genericamente com a sociedade civil. A reabertura do mercado mundial, a retomada de uma competição econômica ativa, o desaparecimento da hegemonia exclusiva do capitalismo americano, o declínio da alternativa socialista, a abertura provável do mercado chinês às trocas, e muitos outros fatores, vêm preparar os Estados, neste final dos anos 70, para uma revisão séria do papel que habituara a desempenhar desde os anos 30, que era de proteção e guia, e até de planificação dos investimentos. Neste contexto, as novas tecnologias, pelo fato de tornarem os dados úteis às decisões (portanto, os meios de controle) ainda mais instáveis e sujeitas à pirataria, não podem senão exigir urgência deste reexame. (LYOTARD, 2009, p. 6, 7)

Percebem-se alguns artifícios que tentam justificar a nova compreensão do Estado na sociedade pós-moderna, como se fosse uma escolha “ingênua”,

sem interesses maiores, e como se não houvesse outra compreensão possível, porém, essas manobras não passam despercebidamente por seus críticos.

Os teóricos do pós-moderno são surpreendentemente omissos com relação ao Estado. Mas não seria difícil fazer aqui uma periodização semelhante à feita para descrever a evolução da instância econômica. Poderíamos dizer que ao primeiro estágio do capital correspondeu um Estado liberal clássico, com um mínimo de intervencionismo, ao segundo um Estado keynesiano com funções cíclicas e de bem-estar social, e ao terceiro um Estado neo-ortodoxo, que diante dos impasses do estado social (crise de legitimação resultante seja do fracasso do Estado em promover o pleno emprego seja do acúmulo de reivindicações dirigidas ao Estado e que este não tem os meios financeiros de atender) procura devolver ao setor privado uma parte de suas atribuições. É a concepção de Estado hoje em dia triunfante nos Estados Unidos, na Inglaterra, na Alemanha e agora na França, depois da vitória da direita. Seria um Estado “pós-moderno”, coerente com o caráter regressivo e arcaizante de outras tendências “pós”. (ROUANET, 1987, p. 236,237)

Com isso, passa-se a configurar, de acordo com Rouanet (1987, p. 237-238), uma política segmentar, exercida por grupos particulares, uma política micrológica, destinada a combater o poder instalado nos interstícios mais imperceptíveis da vida cotidiana, diferentemente da política moderna, em que o jogo político se dava através dos partidos, segundo os mecanismos da democracia representativa.

Tem-se, então, o surgimento de movimentos “ensimesmados”, como o feminista, o movimento *gay*, o movimento negro, que, na maioria das vezes, não fazem com que seus interesses particularistas confluem nos interesses histórico-universais. Trata-se de uma alienação militante. Suas pautas, apesar de legítimas, quando “ensimesmadas” acabam por enfraquecer a luta pela adequação do indivíduo ao gênero que supõe a igualdade substantiva entre os seres humanos. A compreensão de emancipação humana, elaborada por Marx, é considerada impossível ao pensamento pós-moderno. Mais que isso, é tida como expressão de opressão à subjetividade dos indivíduos. Para os pós-modernos, o marxismo é um bloco homogêneo de pensamento – ou seja, não tratam como marxismos – em profunda crise política e teórica. Crise esta que o

feriu de morte e o relegou a uma narrativa do passado, já superada. Sader (1986, p. 64), em prosa límpida, faz a síntese dos argumentos pós-modernos:

A “crise do marxismo” desdobra-se em crise política e teórica. É crise política, porque é acompanhada da “crise da teoria da revolução proletária”, na medida em que são postas em xeque as anteriores certezas teleológicas de um socialismo concebido como a realização de uma missão histórica, ditada como tarefa “ontológica” a ser cumprida pelo proletariado, o “sujeito revolucionário”. E, também, é crise teórica, com consequências na amplificação da crise política, porque a dinâmica da realidade social tornou-se impermeável a suas categorias explicativas. Atualmente, o marxismo seria apenas uma “fonte” datada, com alcance já esgotado para “novas” formulações e a produção de novos conhecimentos. Assim estaria aberto um período de “transição para algo novo” em termos de teoria social (apud EVANGELISTA, 1992, p. 17).

A crítica pós-moderna vem escamoteada como uma crítica à razão moderna. Segundo seus argumentos, pela impossibilidade de uma análise de totalidade, toda a elaboração teórica própria da Modernidade estaria em crise, pois formulou metanarrativas. De acordo com Evangelista (2007), tal argumentação é apenas um embuste, pois:

[...] A recusa genérica das metanarrativas esconde o real adversário dos pensadores pós-modernos. O alvo da crítica pós-moderna é, em última análise, o marxismo e a esquerda socialista. [...] O conservadorismo é o traço mais saliente e dominante na vida política e intelectual atual. A apologia da falência do projeto da modernidade e dos seus ideais emancipatórios vem acompanhada da apresentação da impotência e da passividade como alternativa proposta pelos teóricos pós-modernos. A condição pós-moderna implica resignação e submissão à ordem socioeconômica estabelecida, com a recusa de toda e qualquer ação coletiva que vise a transformações estruturais no capitalismo. O pós-modernismo, como estado de espírito dominante, redundando em perplexidade e desorientação política e intelectual, que se efetiva no abandono da crítica e dos projetos sociais transformadores. (EVANGELISTA, 2007, p. 181, 184)

Não há mais um sujeito revolucionário. A pós-modernidade, por estar em colaboração com os ideais dominantes capitalistas, desestimula uma consciência de classe, que seja revolucionária.

Não se pretende, com essa argumentação, desconsiderar a existência de crise dentro dos marxismos. O marxismo-leninismo – que era em verdade o Stalinismo – fez muito mal ao movimento socialista e, especialmente, à Marx. Um projeto de caráter emancipatório, no século XXI, deve necessariamente fazer o balanço dessa inspiração teórica. Mas nem nisso os pós-modernos foram originais. Por dentro do próprio marxismo surgiu a crítica sobre a necessidade de renovação do marxismo. É conhecido o esforço de Lukács nessa empreitada, a que denominou “renascimento do marxismo”. Netto (2002) elenca algumas justificativas que embasaram esse importante pensador em sua empreitada e, ao mesmo tempo, demonstra como as circunstâncias foram cruéis para este projeto:

Quando visualizava um “renascimento do marxismo”, Lukács tomava em conta as conquistas das massas trabalhadoras da Europa Ocidental ao longo das décadas de 1950 e 1960, os êxitos de anos e anos de lutas antiimperialistas e anticolonialistas no então Terceiro Mundo, o forte movimento pelos direitos civis e pela paz nos Estados Unidos (à época engolfados na covarde agressão ao povo vietnamita), a ampla recusa das gerações mais jovens à manipulação capitalista da vida e, *last but not least*, as tendências renovadoras nas sociedades pós-revolucionárias. Entretanto foram esses suportes político-materiais e suas expressões ideais que se revelaram amplamente reversíveis a partir da transição dos anos 1970 aos 1980, acabando por configurar o último quartel do século XX como um período nitidamente contra-revolucionário e por plasmar uma ambiência cultural que torna a tradição marxista muito pouco compatível com o “espírito do tempo”. (Netto, 2002, p. 79)

E qual é este espírito do tempo? Segundo o pensamento pós-moderno, não há um sujeito revolucionário, pois a classe operária, antes protagonista das lutas revolucionárias de transformação social, agora, não mais existe. Além disso, segundo Pereira (2011, p. 4), “a própria ideia de uma transformação global estaria comprometida pela fragmentação heterogênea de identidades e

de interesses”. Isso devido à crença de que “qualquer ação política que tenha por fim a emancipação terá como destino inexorável a criação de mais opressão, como se todos os caminhos desembocassem em uma repetição infinita do presente capitalista”.

Essa ideia de negação dos atores políticos se dá pela negação da totalidade. Leandro Konder, citado por Pereira (2011), esclarece que

“qualquer objeto que o homem possa perceber ou criar é parte de um todo. Em cada ação empreendida, o ser humano se defronta, inevitavelmente, com problemas interligados. Por isso, para encaminhar uma solução para os problemas, o ser humano precisa ter uma certa visão de conjunto deles: é a partir da visão do conjunto que a gente pode avaliar a dimensão de cada elemento do quadro. [...] Se não enxergarmos o todo, podemos atribuir um valor exagerado a uma verdade limitada (transformando-a em mentira), prejudicando a nossa compreensão de uma verdade mais geral.” Sendo assim, a perspectiva da totalidade é imprescindível para a apreensão da realidade. Como ressaltou Konder, é com base nela que temos parâmetros para distinguir a dimensão de cada elemento do objeto de estudo e superar a aparência imediata das coisas chegando à essência. Com efeito, é só quando integrados dentro de uma totalidade que os fatos sociais adquirem significância. Ou, [...] em um sentido mais sociológico, “todo fato humano, econômico, social, político ou cultural, coletivo ou individual, material ou ‘espiritual’, só pode ser compreendido no contexto de um processo histórico mais amplo, do qual faz parte”. (PEREIRA, 2011, p. 12, 13)

O que a noção de totalidade tem a ver com as transformações sociais? Tudo. É justamente por negar a compreensão do todo que há a celebração pós-moderna de pluralismo e relativismo, que reduz a uma visão fragmentária, superficial e conservadora da realidade. Em resumo, é não perceber que todas as dimensões da vida social estão permeadas pelo modo de produção capitalista. A totalidade capitalista, para os pós-modernos é uma ficção.

Não foi à toa que Terry Eagleton anotou, com precisão, que “não buscar a totalidade representa apenas um código para não se considerar o capitalismo”. Daí também a justa indignação de Ellen Wood quando lembra que “vivemos hoje

um momento histórico que, mais que qualquer outro, requer um projeto universalista. Trata-se de um momento histórico dominado pelo capitalismo, o sistema mais universal que o mundo já conheceu [...]. Ao estudar o capitalismo, a insistência pós-modernista em que a realidade é fragmentária e, portanto, acessível apenas a ‘conhecimentos’ fragmentários é desarrazada e incapacitante. A realidade social do capitalismo é ‘totalizante’ em formas e graus sem precedentes. [...]. E entender esse sistema ‘totalizante’ requer o tipo de ‘conhecimento totalizante’ que [...] os pós-modernistas rejeitam”. Eis a contradição da rejeição pós-moderna: grande parte da intelectualidade contemporânea está se esquecendo de pensar globalmente exatamente no momento histórico em que o capital está mais universal e totalizante que nunca. (PEREIRA, 2001, p. 16, 17)

2.4. A CULTURA NA PÓS-MODERNIDADE

Como operamos com a noção de totalidade, estes desdobramentos analíticos foram separados em econômico, político e cultural visando favorecer a compreensão do leitor, mas constituem uma totalidade articulada. A dificuldade, para tratá-los autonomamente é tamanha que, muitas vezes, ocorreremos em repetições.

Para uma crítica da pós-modernidade, o âmbito cultural tem uma importância significativa, pois foi nele que se experimentou, pela primeira vez, a sua manifestação. Declarando a morte da cultura moderna baseada em “grandes narrativas”, como a emancipação pela revolução ou pelo conhecimento, a pós-modernidade se funda pela “paralogia”, pela extinção das fronteiras entre arte, ciência e história, afirmando o surgimento de uma nova condição existencial: a condição pós-moderna.

Desde a primeira ocorrência, tais ideias rapidamente se difundiram e incidiram decisivamente na teoria social:

Suas ideias tiveram, desde então, [década de 1970] uma crescente difusão e repercussão no mundo da cultura, incidindo amplamente na elaboração da teoria social e na reflexão filosófica. Como o próprio termo sugere, o pensamento pós-moderno se afirmaria como expressão intelectual de uma nova ordem societária que se está

formando em contraposição à modernidade em crise. O pensamento pós-moderno seria a expressão teórica e cultural de uma nova situação sócio-histórica: a condição pós-moderna. Assim, ao falar-se do pensamento pós-moderno estar-se-ia referindo necessariamente à condição pós-moderna. O pensamento pós-moderno instauraria uma nova modalidade de racionalidade e de cultura, que seria a expressão de um conjunto de transformações econômicas, sociais e políticas, produzindo uma mudança qualitativa nas instituições da sociedade moderna. Desse modo, o pensamento pós-moderno significaria, ao mesmo tempo, uma crítica e uma ruptura com a modernidade, com implicações que atingem desde a vida cotidiana até a produção do conhecimento social. (EVANGELISTA, 2007, p. 75, 76)

2.4.1. A incidência na arte

Como vimos anteriormente, a inserção pós-moderna se deu inicialmente como um movimento cultural e teve a arte como seu principal foco de transformações.

Uma das características mais marcantes do modernismo era a busca da singularidade estilística de cada artista, escritor, músico, etc., através da invenção de um estilo pessoal e privado inconfundível. A estética da modernidade estava “organicamente vinculada à concepção de um eu singular e de uma identidade privada, uma personalidade e uma individualidade únicas”, que se expressava naquela singularidade artística e intelectual. Hoje, todavia, esse indivíduo é coisa do passado e está morto [...]. Na sociedade atual vive-se numa encruzilhada produzida pela inexistência de um mundo privado e único e pela impossibilidade de um estilo que possa exprimi-lo. (EVANGELISTA, 2007, p. 135, 136)

Há então a ideia de que todos os estilos já foram inventados e que o número de combinações entre eles é restrito. Então surge o pastiche como uma “solução estilística para o dilema estético da contemporaneidade”.

“no mundo em que a inovação estilística não é mais possível, tudo o que restou é imitar estilos mortos, falar através de máscaras e com vozes dos estilos do museu

imaginário”. Porém, o pastiche é uma imitação amorfa de um determinado estilo singular, sem o impulso satírico da paródia modernista, que retirava o seu humor da comparação dos maneirismos estilísticos com uma norma linguística, em relação a qual a imitação dos estilos dos grandes modernistas revelava-se cômica. O *pastiche* é o “sintoma alarmante e patológico” de uma sociedade em que se tornou impossível o reconhecimento de sua historicidade. A busca desesperada de soluções do passado para os dilemas do presente revela a sua incapacidade de se relacionar com o tempo e a história. Jameson defende a tese de que a esquizofrenia constitui um traço básico da pós-modernidade. [...] (EVANGELISTA, 2007, p. 136)

A cultura, nessa lógica, foi absorvida pela lógica da mercadoria e virou mais um produto no mercado.

Se, no modernismo, a cultura podia ser um lugar para a crítica da mercadoria e ensejar tentativas de ultrapassá-la, no pós-modernismo “é o consumo da própria produção de mercadorias como processo”. O pós-modernismo “não é a dominante cultural de uma ordem social totalmente nova (...), mas é apenas reflexo e aspecto concomitante de mais uma modificação sistêmica do próprio capitalismo”. (EVANGELISTA, 2007, p. 140)

Baseando-se no esquema anteriormente citado em que Mandel discorre sobre as fases do capitalismo, Jameson (apud EVANGELISTA, 2007, p. 141) propõe um modelo em que “o realismo, o modernismo e o pós-modernismo corresponderiam à forma cultural dominante, respectivamente, do capitalismo mercantil ou concorrencial, do capitalismo monopolista ou imperialista e do capitalismo multinacional, de consumo ou tardio”. Ele afirma que, dessa forma, “a representação estética seria uma maneira de representar o mundo que se transforma dialeticamente em cada nova fase do desenvolvimento tecnológico por que passa o capitalismo”.

Ou seja, o capital lança seus tentáculos em todas as esferas da vida e transforma-os em mercadorias passíveis de serem comercializadas. Eagleton afirma que a pós-modernidade transformou a cultura em mercadoria. Segundo Jameson (apud EVANGELISTA, 2007) isso se dá da seguinte maneira:

O fenômeno pós-moderno elimina as diferenças entre a cultura de elite ou alta cultura e a cultura comercial ou cultura de massas, que era uma das características do modernismo, quando ao lado da indústria cultural ainda restava algum espaço de autonomia para a autêntica cultura e suas formas críticas de representação do mundo. Na cultura pós-moderna, toda a produção estética foi colonizada pelo capital e integrada à produção de mercadorias em geral. Tanto na teoria contemporânea como na cultura do simulacro, impôs-se uma nova superficialidade e a recusa de modelos representacionais de profundidade, como, por exemplo, são a hermenêutica, a dialética, a psicanálise, o existencialismo e a semiótica, que estão fundados, respectivamente, por relações entre interior e exterior, entre essência e aparência, entre latente e manifesto, entre autenticidade e inautenticidade, e entre significante e significado. Tudo isso estaria orientado para a busca ou o desvendamento da verdade, que não passaria de um componente metafísico que deveria ser de uma vez por todas abandonado. (EVANGELISTA, 2007, p. 145, 146)

A cultura do simulacro a que Jameson se refere, vem das inovações na produção e reprodução de imagens, o que permite que réplicas sejam feitas com total perfeição. Simulacro significa “estado de réplica tão próxima da perfeição que a diferença entre o original e a cópia é quase impossível de ser percebida”. De acordo com Evangelista (2007, p. 154), essa cultura representa um papel central na condição pós-moderna. “O sentido da irrealidade atinge níveis exasperantes, pois as imitações passam a ser mais reais do que os originais e o ‘real assume muitas qualidades de uma imitação”.

O prefixo “pós” deixa uma ambiguidade de compreensão no ar. Pode-se compreender como sendo uma oposição ou como continuidade. Em se tratando da arte pós-moderna, podemos perceber um pouco de oposição e um pouco de continuidade.

Terry Eagleton afirma que o pós-modernismo, por mais que procure negar a tradição modernista, “representa a última emergência iconoclasta da vanguarda, com sua demótica subversão da hierarquia, sua subversão auto-reflexiva do fechamento ideológico, seu ataque populista ao intelectualismo e ao elitismo”. Ao mesmo tempo, contudo, o pós-modernismo se destaca por “seu anti-historicismo consumista, hedonista e filisteu; seu completo abandono da

crítica e do engajamento; sua anulação cínica da verdade, do significado e da subjetividade; seu tecnologismo vazio e reificado”. Essa ambiguidade será uma das principais características de quase todas as manifestações da cultura pós-moderna. “A maior parte da cultura pós-moderna é ao mesmo tempo radical e conservadora, iconoclasta e cooptada”. (EVANGELISTA, 2007, p. 158)

Eagleton diferencia o pós-modernismo, como sendo a forma de cultura contemporânea – incluindo tanto a cultura quanto o pensamento – da pós-modernidade, essa como sendo o período histórico específico.

O pós-modernismo, como vimos, faz com que os produtos culturais sejam, fundamentalmente, mercadorias. Na pós-modernidade, uma cultura de contestação e crítica fica quase que impossibilitada. Tem-se, assim, uma arte funcional.

2.4.2 A Ciência na Pós-Modernidade

Ainda no âmbito cultural, como não poderia deixar de ser, mudanças significativas foram sentidas no campo da ciência. As universidades – importantes instituições produtoras e difusoras de conhecimento – foram integradas ao pensamento da decadência burguesa. Toda e qualquer compreensão de uma ciência comprometida com transformação social foi abandonada pelos gestores e tecnocratas da pesquisa, funcionários das universidades.

Na Modernidade, como vimos, a ciência, de modo geral, era a maneira de se conhecer a realidade, saturando de determinações o objeto estudado a fim de conhecê-lo em sua totalidade, com o intuito de desvelar a realidade a fim de que pudesse estar submetida aos seres humanos. A preocupação metodológica estava subsumida à necessidade de descoberta da verdade.

O pensamento pós-moderno lança críticas contundentes à ciência moderna e esta é abandonada, alterando-se significativamente o fazer científico de nossa época. A crítica principal é dirigida à racionalidade e abriu-se espaço para uma nova onda irracionalista, absolutamente funcional ao capitalismo.

Ocorre que a crítica da modernidade foi dirigida ao conjunto de sua racionalidade, numa cruzada contra a razão em geral, dando forte impulso a uma nova onda irracionalista. Então, os principais temas da racionalidade moderna – ciência, verdade, progresso, revolução, felicidade, etc. – darão lugar à valorização do fragmentário, do microscópico, do singular, do efêmero, do imaginário, dentre outros. Há uma rejeição pelas grandes sínteses intelectuais, pelo conhecimento das causas primárias, pela busca do sentido na história, que passa a ser dominada pela indeterminação e pela ação de sujeitos auto-constituíntes do processo histórico (Zaidan Filho, 1989, p. 16). Declara-se a caducidade dos “velhos esquemas interpretativos” e proclama-se a necessidade de elaboração de “novos paradigmas”, cujas “novas metodologias” devem estar centradas no “cotidiano não-estruturado”, heterogêneo e pluralista dos processos sociais. (EVANGELISTA, 1992, p. 24)

Repetidas vezes, autores como Evangelista, Rouanet, Netto, Wood, dentre outros, se referem à pós-modernidade como o “novo irracionalismo”, pois historicamente vimos a emergência de outros paradigmas, que também descartaram a racionalidade como fundamento metodológico, dentre eles, destacamos o estruturalismo, o positivismo, a fenomenologia e todos os “pós” e “neos” contemporâneos.

Esse “novo” irracionalismo tomou corpo com as reflexões em torno dos acontecimentos em maio de 1968, na França. E pode ser caracterizado, resumidamente, pela “desreferencialização do real”, pela “dessubstancialização do sujeito” e pelo “descentramento da política”. (EVANGELISTA, 1992, p. 25)

Para além do irracionalismo, percebemos que a pós-modernidade opera também com a instrumentalização da razão, como bem necessitar as condições do capitalismo, como vimos, no capítulo anterior, na explicitação de Carlos Nelson Coutinho (2010) sobre os momentos de crise e de estabilidade do capitalismo.

Essa instrumentalização da razão se dá no sentido de compreender que determinado conhecimento só é válido se for útil ao capital, no caso, se puder ser transformado em mercadoria, nas palavras de Lyotard, se for vendável.

No contexto da mercantilização do saber, esta última questão significa comumente: isto é vendável? E, no contexto do aumento do poder: isto é eficaz? Ora, parece dever ser bem vendável a disposição de uma competência atuante nas condições acima descritas, e ela é eficaz por definição. O que deixa de sê-lo é a competência segundo outros critérios, como o verdadeiro/falso, o justo/injusto, etc. e, evidentemente, o fraco desempenho em geral. A perspectiva de um vasto mercado de competências operacionais está aberta. Os detentores desta espécie de saber são e serão objeto de ofertas e mesmo motivo de disputa de políticas de sedução. Deste ponto de vista, não é o fim do saber que se anuncia, e sim o contrário. A enciclopédia de amanhã são os bancos de dados. Eles excedem a capacidade de cada usuário. Eles são a “natureza” para o homem pós-moderno. (Lyotard, 2009 p. 92, 93)

Assim, percebe-se a relação distorcida que se forma entre saber e mercadoria, bem como a inserção das tecnologias a tal ponto que há a cogitação de substituição de professores por máquinas, tendo em vista que o conhecimento está na rede. Tudo o que se tem disponível de conhecimento está a um clique de distância. Essa noção altera também a relação do Estado com a pesquisa científica, pois há um estímulo ao enriquecimento através de patentes – deixando de lado que o conhecimento é historicamente produzido pelo homem e que não é de usufruto exclusivo de um grupo de pessoas. Há, então, uma privatização dos estudos científicos. Grandes empresas “adotam” laboratórios e universidades para que o resultado das pesquisas possam ser comercializados e se convertam em lucros.

Os créditos para a pesquisa são o alicerce para os laboratórios dentro de uma perspectiva de crescimento e importância que é legitimada pelo melhor desempenho. Nesse sentido, pesquisa, transmissão do saber e empresa pós-industrial se encontram intimamente ligados. Diversas universidades funcionam em estreita colaboração com parques industriais que lhes são vizinhos, como é o caso sempre citado da Universidade de Stanford, na Califórnia. E continua Lyotard: “Mas o capitalismo vem trazer sua solução ao problema científico à pesquisa: diretamente financiando os departamentos de pesquisas nas empresas, onde os

imperativos de desempenho e de recomercialização orientam com prioridade os estudos voltados para as aplicações; indiretamente, pela criação de fundações de pesquisas privadas, estatais ou mistas, que concedem créditos sobre programas a departamentos universitários, laboratórios, sem esperar do resultado dos seus trabalhos um lucro imediato, mas erigindo em princípio que é preciso financiar pesquisas a fundo perdido durante um certo tempo para aumentar as chances de obter uma inovação decisiva e, portanto, muito rentável.” (SANTIAGO, 2009, p. 129)

Percebemos aqui uma relação comercial com o saber e, não, de emancipação, como era o intuito da ciência moderna. O outro viés da racionalidade na pós-modernidade é o do irracionalismo. Esse estímulo ao irracionalismo está intrinsecamente relacionado a outra característica que é o ataque à totalidade.

Se é impossível a descoberta de um sentido no processo histórico-social, que possa ser racionalmente apreendido, instaura-se o império da incognoscibilidade com a relativização de todo conhecimento, permitindo uma multiplicidade inesgotável de interpretações, todas válidas. A realidade teria como característica essencial o seu caráter fragmentário, que impede qualquer possibilidade de síntese ou totalização, que apreenda o real. É, daí, que advém o jogo da crítica ao marxismo. O marxismo, ao contrário dessas outras concepções, reivindica para si a condição de pensamento totalizante e integralizador, reconhecendo-se como herdeiro e continuador das grandes sínteses do pensamento moderno. Mais: propõe-se a ser a expressão teórica do movimento dialético do real e que, por isso, é o único capaz de conhecer e explicar, racionalmente, a totalidade histórica. Então, é identificado pelos teóricos “pós-modernos” como um “paradigma” ultrapassado e preso a uma concepção determinista e teleológica da história. (EVANGELISTA, 1992, p. 31)

Percebe-se, com isso, que há uma recusa em aceitar análises que sejam totalizadoras, que captem racionalmente os diversos aspectos de determinado objeto a fim de compreendê-lo de forma mais profunda. Dessa forma, defende-se a ideia do “tudo é relativo”; “depende do ponto de vista”; do “olhar”, esquecendo-se que o objeto faz parte de uma realidade concreta. E

essa realidade não é levada em consideração. Deixando abertura para a aceitação da afirmação de Nietzsche de que “a realidade não existe, o que existe são interpretações” e com essa afirmação se fundamenta o argumento de que há uma “desreferencialização do real”, ou seja, a realidade deixa de ser o ponto de partida e tampouco o ponto de chegada do conhecimento científico (sua transformação).

A realidade deixou de ser a referência para a produção do conhecimento. A “representação simbólica” do real ocupa o lugar da chamada “realidade objetiva”. Dessa forma, não há uma determinação ontológica sobre o conhecimento. “Não há real e, muito menos, um ‘sentido’ nesse real. Há somente o simulacro, a imagem, a representação (imaginária) dessa realidade. Esta é a única realidade.” (ZAIDAN FILHO, 1989, p. 20). Como consequência, a preocupação intelectual desloca-se para o “discurso” e para as “práticas discursivas”, e a luta entre elas, submersas que estão na dominação e na resistência à dominação, ubiquamente distribuídas nos processos e nas estruturas sociais. Essa “desreferencialização do real” acontece porque o “real é subsumido a um processo de significação sem referente, ou auto-refenciado” (ZAIDAN FILHO, 1989, p. 21). (apud EVANGELISTA, 1992, p. 25)

Pereira (2011, p. 10) afirma que o grande equívoco do relativismo pós-moderno ao rejeitar os absolutismos, é colocar que “tudo é absolutamente relativo, ou seja, ele mesmo torna sua ideia central um absoluto”. Em sendo assim, ele assegura que tudo é relativo, exceto ele mesmo, que por algum motivo especial se encontra fora de seu próprio raciocínio. “É uma situação paradoxal semelhante àquela pessoa que diz ‘tudo que eu falo é mentira’: não há maneira de evitar uma autocontradição, seja a frase verdadeira ou falsa”.

(...) o desprezo desses “novos críticos” da modernidade pela ontologia conduziu a uma concepção em que a história é a resultante de uma avalanche caótica de episódios, fatos e acontecimentos, desconectados uns dos outros e aleatoriamente produzidos e ordenados no processo sócio histórico. Por isso, não é possível a percepção de fenômenos universais, porque todos os fatos que constituem esse processo são singulares. O fenômeno particular seria único em sua singularidade. Desse modo, perde-se a

possibilidade cognoscitiva de compreender os fatos singulares como uma modalidade de objetivação particular de um fenômeno universal e que, por isso, apresenta determinadas regularidades sócio históricas, que podem ser racionalmente apreendidas. É justamente o desprezo pela dimensão ontológica do real que faz com que determinadas teorias sociais não consigam ultrapassar a superfície aparente dos fenômenos societários, escapando-lhes a integralidade do seu ser social. Quando o fragmentário, o microcosmo e o fatual, que abundam na cotidianidade, não são vistos como produzidos pela reificação das relações sociais no capitalismo, instala-se a irrazão. O mediato foge à percepção da consciência, restando, exclusiva ou principalmente, o imediato. Essa é, no essencial, a origem do irracionalismo contemporâneo. (EVANGELISTA, 1992, p. 35, 36)

Outro problema flagrante da desreferencialização do real se dá em não se preocupar em transcender a aparência para se chegar à essência do objeto, na pós-modernidade eles são a mesma coisa.

Segue-se a isso a crença pós-moderna na ideia de que nossas representações ideais da realidade são a realidade. Como se nossos esquemas conceituais e concepções da realidade fossem o constituinte do próprio real. Ou seja, não há um referente externo para o saber, a realidade que ele buscaria entender é, na visão pós-moderna, criada por ele mesmo, o que significa dizer que existem tantas realidades quantos forem os sujeitos que buscam entendê-las, sem que haja um real comum a diferentes indivíduos. Para Baudrillard “Não há real. Não há alguma coisa. Há nada. Quer dizer, a ilusão perpétua de um objeto não captável e do sujeito que crê captá-lo”. (PEREIRA, 2011: 8)

José Paulo Netto ao falar da importância teórica de Lukács⁷ e sua ausência no debate contemporâneo elenca os principais aspectos que o contraditam em relação à ambiência teórica contemporânea:

⁷(1885-1971) Filósofo húngaro de grande importância no século XX. Escreveu a importantíssima obra *Ontologia do Ser Social*, buscando em Marx as categorias de análise do capitalismo, para compreender os homens nesse modo de produção, centrando no trabalho a principal categoria e na totalidade como a “pedra de toque” do método de análise. Em vida, foi obrigado a se exilar por duas vezes. José Paulo Netto afirma que vivemos o terceiro exílio de Lukács (agora intelectual), pois suas ideias colidem de frente com o “espírito do tempo”, que é a pós-modernidade. E seu terceiro exílio se justificaria em sua ausência no debate contemporâneo.

[...], cumpre apenas fazer notar que:a) a análise lukacsiana tem na categoria de totalidade a sua pedra-de-toque;b) como o exige toda reflexão centrada nas questões ontológicas, a elaboração lukacsiana ancora-se também numa categoria de substância, só que radicalmente histórica e criativamente redimensionadora das relações entre essência e fenômeno; c) abordando a constituição do social como um nível específico do ser, tomado este na sua unidade (donde a diversidade dos seus constituintes), Lukács mantém sempre firme a determinação distintiva entre natureza e sociedade;d) o ser social, para Lukács – como para o jovem Marx –, é um ser objetivo, isto é, um ser que se objetiva; a realidade objetiva com que se defronta e a que ele responde, precisamente através das suas objetivações, configura-se como o complexo em movimento das determinações naturais e sociais (exatamente as objetivações acumuladas e em processo) que envolvem e constituem o agir social, teleológico; ee) a história é o processo de produção e reprodução daquelas objetivações – e se estas, sempre, são teleologicamente efetivadas, o processo histórico, em si mesmo, não dispõe de finalismo. (NETTO, 2002: 90)

Percebe-se, aqui, quão rica é a análise de Lukács e compreende-se o porquê de sua ausência no debate teórico contemporâneo. Um autor que bate de frente com as manifestações de decadência ideológica, muitos anos antes dela se firmar como um paradigma. Isso se dá a partir de uma análise séria do próprio capitalismo. Conseguindo antever seus desdobramentos.

Vejamos agora, o método em que se baseia o fazer científico pós-moderno, ou seja, como se dão os Jogos de Linguagem. Lyotard compara o fazer científico com um jogo de xadrez, como exemplo, para demonstrar a necessidade de regras e de como essas regras determinam o jogo em si.

[...] Resumindo. Quando Wittgenstein, recomeçando o estudo da linguagem a partir do zero, centraliza sua atenção sobre os efeitos dos discursos, chama os diversos tipos de enunciados que ele caracteriza desta maneira, e dos quais enumerou-se alguns, de jogos de linguagem. Por este termo quer dizer que cada uma destas diversas categorias de enunciados deve poder ser determinada por regras que especifiquem suas propriedades e o uso que delas se pode fazer, exatamente como o jogo de xadrez se define como

um conjunto de regras que determinam as propriedades das peças, ou o modo conveniente de desloca-las. (LYOTARD, 2009, p. 16, 17)

No entanto, Lyotard apresenta três observações acerca dos jogos de linguagem:

A primeira é que suas regras não possuem sua legitimação nelas mesmas, mas constituem objeto de um contrato explícito ou não entre os jogadores (o que não quer dizer todavia que estes as inventem). A segunda é que na ausência de regras não existe jogo, que uma modificação, por mínima que seja, de uma regra, modifica a natureza do jogo, e que um “lance” ou um enunciado que não satisfaça as regras, não pertence ao jogo definido por elas. A terceira observação acaba de ser inferida: todo enunciado de ser considerado como um “lance” feito num jogo. Essa última observação leva a admitir um primeiro princípio que alicerça todo o nosso método: é que falar é combater, no sentido de jogar, e que os atos de linguagem provêm de uma agonística geral. Isso não significa necessariamente que se joga para ganhar. Pode-se realizar um lance pelo prazer de inventá-lo: não é este o caso do trabalho de estímulo da língua provocado pela fala popular ou pela literatura? A invenção contínua de construções novas, de palavras e de sentidos que, no nível da palavra, é o que faz evoluir a língua, proporciona grandes alegrias. [...] esta ideia de uma agonística da linguagem não deve ocultar o segundo princípio que lhe é complementar e que norteia nossa análise: é que o vínculo social observável é feito de “lances” de linguagem. Elucidando esta proposição entraremos no cerne do nosso tema. (LYOTARD, 2009, p. 17, 18)

Lyotard (2009) extrapola a concepção de teoria da comunicação e diz que seu método é uma “teoria dos jogos”, que se inclua a agonística em seus pressupostos. Afirmando se basear em sociólogos, linguistas ou filósofos da linguagem. Esses jogos podem ser utilizados em quaisquer relações sociais. Dando o exemplo de uma discussão entre amigos, Lyotard afirma que os interlocutores “lançam mão de todos os meios, mudam de jogo entre um enunciado e outro: a interrogação, a súplica, a asserção, o relato são lançados

confusamente na batalha. Esta não é desprovida de regra, mas sua regra autoriza e encoraja a maior flexibilidade dos enunciados” (p. 31).

Em se tratando, especificamente, do saber científico, Lyotard elenca cinco características que devem ser levadas em consideração, quais sejam:

1 – O saber científico exige o isolamento de um jogo de linguagem, o denotativo; e a exclusão dos outros. O critério de aceitabilidade de um enunciado é o seu valor de verdade. [...]

2 – Este saber encontra-se assim isolado dos outros jogos de linguagem cuja combinação forma o vínculo social. Em relação ao saber científico, ele não é mais uma componente imediata e partilhada como o é o saber narrativo. [...]

3 – No seio do jogo da pesquisa, a competência requerida versa unicamente sobre a posição do enunciador. Não existe competência particular como destinatário (ela não é exigível senão na didática: o estudante deve ser inteligente). E não existe nenhuma competência como referente.

4 – Um enunciado de ciência não extrai nenhuma validade do que é relatado. Mesmo em matéria de pedagogia, não é ensinado senão enquanto é sempre presentemente verificável por argumentação e prova. Em si, não está nunca ao abrigo de uma “falsificação”. Desta maneira, o saber acumulado em enunciados aceitos anteriormente pode sempre ser recusado. [...]

5 – O jogo de ciência implica então uma temporalidade diacrônica, isto é, uma memória e um projeto. Supõe-se que o remetente atual de um enunciado científico tenha conhecimento dos enunciados precedentes que dizem respeito a seu referente (bibliografia) e não proponha um enunciado sobre este mesmo assunto a não ser que ele difira dos enunciados precedentes. [...] (LYOTARD, 2009, p. 46-48)

A concepção dos jogos de linguagem se dá na

[...] cultura pós-moderna: ela define, dir-se-á na perspectiva que adotamos anteriormente, o grupo de regras que é preciso admitir para jogar o jogo especulativo. Tal apreciação supõe primeiramente que se aceite como modo geral da linguagem de saber o das ciências “positivas”. Em segundo lugar, que se considere que esta linguagem implica pressuposições (formais e axiomáticas) que ela deve sempre explicitar. (LYOTARD, 2009, p. 71)

Compreendendo o modo de funcionamento dos jogos de linguagem, devemos considerar que sua manifestação/funcionamento não é homogênea:

O reconhecimento da heterogeneidade dos jogos de linguagem é um primeiro passo nesta direção. Ela implica evidentemente a renúncia ao terror, que supõe e tenta realizar sua isomorfia. O segundo é o princípio que, se existe consenso sobre as regras que definem cada jogo e os “lances” que aí são feitos, este consenso deve ser local, isto é, obtido por participantes atuais e sujeito a uma eventual anulação. Orienta-se então para as multiplicidades de metaargumentações versando sobre metaprescritivos e limitadas no espaço-tempo. (LYOTARD, 2009, p. 118, 119)

Essa concepção de jogos de linguagem se atrela à concepção de ciência. E dessa forma, tem-se a necessidade de afirmar a legitimação do saber científico.

Tem-se aí um processo de deslegitimação cujo motor é a exigência de legitimação. A “crise” do saber científico, cujos sinais se multiplicam desde o fim do século XIX, não provém de uma proliferação fortuita das ciências, que seria ela mesma o efeito do progresso das técnicas e da expansão do capitalismo. Ela procede da erosão interna do princípio de legitimação do saber. Esta erosão opera no jogo especulativo, e é ela que, ao afrouxar a trama enciclopédica na qual cada ciência devia encontrar seu lugar, deixa-as se emanciparem. (LYOTARD, 2009, p. 71)

Nessa concepção de metodologia baseada nos jogos de linguagem e na atividade especulativa, cabe a universidade o papel de:

A grande função que as universidades têm a desempenhar é a de “expor o conjunto dos conhecimentos e evidenciar os princípios ao mesmo tempo que os fundamentos de todo saber”, pois “não existe capacidade científica criadora sem espírito especulativo”. Aqui, a especulação é o nome que o discurso sobre a legitimação do discurso científico recebe. As escolas são funcionais; a universidade é especulativa, isto é, filosófica. Esta filosofia deve restituir a unidade dos conhecimentos dispersados em ciências particulares nos

laboratórios e nos cursos pré-universitários; ela não pode fazê-lo senão num jogo de linguagem que una ambos os aspectos como momentos no devir do espírito, portanto, numa narração ou, antes, numa metanarração racional. (Lyotard, 2009, p. 61)

Como a premissa básica da pós-modernidade é a informatização das sociedades,

Ela pode tornar-se o instrumento “sonhado” de controle e de regulamentação do sistema do mercado, abrangendo até o próprio saber, e exclusivamente regido pelo princípio de desempenho. Ela comporta então inevitavelmente o terror. Pode também servir os grupos de discussão sobre os metaprescritivos dando-lhes as informações de que eles carecem ordinariamente para decidir em conhecimento de causa. A linha a seguir para fazê-la bifurcar neste último sentido é bastante simples em princípio: é a de que o público tenha acesso livremente às memórias e aos bancos de dados. Os jogos de linguagem serão então jogos de informação completa no momento considerado. Mas eles serão também jogos de soma não nula e, nesse sentido, as discussões não correrão o risco de se fixar jamais sobre posições de equilíbrio mínimo, por esgotamento das disputas. Pois as disputas serão então constituídas por conhecimentos (ou informações) e a reserva de conhecimentos, que é a reserva da língua em enunciados possíveis, é inesgotável. Uma política se delineia na qual serão igualmente respeitados o desejo de justiça e o que se relaciona ao desconhecido. (LYOTARD, 2009, p. 119, 120)

Nessa concepção de sociedade informatizada, vê-se acontecendo com o saber científico o mesmo que aconteceu com a arte. Transformam-no em mercadoria. E a questão central não é mais o ensino do conhecimento, mas sim como acessá-lo.

Observa Lyotard que a pedagogia na sociedade pós-moderna não desaparece, mudam-se os seus métodos. Ensinam-se não os conteúdos, mas o uso dos terminais. Ensina-se um “manejo mais refinado deste jogo de linguagem que é a pergunta: onde endereçar a questão, isto é, qual é a memória pertinente para o que se quer saber?”. O saber perde então a sua condição de “valor de uso” e passa a ser avaliado como algo que existe para ser vendido

e que também existe para ser consumido com vistas a uma nova produção. Fornecedores e usuários do conhecimento passam a ter uma relação com o saber como “valor de troca”. [...] Pode concluir Lyotard que, nos últimos decênios, o saber tornou-se a principal força de produção. Tanto a busca do saber (pesquisa) quanto a transmissão do saber (pedagogia) fundam a circulação do capital na sociedade pós-moderna. O saber não está desvinculado da questão maior do poder econômico e político, em suma, ele é a moeda que define na cena internacional os jogos de hegemonia (entre as nações, entre as empresas multinacionais). (SANTIAGO, 2009, p. 129)

Terry Eagleton conclui, de modo geral, que atualmente a pós-modernidade está tão articulada com o modo de ser das pessoas, por meio da disseminação de seu pensamento fragmentário e relativista, que acaba promovendo o delineamento das sociedades. Delineamento esse que está vinculado aos interesses do capital.

Eagleton conclui que “muito do pós-modernismo é de oposição em termos políticos, mas cúmplice em termos econômicos”. O seu radicalismo consiste em desafiar “o sistema que ainda precisa de valores absolutos, fundamentos metafísicos e sujeitos auto-idênticos; contra essas coisas ele mobiliza a multiplicidade, a não-identidade, a transgressão, o antifundamentalismo, o relativismo cultural. O resultado, na melhor das hipóteses, é uma subversão engenhosa do sistema de valores dominantes, pelo menos no nível da teoria”. O pós-modernismo, contudo, não reconhece “que o que funciona no nível da ideologia nem sempre funciona no nível do mercado. Se o sistema necessita de um sujeito autônomo no tribunal de justiça ou na cabine de votação, na mídia e nos shoppings centers esse sujeito de quase nada lhe serve”. Nesses setores predominam “pluralidade, desejo, fragmentação e congêneres”. (EVANGELISTA, 2007, p. 165)

Vejamos agora como se deu a chegada e recebimento das ideias pós-modernas no Brasil.

2.5 A INSERÇÃO DAS IDEIAS PÓS-MODERNAS NO BRASIL

De acordo com Evangelista (2007) a primeira aparição pública das ideias pós-modernas no Brasil se deu em 1976 com um artigo escrito por José Guilherme Merquior no caderno Suplemento Cultural, do jornal O Estado de S. Paulo. No entanto, não teve muita repercussão à época. Somente em 1983, a polêmica estaria lançada com a publicação de um número do Folhetim, da Folha de S. Paulo, dedicado especialmente à apresentação da problemática representada pelo pós-modernismo.

Porém, essa inserção não se deu apenas através da mídia impressa. As universidades, através de seus cursos de pós-graduação e de congressos e seminários internacionais se encarregaram de disseminar essas ideias, primeiramente, entre os profissionais que tinham um vínculo mais orgânico com a produção de bens culturais, como arquitetos, artistas plásticos, críticos de arte e literários, dentre outros. Logo depois, essa discussão foi ampliada e disseminada através de publicações especializadas e, posteriormente, ganhou o grande público através dos cadernos culturais da imprensa.

A partir dos anos 1980 os cadernos culturais passam a reproduzir o debate internacional. E com o passar do tempo sua divulgação ficou a cargo de intelectuais seduzidos por sua novidade e de jornalistas das editorias de cultura. No entanto, entre os críticos, muitos ignoraram ou desqualificaram o aporte dessas novas ideias. Entre os que ignoraram estavam os intelectuais marxistas (como os vinculados ao PCB – Partido Comunista Brasileiro), que se preocupavam com a conjuntura de abertura política com o fim da ditadura militar e com o processo de mudanças na antiga União Soviética, com o comando de Gorbachev. (EVANGELISTA, 2007, p. 33, 34)

Nesse contexto, algumas revistas tiveram o papel de receber e disseminar os conceitos da pós-modernidade no Brasil, como foi o caso das revistas Novos Estudos CEBRAP e Lua Nova. No entanto, tivemos também uma posição crítica de uma esquerda não marxista com a revista Tempo Brasileiro, que se balizava pela defesa do racionalismo iluminista ante a ofensiva do irracionalismo na cultura contemporânea em 1982.

Muitas das críticas feitas se pautavam na desqualificação e no menosprezo do fenômeno pós-moderno, pois avaliavam ser um fenômeno passageiro sem muita significação e, logo, não mereceria ser objeto de uma crítica mais consistente.

Em suma, tal como ocorreu em outras partes, no Brasil, a discussão sobre o pensamento pós-moderno iniciou-se com um enfoque estético de uma alternativa estilística e teve conotação mais abrangente sobre a sociedade contemporânea. O pensamento pós-moderno no Brasil seguiu uma trajetória que vai da estética à teoria social. (EVANGELISTA, 2007, p. 37)

Essa trajetória das ideias pós-modernas pode ser comprovada pela observação dos artigos, ensaios e resenhas que são publicados nas principais revistas nacionais de ciências humanas e dos livros publicados tratando diretamente da técnica pós-moderna. De 1991 a 1996, foram publicados 35 títulos – levantamento realizado entre as principais editoras e publicações –, configurando um pequeno boom editorial em meados dos anos 90, cujo ápice ocorreu no ano de 1994, quando saíram 11 títulos dedicados ao assunto. (EVANGELISTA, 2007, p. 186)

Dessa forma, nos anos 1990 estavam criadas condições sociopolíticas para a disseminação do pensamento pós-moderno no Brasil, especialmente para a elite intelectual nacional.

O mundo acadêmico brasileiro passou por uma inflexão ideológica crucial. O intelectual *fáustico* – “indignado, dilacerado pelas contradições da sociedade capitalista, agravadas nas condições de subdesenvolvimento” –, deu lugar ao scholar, o “intelectual profissional ‘competente’ e ‘competitivo’ no mercado das ideias, centrado na carreira e no próprio bem-estar individual”. O modelo do intelectual de esquerda vigente desde os anos 1960 entrou abertamente em declínio na sociedade brasileira. É nesse contexto que muitos intelectuais ex-marxistas e/ou pós-marxistas passam a ocupar cargos governamentais e, sem dramas de consciência, são responsáveis pela aplicação do receituário neoliberal hegemônico em termos mundiais. O engajamento e a crítica deram lugar ao descompromisso social e ao adesismo neoliberal. O capitalismo apresenta-se como cenário intransponível para a maioria da intelectualidade que até bem pouco tempo se identificaria e se posicionara à esquerda do espectro político e ideológico. Fica cada vez mais visível que a revolução dera lugar à cooptação política ou, quando muito, à transgressão cultural. Estavam completadas as condições para a efetivação do *ethos* pós-

moderno na sociedade brasileira. (citações de Marcelo Ridenti, 1998) (EVANGELISTA, 2007, p. 191-192)

A principal fonte de alimentação e consumo do pensamento pós-moderno na intelectualidade brasileira se deu através dos cursos de pós-graduação. Dessa forma, veremos a seguir como os cursos de pós-graduação em Educação Física estão sendo afetados pelo estímulo à “miséria da razão” a que têm sido submetidos, através da manifestação de seus professores credenciados.

CAPÍTULO III

A DECADÊNCIA IDEOLÓGICA DO PENSAMENTO BURGUESES E A EDUCAÇÃO FÍSICA

Até aqui, para fins de nossa análise, recuperamos a história e o conteúdo da Modernidade e da Pós-modernidade. Ora, se a realidade é um todo articulado, não há como pensar que tais fenômenos não estabeleçam uma relação de mútua determinação com a Educação Física.

Nosso “mal-estar” contemporâneo com as pressões pela produtividade – estimulada pelos critérios da área 21, que compreende a Educação Física, a Fisioterapia, a Fonoaudiologia e a Terapia ocupacional – guarda relação com o que denominamos, depois de Lukács, como “decadência ideológica do pensamento burguês”.

Como vimos, tal “decadência” se expressa em duas dimensões articuladas: o irracionalismo e a “miséria da razão”. Em nossa opinião, as questões afetas à pós-graduação em Educação Física guardam relação com as duas expressões da “decadência”.

No entanto, não nos foi possível saturar plenamente de determinações e, com isso, estabelecer todas as mediações para um rigoroso entendimento do problema. Trata-se de uma investigação em processo.

Para a satisfação dessa rigorosa empreitada, caber-nos-ia mapear e analisar toda a produção contemporânea, bem como empreender uma análise rigorosa dos critérios de avaliação e suas interligações com a “decadência” referida.

Por ora, optamos em estabelecer as primeiras mediações entre as sínteses elaboradas a respeito da modernidade e da pós-modernidade com a questão da teoria na educação física e um mapeamento das manifestações de “mal-estar” dos professores credenciados nos programas de pós-graduação em educação física acerca do que chamamos de “decadência ideológica”, expressa, especificamente, em sua dimensão da miséria da razão. Em outras palavras, mapeamos e analisamos manifestações desses professores em artigos sobre o tema. Certamente, nossas mediações não passam de primeiras aproximações.

Em analogia com a trajetória do pensamento burguês tratada em nosso primeiro capítulo, faremos uma reconstituição do debate teórico da Educação Física tentando empreender as mediações possíveis com o nosso “pano de fundo” teórico.

3.1 A ASCENSÃO DO PENSAMENTO DA EDUCAÇÃO FÍSICA

A Educação Física tem sua gênese associada à consolidação da burguesia como classe, ou seja, está vinculada ao momento em que essa classe social se converteu em classe conservadora. Como, então, fundamentar um período de ascensão?

Quando recuperamos a trajetória da Modernidade tentamos deixar claro que esta não é apenas um projeto, mas a expressão de um processo histórico de larga duração. Tal processo é representativo da ascensão da burguesia como classe e, posteriormente, de sua conversão conservadora. Em seu período heroico, a burguesia formulou elaborações de cariz emancipatório, mas quando se pôs no poder, rapidamente abandonou as categorias que ajudou a desenvolver. Daí em diante, podemos dizer, a Modernidade se divide em, pelo menos, dois vieses: um instrumental e outro revolucionário. Os herdeiros das categorias formuladas pelo pensamento burguês em sua fase de ascensão foram aqueles que se colocaram sob o viés revolucionário.

Assim, é perfeitamente possível localizar este período de ascensão do pensamento da Educação Física brasileira (que é aquela que nos interessa). A Educação Física estabeleceu, em seu processo de renovação, uma interlocução com a teoria social de cunho crítico sabidamente inspirada no pensamento dialético, cuja expressão original foi a de Hegel, na Modernidade. Marx, como sabemos, foi um herdeiro de Hegel – claro que superando suas elaborações (em sentido dialético).

No caso da Educação Física brasileira, vejamos como se deu este processo de ascensão.

A Educação Física brasileira guardou estreitos laços com a ditadura da “burguesia fardada”⁸, com as concepções eugenistas e com o higienismo como bem caracterizaram Lino Castellani (em *Educação Física no Brasil: História que não se conta*) e Carmem Lúcia Soares (em *Educação Física: Raízes Europeias e Brasil*).

A inserção da Educação Física no campo educacional se deu com o intuito de promover uma educação sanitária:

enquanto “atividade”, não recebendo o estatuto de disciplina. Isso limitava-a a um simples “fazer”, expresso na afirmação de que o lugar do corpo é o pátio a cargo da educação física, enquanto o lugar da mente é a sala de aula, a cargo das disciplinas ditas teóricas, realização da máxima de Juvenal: “*Mens sana in corpore sano*”. (FENSTERSEIFER, 2001, p. 32)

No entanto, a partir da década de 80, a Educação Física começa a “rogar por uma crise”, esse “clamor” foi suscitado inicialmente por Medina em seu livro *A Educação Física cuida do corpo e... Mente*, a obra que inaugurou um período em que a Educação Física passa a se soltar das “amarras ideológicas” a que estava presa. Passa-se a enxergar um potencial emancipatório na Educação Física. Inaugura-se, então, o que conhecemos como o “Movimento Renovador”. Além do livro do Medina, podemos citar outras obras importantes publicadas nesse momento da Educação Física, tais como: *O que é Educação Física*, de Vitor Marinho de Oliveira; *Educação Física no Brasil: a história que não se conta*, de Lino Castellani Filho, dentre outras.

Tais obras são resultados das sistematizações desses intelectuais em programas de pós-graduação de outras áreas, ligadas às ciências humanas e sociais, tais como: Educação, Filosofia e Sociologia. Nesses programas, tais intelectuais tomam contato com as elaborações teóricas de caráter crítico que guardam relações com o pensamento ascendente da Modernidade.

Embora tenha sido constituída como disciplina subordinada às instituições médica, militar e esportiva. É justamente como componente

⁸O termo “burguesia fardada” é utilizado para demonstrar que o posicionamento tirano e ditatorial pelo qual nós passamos não era hegemônico. Havia um forte movimento de resistência dentro das próprias forças armadas. Lamarca, por exemplo.

curricular que a Educação Física ganhou legitimidade social para se consolidar no campo acadêmico, mesmo que ainda em busca de sua autonomia.

Para Bracht (2003), foi a partir da década de 1970 que o campo acadêmico da Educação Física começa a incorporar cada vez mais intensamente as práticas científicas, determinando a criação de entidades científicas⁹ próprias, a realização de eventos científicos, a criação de cursos de pós-graduação e a definição de programas de apoio à pesquisa. (LAZZAROTTI FILHO et al, 2010, p. 14)

Albuquerque (2009) faz um apanhado geral da história da Educação Física, bem como o modelo de governo, dividindo-o em fases, justificando o papel da Educação Física em cada fase da história política do Brasil. E afirma:

No que diz respeito à Educação Física, Castellani Filho (2000) afirma que no início da década de 80 houve abertura para congressos de professores e alunos, com o objetivo de discutir a disciplina como uma área de conhecimento que pudesse auxiliar na formação de indivíduos conscientes e inteirados dos problemas políticos e econômicos da sociedade brasileira. Paiva (2004, p.54) assegura que “os anos 70 e 80 caracterizam novo encaminhamento para a área, com a implantação da pós-graduação e/ ou com ‘a crise’ da educação física”. Para Daólio (2003), a Educação Física, até a década de 1970, esteve aprisionada a paradigmas cientificistas e ao modo positivista de fazer ciência. [...] Dessa maneira, após a “crise de legitimidade” do regime militar e dos seus preceitos “ eminentemente técnicos” de administrar o país, a Educação Física brasileira iniciou um processo de reflexão histórica e conceitual (ALBUQUERQUE, 2009, p. 2254, 2255).

Podemos afirmar que essa reflexão histórica e conceitual perpassa a problematização de questões em torno de sua legitimidade no pensamento pedagógico. Dentre essas questões, o debate “em torno da construção de alternativas, as quais promovessem o rompimento com o processo de

⁹Dentre elas, a mais representativa de todas as áreas vinculadas à EF, o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, com criação no ano de 1978. É a mais representativa, pois se divide em 12 Grupos de Trabalho Temático (GTT), que abarcam áreas que vão desde a Escola até o Treinamento, passando pela Epistemologia e Movimentos Sociais. Ou seja, engloba todas as áreas em que a EF tem participação. www.cbce.org.br

dominação por meio da transformação das relações educador-educando em práticas emancipatórias” (FENSTERSEIFER, 2001: 29).

Dessa forma, podemos compreender os passos que a Educação Física percorreu tentando se constituir enquanto campo acadêmico, desenvolvendo certa autonomia científica. No entanto, como não poderia deixar de ser, o aspecto de uma “Educação Física prática” ainda se encontrava muito forte. Em sendo assim, vale destacar a dicotomia (teoria X prática) encarnada pelos profissionais, professores e cursos de formação em Educação Física:

Encarnando essa dicotomia, os profissionais de educação física limitaram sua formação teórica aos aspectos técnico-instrumentais, o que, via de regra, os mantinha afastados das discussões mais amplas travadas na escola e na própria sociedade. As instituições de ensino superior, responsáveis pela formação desses profissionais, superdimensionavam o saber técnico e as capacidades físicas em seus currículos, utilizando-os inclusive como critério seletivo para ingresso em seus cursos. Como decorrência disto, os profissionais de educação física mantinham-se afastados das decisões político-pedagógicas que lhe diziam respeito, o que os tornava presa fácil de manipulações, afinal, o “pensar” não era assumido como parte de suas responsabilidades e o “teórico”, visto com certa aversão, resumia-se a livros estritamente técnicos e ao conjunto de regras dos desportos formais. Privado então dos elementos necessários para uma reflexão crítica sobre seu fazer, e incapacitado para propor alternativas, sobra-lhe permanecer à mercê de orientações heterônomas. (FENSTERSEIFER, 2001, p. 32, 33)

Apesar de todo o avanço no período de ascensão do pensamento da Educação Física, ainda hoje, uma série de problemas desse tipo são enfrentados no campo, tais como: o distanciamento das produções acadêmicas e a escola, enquanto lócus de intervenção profissional; a formação inicial balizada apenas em aspectos biológicos e fisiológicos, deixando de lado orientações históricas, políticas e sociais da Educação Física; e a pouca apropriação, na formação nos cursos de Educação Física, dos clássicos tanto das ciências sociais, quanto do próprio “Movimento Renovador”, entre outros.

Tentando solucionar, pelo menos em parte esses problemas, tem-se, então, o “segundo clamor”: pela necessidade de a Educação Física “sair da crise”.

[...] se em meados dos anos oitenta, Medina (1986) fazia o apelo no sentido de que “a educação física precisa entrar em crise”, hoje, mais de dez anos depois, a palavra de ordem é: a educação física precisa sair da crise, o que certamente não tem um caráter definitivo, mas que pelo menos recoloca provisoriamente os fundamentos que lhe possibilitem sua legitimação enquanto campo do saber, em especial, no espaço escolar. (FENSTERSEIFER, 2001, p. 31, 32)

Bracht (2010, p. 103) revisitando o movimento renovador, afirma que houve uma “ênfase nos fundamentos teóricos da educação, um deslocamento da didática para a pedagogia, resultado, também, da crítica a uma didática denunciada como ‘tecnicista’.” Esse deslocamento foi criticado pelos setores educacionais conservadores que argumentavam que os professores formados nesse novo modelo entendiam de todas as teorias, mas não sabiam dar aulas. “Bons na teoria, mas ruins na prática”.

Esse deslocamento ocorreu porque se entendeu que a formação dos professores precisaria ser mais sólida no aspecto científico: preocupar-se com uma formação acadêmica e intelectual e proporcionar uma formação crítica. Estavam representados assim os dois segmentos do movimento renovador: o que dava ênfase à cientificidade e o que ressaltava a necessidade de modificação de sentido e função social da educação física. Reforçaram-se, com isso, os conhecimentos ditos básicos (científicos), com uma ampliação também da presença das ciências sociais e humanas no currículo de formação inicial. (BRACHT, 2010, p. 103)

Ainda segundo Bracht (2010), o intuito em defender a inserção das ciências sociais e humanas no currículo da Educação Física se dava na crença otimista de que seria possível formar professores críticos, em condições de operar transformações radicais na prática.

Dessa forma, houve uma divisão nos trabalhos: as “práticas” continuavam sob a responsabilidade daqueles que não escolhiam o trabalho acadêmico e que a “teoria” ficasse a cargo dos “críticos”.

No entanto, essa separação possibilitou uma “inflexão em direção ao cotidiano”. Adotou-se, então, novas categorias de análise: “saberes docentes; epistemologia da prática; professor crítico-reflexivo; professor-pesquisador; cotidiano e cultura escolar etc.”. (Bracht, 2010: 104, 105). “As pesquisas reconhecem a necessidade de entrar na escola, de envolver-se *no* e *com* o cotidiano”.

Outro importante movimento no sentido de se “sair da crise” foi a constituição de um grupo de pesquisadores interessados em estudar as bases epistemológicas das teorias que sustentam a Educação Física, buscando extrapolar a compreensão “epistemológica empirista, que pressupõe um mundo objetivo (prático) e a possibilidade de sua descrição (teoria)”, como se a teoria fosse retirada do próprio objeto, considerando a teoria como a “descrição do movimento pragmático de determinado esporte”. (Fensterseifer, 200, p. 33).

Exemplar, nesse sentido, foi a constituição do Grupo de Trabalho temático de Epistemologia do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte/CBCE – a mais importante entidade científica da área, que reúne pesquisadores e interessados no campo científico da Educação Física –, cuja ementa expressa as importantes intenções:

Estudos dos pressupostos teórico-filosóficos, presentes nos diferentes projetos de delimitação da Educação Física, como um possível campo acadêmico/científico. Estudos sobre os fundamentos teóricos balizadores dos distintos discursos da Educação Física, na condição de área de conhecimento, voltados para o fomentar da atividade epistemológica como interrogação constante dos saberes constituídos¹⁰.

Essa preocupação com as bases epistemológicas do pensamento nos fez dar um passo muito importante em direção à legitimação do campo, mas ainda em estado de “menoridade”, pois ainda não houve uma apropriação por parte dos cursos de formação inicial. E isso faz com que a distância entre o que tem sido produzido e o que tem sido ensinado cresça cada vez mais.

[...] o distanciamento entre os “teóricos” da educação física e os “práticos”, pois geralmente os debates restringem-se

¹⁰Descrição do Grupo de Trabalho Temático (GTT) – Epistemologia, disponível no site do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE): <http://www.cbce.org.br/br/gtt/epistemologia/>

quase unicamente aos cursos de pós-graduação, aos quais uma parcela mínima dos profissionais que atuam no cotidiano da educação física têm acesso. Temos, então, de um lado, as diferentes linhas teóricas patrocinadas por profissionais que mantêm suas verdades no plano do verbalismo e disputam adesões às suas “seitas” e, de outro, aqueles que experimentam mudanças práticas sem, no entanto, sustentá-las no plano teórico, não resistindo à mordacidade da crítica solapada dos primeiros. Resulta disso o imobilismo que tem caracterizado, salvo raras exceções, o trabalho pedagógico no campo da educação física. (FENSTERSEIFER, 2001: 34, 45)

Dessa forma, podemos ter uma pequena noção do importante papel que a pós-graduação desempenha (ou deveria desempenhar) no que tange o desenvolvimento da Educação Física no que se refere à “batalha das ideias”. Nesse sentido, Fensterseifer elaborou algumas proposições para “solucionar” alguns problemas que vêm afetando a Educação Física:

A tarefa que proponho é a de pensar a educação física a partir da superação de um modelo de razão monológica, limitada ao aspecto cognitivo-instrumental, para um modelo de razão dialógica que compreende também os aspectos prático-político e estético-expressivo, perspectiva que denominamos neomoderna. [...] Compreendendo que assim possamos romper com um tipo de formação inicial e continuada que tem-se mantido no plano da simples instrumentalidade/operatividade, onde a relação com a teoria é acrítica, por isso, mecânica, mantendo os professores em uma situação de “menoridade”. (FENSTERSEIFER, 2001: 36)

Apesar dos problemas sinalizados, até aqui, temos um processo de ascensão do pensamento da Educação Física. Não há uma crítica direta, ainda, à razão moderna, mas na citação acima arrolada já se lê a expressão “neomodernidade”.

A expressão “neomodernidade” que o autor traz é cunhada em sua obra para tentar defender um “retorno à Modernidade”, no intuito de combater a instrumentalização da razão e o irracionalismo que a pós-modernidade tem defendido e tem sido inseridos nos debates epistemológicos da Educação Física. Ou seja, manifesta a notação do autor do avanço da pós-modernidade.

Além dessa notação, outra questão preocupa quanto ao termo: será que ele não guarda uma proposta de Educação Física “neomoderna”, para deixar de ser “pós-moderna”, sem nunca ter sido de fato “moderna”? (em sentido hegemônico).

3.2. A DECADÊNCIA DO PENSAMENTO DA EDUCAÇÃO FÍSICA: A INFLUÊNCIA DA PÓS-MODERNIDADE

Vimos, no capítulo anterior que as inúmeras transformações pelas quais o mundo passou, de meados da década de 1970 para cá, conduziram alguns teóricos a julgar que se tratava de um novo período histórico ao qual denominaram “pós-modernidade”. Embora, assim como a Modernidade, não se trate de uma elaboração homogênea, defendemos que tal compreensão é equivocada e o processo em tela é muito mais a lógica cultural do capitalismo contemporâneo.

O que se tem chamado de pós-modernidade é, portanto, a lógica cultural funcional a forma contemporânea de capitalismo, articulada aos interesses conservadores da burguesia financeiro-especulativa. Uma expressão contemporânea da decadência ideológica do pensamento burguês.

Na Educação Física, este movimento se fez sentir. Bracht (2010), um rigoroso e refinado pensador da Educação Física brasileira, notou essa inflexão na construção teórica da área:

em pleno movimento de construção de uma nova prática, este sofreu o impacto de uma nova crise ou crítica, agora aos fundamentos da pedagogia moderna (e, portanto, também aos fundamentos da pedagogia crítica). Essa crise está ligada às mudanças societárias mais amplas, identificadas pelos conceitos de “globalização” e “pós-modernidade”, além da desestruturação do real e existente socialismo, simbolizada pela queda do muro de Berlim. (BRACHT, 2010, p. 110)

Em tempos de afirmação da pós-modernidade, surgem asserções e defesas de que o “mundo mudou” e que agora tudo é diferente. O fazer científico é diferente, o intuito da pesquisa científica é diferente, a arte, a

arquitetura, a sociedade, o modo de fazer política, tudo isso é diferente, tanto quanto as pessoas estão diferentes.

E baseados nessa “diferença” toda, mudanças substanciais são perceptíveis nas esferas da política, da arte, da cultura, da ciência, já analisadas no capítulo anterior. De toda forma, vale a recuperação por meio de uma síntese de Chevitarese (2001):

A condição pós-moderna nos traz a consciência da incerteza e da ambivalência. Respostas em suspenso. Mal-estar diante de um mundo caótico. “A cultura já não pode mais proporcionar uma explicação adequada do mundo que nos permita construir ou ordenar nossas vidas” (Featherstone, 1997). É por isso que Gidens afirma que “não há nada de misterioso no surgimento do fundamentalismo no mundo moderno tardio”. Adotar uma única resposta é evitar a experiência angustiante da dúvida radical, cujo fascínio advém da promessa de livrar os convertidos das agonias da escolha individual. O fundamentalismo é um exemplo de ausência crítica, ou irracionalismo pós-moderno, uma forma de usar a liberdade para tentar fugir dela. [...] Enquanto reação cultural, a pós-modernidade traz consigo fortes tendências ao irracionalismo, o que pode ser exemplificado, tanto pelo fundamentalismo contemporâneo, como pela sociedade de consumo, que convivem em um universo cultural de colonização pela estética da ciência e da ética. (CHEVITARESE, 2001)

No debate da Educação Física, um autor tem animado uma compreensão pós-moderna. Trata-se de Zigmunt Bauman, um importante pensador polonês, nascido em 1925, que tem impressionado pela quantidade e pela qualidade de suas formulações. Entre outros aspectos, Bauman defende que a pós-modernidade é a modernidade em sua maioridade. Esta, em sua fase madura, empreende um balanço “de ganhos e perdas, psicanalisando-se, descobrindo as intenções que jamais explicitara, descobrindo que elas são mutuamente incongruentes e se cancelam” (1999). Dessa forma, a pós-

modernidade seria a “modernidade chegando a um acordo com a sua própria impossibilidade, uma modernidade que se auto monitora, que conscientemente descarta o que outrora fazia inconscientemente” (CHEVITARESE, 2001).

O pensador polonês defende que passamos por uma transição da “modernidade sólida” para a “modernidade líquida”. A “solidez” representaria o caráter defendido pela Modernidade em todos os âmbitos, seja social, político, cultural, comportamental. Enquanto a “liquidez” representaria as “novas” configurações defendidas pela pós-modernidade. Por exemplo, economicamente, havia empresas grandes e fixas em determinado lugar, que deram lugar a pequenas e ágeis empresas que perambulam pelo mundo, pela informatização; antes tinha-se produtores, hoje a necessidade em produzir consumidores, dentre outros exemplos.

Na medida em que compreende que a modernidade madura chegou à conclusão de sua própria impossibilidade e de que estamos num ambiente de “liquidez”, no qual as compreensões são flexíveis, líquidas, admite-se, ao mesmo tempo, certo irracionalismo, um traço marcante do pensamento pós-moderno e, invariavelmente, conservador.

Sobre o irracionalismo e a pós-modernidade, assim se manifestou Chevitarese (2001):

A sombra do irracionalismo paira na pós-modernidade, penetrando nos mais diversos aspectos do “modo de vida global” que é a cultura. Segundo Jameson, a “completa estetização da realidade” é a tendência cultural dominante no universo pós-moderno. Ainda que possamos delinear as “razões” da pós-modernidade, na cultura contemporânea a opção do irracionalismo permanece sempre à disposição. Talvez como tentação capital do “demônio da im procedência da certeza”. (CHEVITARESE, 2001)

Retomando: essa perspectiva analítica fundada no binômio “solidez” e “liquidez” tem influenciado o debate da Educação Física, que analogamente defendem a transição “de uma educação física sólida em direção a uma

educação física líquida¹¹” Este é, por exemplo, o caso de Valter Bracht (2010), vejamos em sua própria argumentação:

Nas últimas décadas, em virtude dessas mudanças societárias, o pressuposto de uma (única) educação física, orientada racional e cientificamente, perde força, assim como a ideia de que haveria um sentido maior e legítimo para as práticas corporais em nossa sociedade, assumido e patrocinado pelo Estado (presente, por exemplo, nos documentos oficiais de políticas públicas para a educação física e o esporte). O que vemos é a perda da hegemonia de um sentido legítimo para as práticas corporais – fortemente vinculado à ética do trabalho. [...] Mas enfraquece também a própria legitimidade de qualquer projeto de hegemonia que se autoproclame o único e verdadeiro, em favor de uma pluralização dos sentidos. Se, na educação física sólida, o corpo como natureza tem seu sentido marcado pelas leis da natureza, na modernidade líquida o corpo é entendido como construção simbólica, portanto aberta à história [...]. Em relação ao corpo, podemos perceber deslocamentos como: do ascetismo para o hedonismo, ou então uma melhor convivência entre os dois; do corpo produtivo para o corpo consumidor; do corpo dócil para o corpo flexível (Veiga-Neto, 2008). [...] cultura do efêmero. O corpo deixa de ser visto apenas como alvo do controle ascético para ser fonte de prazer e não mais somente meio de alcançar fins mais nobres, ganhando as sensações corporais o status de finalidade e sentido do viver. Em suma, a cultura da modernidade líquida confere ao corpo um novo status social e ontológico, portanto, um novo papel na construção das subjetividades ou identidades. Isso implica admitirmos a necessidade de uma ressignificação da corporeidade humana. (BRACHT, 2010: 111-112)

Percebe-se com esse novo posicionamento do corpo na sociedade “líquida”, uma exacerbação do individual. Deixam-se de lado os projetos coletivos, para que se possa desfrutar dos prazeres hedonistas, tendo estes como os bens mais preciosos da vida humana. Tendo em vista um projeto humanista, esta concepção se configura como sinal de decadência.

Bracht (2010), ao que parece, toma o binômio proposto por Bauman a fim de empreender um diagnóstico. Porém, sua posição não fica clara em

¹¹ Subtítulo de texto apresentado no CONBRACE de 2009, que integra a 25ª edição do livro Educação Física cuida do corpo... e “mente” de João Paulo Subirá Medina.

relação ao diagnóstico empreendido. A crítica às compreensões abstratas que tratam a educação física como uma só – desconsiderando a existência de projetos políticos distintos forjados a partir de distintas compreensões de homem e mundo – é pertinente, mas parece estar subsumida ao diagnóstico. Ou seja, a razão é limitada ao existente. O autor salienta que em relação às práticas corporais, há uma privatização das mesmas, os cidadãos são tratados como consumidores e não como produtores de cultura. E observa-se uma grande oferta por parte dos setores privados. As práticas corporais viraram mercadorias, mas e daí? Basta dizer que geram consequências aos projetos de formação?

A circulação entre as diferentes práticas e os diferentes sentidos é estimulada pela “cultura do efêmero” – o indivíduo é incitado a ser “um colecionador de emoções” (Bauman). Longe do modelo “pedagógico” da modernidade sólida, temos hoje no âmbito das práticas corporais um “supermercado” de opções. Para a educação física entendida como uma prática de intervenção com intenção pedagógica, esse quadro é repleto de consequências e coloca novos desafios para a prática pedagógica, para a formação profissional e, conseqüentemente, para o currículo. (BRACHT, 2010, p. 114)

Em seguida, Bracht defenderá a ideia de várias “educações físicas” de modo que estas sejam coerentes com seus contextos específicos, mas fundado numa compreensão pós-moderna de verdade. Saúda, assim, a incerteza e reduz democracia à abertura à discussão. Ora, não nos parece que a ampliação da democracia passa pela afirmação da incerteza:

Assumimos, então, a ideia de que melhor do que a segurança da certeza (de uma pseudouniversal, única e verdadeira educação física) são a autonomia e a autoridade para criar novas “educações físicas”, coerentes com seus contextos específicos (lembrando com Bauman que autonomia não rima com certeza). Isso não significa abandonar a necessidade de educação, homem e sociedade presentes nas propostas e práticas, mas de fazê-lo com base em princípios democráticos, ou seja, assumir o pressuposto de sua historicidade (talvez o único universal a

ser admitido) e, portanto, de sua abertura à discussão. (BRACHT, 2010, p. 115, 116)

Não há dúvida de que este importante intelectual da educação física brasileira tenha uma posição política anticapitalista, mas seu pensamento está marcado pela pós-modernidade. Aliás, nos últimos tempos, seus interesses investigativos estiveram relacionados em compreender a relação da educação física com a pós-modernidade.

Em conjunto com Felipe Quintão Almeida (2006), empreendeu um mapeamento dos autores da EF que abordaram as questões da pós-modernidade, produzindo um levantamento das interpretações que tais autores possuíam em relação às questões aludidas em sua mediação feita com a EF. Vejamos alguns dos resultados encontrados.

Sadi (1999)¹² apresenta uma crítica marxista sobre a relação estabelecida entre condição pós-moderna e lazer. Buscando com isso “debater a fundo a categoria trabalho e as implicações estratégicas para os trabalhadores, dentro de um contexto que é miserável para que as grandes massas e ao mesmo tempo desenhado nas maravilhas do lazer pós-moderno” (SADI, 1999, p. 753 apud BRACHT e ALMEIDA, 2006, p. 27).

Com o mesmo teor, Ferreira (1996)¹³, debate em seu artigo – “Educação física: regulamentação da profissão e esporte educacional ou... Neoliberalismo e pós-modernidade: foi isto que sobrou?” – que a “sociabilidade nestes tempos de neoliberalismo e pós-modernidade acirra e impõe, por força daquele, as noções mais egoístas e insensíveis diante da condição humana”. Concluindo que:

[...] a pós-modernidade tem sido um novo invólucro para a velha modernidade capitalista, num movimento histórico de (pós)modernização de antigas concepções do velho capitalismo, incluindo a incorporação e recodificação do sentido de expressões e atividades que antes denotavam transformação, mas agora, com o “fim da história”, denotam, com movimento e mudança, apenas uma inofensiva “corrida atrás do próprio rabo”. Desta forma, todos os nossos

¹² “Educação física e lazer: a centralidade do trabalho como mediação. “Revista Brasileira de Ciências do Esporte, vol. 21, n. 1.

¹³ “Educação física: regulamentação da profissão e esporte educacional ou... neoliberalismo e pós-modernidade: foi isto que sobrou?” Revista Brasileira de Ciências do Esporte, vol. 18, n. 1.

esforços levariam a um único desembocadouro: a ordem burguesa. (FERREIRA, 1996 apud BRACHT, ALMEIDA, 2006, p. 27)

Estes autores apresentam, ainda, outros trabalhos que tratam da pós-modernidade, mediada com os conteúdos da EF, tais como: Souza (1999)¹⁴, que ao “discorrer sobre a Educação física e racionalidade: contraposições na modernidade, entende que, como resultado da crise do projeto da modernidade e da razão iluminista, surgem propostas no sentido da sua reconstrução”; Silva (2003)¹⁵, no artigo “Do corpo objeto ao corpo sujeito histórico: o materialismo dialético histórico e a educação física”, analisa [...] a concepção de corpo elaborada a partir do referencial materialista dialético histórico como um possível campo de delimitação/compreensão/práxis da Educação Física brasileira”; Fensterseifer (2000¹⁶, 2001¹⁷), argumenta que caberá à EF, no interior do projeto neomoderno, por meio da aprendizagem mediada linguisticamente, possibilitar aos sujeitos um domínio cognitivo-instrumental das atividades vinculadas à cultura corporal de movimento, proporcionar a estes o entendimento da normatividade social que condiciona as referidas atividades bem como a manifestação da sensibilidade estético-expressiva, fundamental na afirmação das identidades pessoais (FENSTERSEIFER, 2001 apud BRACHT, ALMEIDA, 2006, p. 31).

Bracht e Almeida (2006) apontam, ainda, outros autores que tratam da pós-modernidade, agora, em posição de defesa de seus ideais, tais como Lima (1997a¹⁸, 1997b¹⁹, 1997c²⁰), que “com base em uma leitura pós-estruturalista e influenciado por alguns autores identificados com a ideia de pós-moderno, está entre aqueles poucos autores que teorizaram sobre o pós-moderno no âmbito da educação física”. Esse autor, então, utilizando-se de postulados pós-

¹⁴ “Educação física e racionalidade: contraposições na modernidade”. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 21, n. 1.

¹⁵ “Do corpo objeto ao sujeito histórico: o materialismo dialético histórico e a educação física”. In: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, Anais, 2003.

¹⁶ “A crise da racionalidade moderna e a educação física”. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, vol. 22, n. 1.

¹⁷ “A Educação Física na crise da Modernidade”.

¹⁸ “O adeus à educação física progressista”. In: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte

¹⁹ “O campo acadêmico da educação física face ao esgotamento das pedagogias radicais”. In: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. Anais.

²⁰ “Condições pós-modernas: consequências para o campo pedagógico educação física” In: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. Anais.

-modernos e/ou pós-estruturalistas, “realiza uma ríspida crítica aos esforços pedagógicos críticos situados na educação física, especialmente aqueles pautados no materialismo histórico-dialético, tão marcantes na área”. (Lima, 1997)

Ainda no rol dos defensores da pós-modernidade que discutem sobre suas relações com o âmbito da EF, tem-se Nogueira (2003a²¹, 2003b²², 2004²³), que também se vale da perspectiva pós-estruturalista, sobretudo de orientação foucaultiana. Para ele,

A perspectiva pós-estruturalista fornece considerações importantes para o âmbito da Educação Física, particularmente se levarmos em conta que esta se preocupa não somente com procedimentos metodológicos para tratar pedagogicamente os elementos da cultura corporal, mas também como os significados são produzidos, mediados, aceitos ou recusados nas relações conflituosas de poder. O pós-estruturalismo com a sua ênfase nas questões do poder e da linguagem podem fornecer contribuições interessantes para compreendermos o processo de constituição de significados referentes aos elementos da cultura corporal. (NOGUEIRA, 2003 apud BRACHT, ALMEIDA, 2006, p. 32, 33)

Em sendo assim, o autor se mostrará interessado em compreender como “a cultura corporal de movimento dialoga com pressupostos sócio filosóficos da educação crítica e de uma educação pós-crítica” (NOGUEIRA, 2003 apud BRACHT, ALMEIDA, 2006, p. 32, 33).

Tendo feito essa breve apresentação dos principais tópicos de discussão que os autores que têm se dedicado aos temas que tangem a pós-modernidade e suas mediações com a EF, seja em forma de defesas ou críticas, Bracht e Almeida, apontam alguns outros autores que participam desse debate e que, de certa maneira, foram contemplados com o mapeamento apresentado. Dentre eles destacam-se: Souza (1997), Palafox

²¹ “Educação física e pedagogia crítica: praticar o discurso?”. *Perspectiva*, vol. 21, n. 1.

²² “Contribuições o pós-estruturalistas para a educação física”. In: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. Anais.

²³ “Genealogia da educação física crítica: estudo dos saberes e práticas pedagógicas da perspectiva crítica em educação física. (Dissertação – UFU).

(1997)²⁴, Mendes (1997)²⁵, Húngaro (1999)²⁶, Werneck (2000)²⁷, Pardo e Rigo (2000)²⁸, Pardo, Rotta, Niemeyer et al. (2001)²⁹, Silva (2001)³⁰, Pardo, Rotta e Rigo (2002)³¹, Vega (2002)³², Brasileiro (2002)³³, Isayama (2003)³⁴, Guedes e Chiés (2003)³⁵, Santin (2003)³⁶, Almeida (2003)³⁷, Gomes (2000)³⁸, Gomes e Oliveira (2001)³⁹, 2003⁴⁰, Cachorro (2003)⁴¹, Nóbrega, Dias, Medeiros et al. (2003)⁴², Devis Devis e Alventosa (2004)⁴³.

O mapeamento empreendido nos dá uma segura noção da grande influência que a pós-modernidade vem tendo sobre a Educação Física.

O diagnóstico da marcante presença do debate pós-moderno na educação física por si só não elucida a nossa questão de fundo: de que

²⁴ “O Capitalismo tardio e globalização: implicações do desenvolvimento tecnológico na pós-modernidade e seu impacto na educação física no Brasil”. In: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. Anais.

²⁵ “Currículo e educação física: tendências das publicações nos últimos dez anos”. In: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. Anais.

²⁶ “Transformações societárias, reordenamento profissional e educação física”. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, vol. 22, n. 1.

²⁷ “Lazer, Trabalho e Recreação”.

²⁸ “Educação física como ciência: para sair do século XIX”. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, vol. 22, n. 1.

²⁹ “Hip-hop: tatuagens urbanas de uma cultura ordinária”. In: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. Anais.

³⁰ “O processo de reestruturação curricular nas instituições de ensino superior: o perfil do professor de educação física a partir das novas políticas educacionais brasileiras”. In: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. Anais.

³¹ “Manifesto contra o mimo: para uma educação corporal dos afectos”. Motus Corporis, vol. 9, n. 2.

³² “As competências do professor de educação física na pós-modernidade”. Movimento, vol. 8, n. 3.

³³ “O conhecimento no currículo escolar: o conteúdo dança em aulas de educação física na perspectiva crítica”. Movimento, vol. 8, n. 3.

³⁴ “Recreação e Lazer na formação profissional em educação física: reflexões sobre o currículo”. In: Lazer, recreação e educação física.

³⁵ “Os ‘ídolos-heróis’ da mídia: valores e símbolos da cultura esportiva no pós-modernismo”. Motus Corporis, vol. 10, n. 1.

³⁶ “S.O.S: educação física”. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, vol. 24, n. 2.

³⁷ “Modernidade versus Pós-Modernidade: desafios para uma pedagogia crítica da educação física”. In: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte.

³⁸ “O corpo desportivo moderno: disciplina e reflexividade na instituição acadêmica brasileira”. (Dissertação – UFPE)

³⁹ “Corpo, identidade e estética: considerações sobre a educação física”. In: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. Anais.

⁴⁰ “O amor-de-si e as incertezas corporais: diálogos com Zygmunt Bauman”. In: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte.

⁴¹ “Cultura escolar e educação física: uma abordagem etnográfica”. In: A educação física no Brasil e na Argentina: identidade, desafios e perspectivas.

⁴² “Educação física e epistemologia: a produção do conhecimento nos Congressos Brasileiros de Ciências do Esporte”. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, vol. 24, n. 2.

⁴³ “Las funciones de la educación física escolar: de La modernidad a la postmodernidad”. In: Educação física escolar: política, investigação e intervenção.

maneira ele tem influenciado o período da decadência ideológica da Educação Física pelo viés do irracionalismo?

Por ora, a pequena interlocução com parte da produção recente de um dos mais importantes intelectuais da Educação Física – Valter Bracht – aponta que a hipótese de trabalho é profícua. Há que se aprofundar a investigação. No entanto, nos limites do presente trabalho, isso não será feito.

Como anunciamos, anteriormente, interessam-nos as expressões da decadência ideológica no âmbito da pós-graduação. Nela, ao que nos parece, a expressão da decadência mais operante é a da “miséria da razão”. O empobrecimento da razão, limitando-a ao conhecimento do imediato, do útil, do funcional, ou melhor, à sua dimensão instrumental.

No âmbito da ciência – atividade significativa para a pós-graduação –, a Modernidade deixou um legado muito importante para a humanidade: é a razão humana (pautada em métodos científicos) que distingue o verdadeiro do falso. Por meio dela, o homem descobre a legalidade da natureza e do mundo dos homens a fim de empreender as modificações necessárias. O controle da legalidade da natureza nos permitiria transformá-la, atendendo as nossas necessidades e, ao mesmo tempo, aprimorar as forças produtivas e, com isso, garantir a produção em abundância. Já o conhecimento da sociedade nos permitiria a organização racional da vida social a fim de garantir a emancipação humana. Ao mesmo tempo, portanto, foi um projeto de desantropomorfização da natureza – conhecer a natureza a partir dela própria – e desencantamento do mundo – abandonando as “explicações” religiosas.

A crítica à Modernidade que objetiva a sua destruição, desconhece a rica diferenciação que demonstramos em nosso primeiro capítulo. Ou seja, tivemos pelo menos dois vieses modernos: um conservador e outro revolucionário. A luta dos pós-modernos “progressistas” deveria ser, portanto, contra as expressões decadentes do pensamento burguês, mas isso não é possível na medida em que se funda no irracionalismo – expressão desse pensamento decadente.

Essa razão emancipatória, tal qual foi pensada pelos modernos, foi abandonada e, no âmbito da ciência, vimos assistindo a outra expressão do pensamento da decadência: a “miséria da razão”. Cada vez mais, vê-se o triunfo da razão instrumental. Nossa hipótese de trabalho é a de que os

critérios de avaliação dos programas, especialmente aqueles ligados à avaliação da produção são expressões dessa “miséria da razão”, além disso, Além de serem expressões da “miséria da razão” acabam por aprofundar o problema na medida em que estimulam o produtivismo que, por sua vez, empobrece a produção acadêmica. Ou seja, os critérios de avaliação e o produtivismo são expressões do mesmo fenômeno: a “miséria da razão”.

A demonstração dessa hipótese de trabalho demandaria mais tinta e tempo para ser demonstrada. Trata-se, inegavelmente, de um projeto de estudos ao qual nos comprometemos, contudo, no presente trabalho, abordaremos parte da investigação necessária. Especificamente: a manifestação do problema na ótica dos professores credenciados junto aos programas de Educação Física brasileiros. Alguns deles escreveram sobre essa questão e nos interessa analisar o conteúdo dos artigos por eles publicados a respeito do tema.

CAPÍTULO IV

A PÓS-GRADUAÇÃO NA EDUCAÇÃO FÍSICA

Tendo compreendido o papel da ciência na Modernidade, seus desdobramentos a partir da inflexão da burguesia através da decadência ideológica, que opera tanto com o irracionalismo quanto com a miséria da razão, mapearemos as influências que a pós-graduação em Educação Física têm sofrido, a partir das principais críticas e desdobramentos que têm sido feitas pelos professores vinculados aos programas de pós-graduação da área.

Para tanto, fizemos um levantamento junto a CAPES de todos os programas de pós-graduação da Educação Física e a partir daí, mapeamos nos sites dos programas, os professores a eles vinculados. Chegamos então a um total de 357 professores. A busca dos dados, então, se deu pela consulta individual de todos esses professores na plataforma *Lattes*, vinculada ao sistema do CNPq, que gerencia os cursos de pós-graduação e a pesquisa científica no Brasil, de modo a mapear nesses currículos o que cada professor tem escrito a respeito do modo como a avaliação da pós-graduação tem sido feita no Brasil, tendo como corte temporal os últimos cinco anos.

Acreditamos que a análise da produção dos professores que não estão credenciados nos cursos de pós-graduação é muito importante, no entanto decidimos selecionar apenas a produção dos professores credenciados, por se tratar do público diretamente impactado por essa política, que, em nossa compreensão, estimula o empobrecimento da razão.

Em sendo assim, iniciaremos por compreender o histórico da pós-graduação em EF e os mecanismos de sua avaliação, para em seguida analisar os dados encontrados a partir da busca realizada nos currículos de cada professor.

4.1 O HISTÓRICO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

A pós-graduação em Educação Física surgiu no Brasil na década de 1970, inicialmente, na Universidade de São Paulo, Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Federal de Santa Maria. Esta última adotou o nome

Ciência do Movimento Humano, demonstrando sua influência norte-americana, os outros programas adotaram o nome *Educação Física* e balizaram suas disciplinas nas áreas da Educação e Biologia (Manoel e Carvalho, 2001).

A pós-graduação em Educação Física no Brasil foi criada em 1977 em nível de Mestrado e em 1989 em nível de doutorado, fundamentalmente, pelo retorno dos professores que desenvolveram seus cursos de pós-graduação na América do Norte e na Europa, acrescido daqueles que desenvolveram seus cursos no país, em outros campos do conhecimento como saúde e educação. (LAZZAROTTI FILHO et al, 2010, p. 14)

Desde 1990, afirmam Manoel e Carvalho (2001), o “sistema de recomendação estabelecido pela CAPES começou a valorizar o grau de caracterização acadêmica dos programas considerando sua clareza e consistência na definição da área básica, linhas de pesquisa, projetos de pesquisa e atividades discentes (seminário, cursos, disciplinas)” (p. 391, 392). No entanto, os programas apresentavam diferenças, que acabavam sendo interpretadas como falta de identidade da área.

Ao longo dos anos 1990, houve uma mudança gradual na estruturação dos programas de pós-graduação. O termo *educação física* foi mantido, mas houve a proposição de diferentes áreas de concentração com inspiração no movimento disciplinar. Cada área de concentração correspondeu a uma subárea, sendo identificadas três: biodinâmica, sociocultural e pedagógica. Biodinâmica compreende as atividades de pesquisa dentro de subdisciplinas como bioquímica do exercício, biomecânica, fisiologia do exercício, controle motor, aprendizagem e desenvolvimento motor, além de alguns campos aplicados como nutrição esportiva e treinamento físico e desportivo. As linhas de pesquisa na biodinâmica são orientadas pelas ciências naturais (Abernethy, Kippers, MacKinomon, Neal&Hanrahan, 1996; Amadio&Barbanti, 2000). A subárea

sociocultural trata de temas como esporte, práticas corporais e atividade física da perspectiva da sociologia, antropologia, história e filosofia. A subárea pedagógica investiga questões relativas à formação de professores, desenvolvimento curricular, métodos de ensino, pedagogia do esporte, além de aspectos metodológicos, sociais, políticos e filosóficos da educação. As subáreas sociocultural e pedagógica definem suas linhas de investigação orientadas pelas ciências sociais e humanas. Neste sentido, a educação física investiga em estreita proximidade com a área de educação (Bain, 1995; Bracht, 2006), com a sociologia (Betti, 1991), com a filosofia (Fensterseifer, 1996; Kretchemar, 1994), com a história (Soares, 1998). (MANOEL, CARVALHO, 2011, p. 392)

Mesmo com essa variedade e diferenças conceituais, estruturais, e científicas internas ao campo da Educação Física, esta foi agregada à Área 21 da CAPES que corresponde às Ciências da Saúde, em seu subgrupo estão: Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional e Fisioterapia.

Hoje a Área 21 conta 40 programas⁴⁴ de pós-graduação, contendo ao todo 56 cursos de doutorado, mestrado acadêmico e mestrado profissional.

A sua constituição como campo acadêmico, o ingresso no sistema de pós-graduação nacional, a sua instalação na área 21 da CAPES, vinculada ao ramo das ciências da vida e à grande área da saúde, trazem novos problemas nas formas de fazer ciência e na constituição de sua especificidade. O enquadramento da Educação Física na Grande Área da Saúde – CAPES traz consigo outros desdobramentos e talvez o mais significativo seja a forma de operar a produção do conhecimento nesta área, visto que é uma das pioneiras no fazer ciência, com grande acúmulo e estabilidade conceitual, delegando a um campo novo (educação física) um alto nível de exigência quantitativa e

⁴⁴Esses dados foram obtidos através do site da CAPES, através do relatório de avaliação trienal 2010, bem como no “Documento de Área” tendo por base os anos 2007, 2008 e 2009.

qualitativa, com um enquadramento severo de produção científica e de sua comunidade acadêmica. (LAZZAROTTI FILHO et al, 2010, p. 14, 15)

O grande empecilho dessa agregação se dá no processo de avaliação dos programas de pós-graduação, pois estes operam com lógicas completamente diferentes, no entanto, são submetidos aos mesmos processos e critérios de avaliação. Defendemos a ideia de que essa avaliação estimula o empobrecimento da razão defendido por Carlos Nelson Coutinho (2010) como um dos desdobramentos da decadência ideológica burguesa.

A “miséria da razão” – seu empobrecimento e extrema formalização – desemboca num agnosticismo que oculta a essência do real. Enquanto o racionalismo da época clássica propunha-se conquistar terrenos cada vez mais amplos para e por meio da razão humana, o miserável racionalismo da decadência preocupa-se principalmente em estabelecer “limites” para o conhecimento [...] A “miséria da razão” é a expressão teórica – deformada e deformante – do mundo burocratizado do capitalismo. (COUTINHO, 2010, p. 51)

A partir dessa compreensão, defendemos que os critérios a que a pós-graduação está submetida, estimulam a superficialidade e limitação da racionalidade humana, através das exigências de pesquisas rápidas, publicações *express*, e alta produtividade dos professores, sem preocupação com a qualidade dessas pesquisas, mas onde elas estão sendo publicadas, se é em inglês, se tem fator de impacto, ou se é indexada a alguma base de dado, sem questionar, mensurar e avaliar se tem refletido a realidade, se é relevante ou se tem compromisso com a humanidade.

4.2 A AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO

O Sistema de Avaliação da Pós-Graduação foi implantado pela Capes em 1976, tal avaliação abrange dois processos, ambos conduzidos por

comissões de consultores vinculados a instituições de ensino de todo país, a saber: Avaliação de Cursos Novos e a Avaliação dos Programas de Pós-Graduação.

Como o nome sugere, a *Avaliação de Cursos Novos* se refere a cursos que estão pleiteando sua autorização para “funcionamento”, enquanto a *Avaliação dos Programas de Pós-Graduação* se refere ao acompanhamento e avaliação dos programas já existentes. Nos deteremos no entendimento desta última.

A *Avaliação dos Programas de Pós-Graduação* compreende os processos de “Acompanhamento Anual” e de “Avaliação Trienal” dos programas.

A Avaliação Anual não implica na atribuição de conceitos, esta se constitui como um acompanhamento, em que a Comissão de Área irá, apenas, apresentar comentários considerados pertinentes.

A Avaliação Trienal é

realizada ao final de cada triênio, sendo o ano de sua realização estabelecido pela sequência histórica do processo de avaliação da Capes. Os resultados de cada programa são apresentados na “Ficha de Avaliação” definida pelo CTC, de que constam, no que se refere aos vários quesitos e itens avaliados, os atributos a ele consignados, com os respectivos comentários e justificativas da comissão avaliadora, e, ao final, o conceito correspondente ao seu desempenho no triênio, na escala de 1 a 7 adotada. (CAPES⁴⁵)

A Ficha de Avaliação que orienta todo o processo de avaliação dos programas e cursos é composta por 5 critérios, cada um composto por outros quesitos que irão balizar a avaliação. Cada item contém um peso diferente, considerado como de “maior importância” no desenvolvimento da pós-graduação.

⁴⁵ Informações retiradas do site oficial da CAPES na aba “Caracterização do Sistema de Avaliação da Pós-Graduação”.

O primeiro critério diz respeito à *Proposta do Programa*, que tem peso 0% na Avaliação dos Programas, sendo levada em consideração apenas na Avaliação de Cursos Novos. No entanto, pondera, dentre outros quesitos, a adequação e coerência do programa em relação à proposta curricular; área de concentração; linhas de pesquisa; proposta de desenvolvimento e; infraestrutura.

O segundo critério diz respeito ao *Corpo Docente*, tem peso de 15% do total da avaliação e releva o perfil do corpo docente; sua titulação; a diversidade nas áreas de formação; se as áreas de estudo são compatíveis com a proposta do programa; a distribuição de atividades de pesquisa e a dedicação dos professores no que tange o desenvolvimento das atividades do programa; capacidade do corpo docente em captar recursos; dentre outros.

O terceiro critério é referente ao *Corpo Discente, Teses e Dissertações*, com peso de 30%, analisa a quantidade e a distribuição das teses e dissertações defendidas no triênio em análise; tempo médio de titulação; fluxo de entrada e saída de alunos; existência de bolsa de doutorado sanduíche; dentre outros.

O quarto critério e de maior peso é referente à *Produção Intelectual*, com peso de 40% do total da avaliação. Essa avaliação se dá a partir de instrumentos de pontuação da produção individual de cada docente – veremos a seguir – caracterizado pelo Qualis. Faz-se a somatória da pontuação de cada docente e divide-se pela quantidade de docentes permanentes do programa. “Pelo menos 80% dos docentes devem alcançar determinado patamar de pontuação compatível com o perfil de nota” (CAPES, 2009); além do registro de patentes e produções técnicas.

É nesse critério que giram as principais polêmicas, pois, é aqui se define, fundamentalmente, a nota do programa, devido ao peso dado à produção. Como veremos à frente, o instrumento de quantificação das publicações utilizado (Qualis) não é equânime para as diferentes áreas que compõem um mesmo programa.

O quinto e último critério direciona-se para a *Inserção Social* do programa, abarcando 15% da avaliação total. Nesse quesito considera-se a inserção e o impacto regional do programa; a integração e cooperação com outros programas e a visibilidade do programa e suas atividades.

A partir desses critérios é que será dada a nota de cada programa, podendo ir de 1 a 7. Para que os programas de mestrado sejam credenciados a nota mínima é 3, para doutorado, a nota mínima é 5. As notas 6 e 7 representam cursos com desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência da área.

Baseando-nos no último relatório de avaliação da Educação Física, a saber, o triênio 2010⁴⁶, cujos anos base são 2007, 2008 e 2009, buscamos compreender de que maneira se dá essa avaliação, de acordo com seus critérios, contidos na Ficha de Avaliação.

O documento relata que os trabalhos de avaliação iniciaram no 1º semestre de 2008 com as comissões do Qualis Periódico e Qualis Livro e com visitas de acompanhamentos dos Programas Novos e os de Conceito 3.

Destaca-se que no período de outubro de 2009 a abril de 2010, uma Comissão composta pela Área 21, foi criada para estudar Critérios de Avaliação e, em dois encontros com os coordenadores dos PPGs, apresentou e discutiu tais critérios. Este trabalho teve continuidade com a criação e nomeação pela DAV-CAPES, da Comissão de Avaliação Trienal, a qual, de posse dos elementos produzidos neste período, desenvolveu um estudo mais aprimorado para determinar os critérios definitivos que nortearam e fundamentaram esta avaliação. Destaca-se, a realização de diversos exercícios de simulações e aplicabilidade desses critérios a partir dos dados dos cadernos do aplicativo Coleta. Este estudo visou explorar os cinco quesitos, com seus respectivos subitens, conforme aprovação pelo Conselho Técnico Científico do Ensino Superior (CTC-ES) da CAPES. (CAPES, 2010, p. 1)

A partir desses estudos, afirma-se no documento, foram redimensionados os pesos de alguns dos subitens referentes aos 5 critérios iniciais (Proposta do Programa; Corpo Docente; Corpo Discente, Teses e

⁴⁶ Relatório disponível em: <http://trienal.capes.gov.br/wp-content/uploads/2011/03/Relatorio-Final-Area-21.pdf>

Dissertações; Produção Intelectual; e Inserção Social), de modo a valorizar o produto em detrimento do processo. Ou seja, deu-se peso maior aos critérios Corpo Discente; Teses e Dissertações; e Produção Intelectual.

Para tanto, algumas modificações são necessárias, principalmente no que tange aos veículos de divulgação científica. O que representa a fragilidade e a necessidade de alteração do Qualis Periódico.

O documento demonstra conhecimento em relação às diferentes vertentes da área 21, no que se refere ao tipo de pesquisa e às diferenças na veiculação científica. Identificando as dificuldades das pesquisas voltadas à área sociocultural e pedagógica em detrimento da área biológica.

As especificidades de cada área tem propiciado dificuldades no estabelecimento de periódicos da área 21. Nesse sentido, deve-se destacar a heterogeneidade de determinadas áreas que conciliam pesquisas básicas e aplicadas. Dentre as áreas que efetuam pesquisas aplicadas existem especificidades que também causam dificuldades no estabelecimento de um conjunto de periódicos que retrate adequadamente todos os prismas da área. Tal fato é bastante marcado nos programas da Educação Física que possuem um número reduzido de periódicos quando comparados com outras áreas que agregam aspectos de natureza mais biológica. Além disso, as áreas que envolvem aspectos Sociais, Culturais e Pedagógicos os fatores de impacto são bem menores do que aqueles encontrados nas demais. (CAPES, 2010, p. 2)

Mesmo mostrando conhecimento sobre as dificuldades que a área das ciências sociais enfrenta, a avaliação não é diferenciada para os professores, para programas e para as revistas que abarcam esse público. Ou seja, para que um professor continue cadastrado no programa de pós-graduação em que está vinculado, precisa fazer pelo menos 150 pontos a cada três anos⁴⁷. No entanto, para que um professor das ciências biológicas atinja essa pontuação é

⁴⁷ Essa pontuação foi recentemente alterada. Agora os professores credenciados ao programas de pós-graduação deverão atingir um mínimo de 300 pontos, para continuarem cadastrados em seus programas.

muito mais fácil do que um professor das ciências sociais e humanas, pois dentro da EF, por exemplo, não se tem nenhuma revista A1 representante das ciências sociais e apenas uma, recentemente promovida ao estrato A2⁴⁸. Veremos a seguir a importância dessa estratificação em relação à obtenção desses pontos.

Uma conquista que a área das ciências sociais e humanas conseguiu foi a avaliação de livro, que é um veículo de divulgação muito comum e com impacto na área.

Para compreendermos melhor essa questão, vamos aprofundar no entendimento do Qualis e suas pontuações.

4.3 O QUALIS

Qualis é “o conjunto de procedimentos utilizados pela CAPES para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação” (CAPES, 2010).

O quesito da “qualidade” é questionável, pois não há uma avaliação do conteúdo da produção intelectual. Os periódicos científicos são, então, classificados de acordo com sua indexação em base de dados, bem como o fator de impacto⁴⁹ de suas publicações, o que resulta em 8 níveis, já bem conhecidos entre os professores da pós-graduação, são eles: A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C.

Cada um desses níveis possui uma pontuação que, basicamente, irá fundamentar a avaliação dos professores e de seus programas:

Estrato 7 (A1): 100 pontos

Estrato 6 (A2): 80 pontos

Estrato 5 (B1): 60 pontos

Estrato 4 (B2): 40 pontos

Estrato 3 (B3): 20 pontos

Estrato 2 (B4): 10 pontos

⁴⁸ Revista Movimento.

⁴⁹ O fator de impacto é uma medida questionável e pouco confiável, pois é mensurado a partir da quantidade de citações que determinado artigo recebeu, não considerando se as citações foram em concordância ou como objeto de crítica.

Estrato 1 (B5): 05 pontos

Estrato 0 (C): sem pontuação

No entanto, existem algumas regras que padronizam a quantidade de periódicos por estrato, bem como os critérios de permanência de um periódico em determinado estrato. Dentre elas: “A somatória dos periódicos em estratos A1 e A2 não deve ultrapassar 26% do total de periódicos estratificados, e a somatória dos periódicos A1, A2 e B1 não deve ultrapassar 50% do total de periódicos estratificados” (CAPES, 2009 – Documento de Área). A avaliação do Qualis Periódico considera em cada estrato:

Estrato 7 (A1): Os periódicos da área 21, com fator de impacto “j” $\geq 1,85$ ou índice “h” ≥ 40 ; e os periódicos de outras áreas com fator de impacto “j” $\geq 4,0$ ou índice “h” ≥ 70 .

Estrato 6 (A2): Os periódicos da área 21, com fator de impacto “j” $\geq 1,35$ e $\leq 1,84$ ou índice “h” ≥ 25 e ≤ 39 ; e os periódicos de outras áreas com fator de impacto “j” $\geq 1,85$ e $\leq 3,99$ ou índice “h” ≥ 40 e ≤ 69 .

Estrato 5 (B1): Os periódicos da área 21, com fator de impacto “j” $\leq 1,34$ ou índice “h” < 24 ou indexados nas bases MEDLINE ou SciELO; e os periódicos de outras áreas com fator de impacto “j” $\geq 1,00$ e $\leq 1,84$ ou índice “h” ≥ 11 e ≤ 39 .

Estrato 4 (B2): Os periódicos da área 21, indexados numa das bases LILACS/CINAHL/EMBASE/ERIC e pontuação igual ou superior a 85% dos critérios usados na avaliação padrão internacional⁵⁰ (critérios SciELO); e os periódicos de outras áreas que estão indexados nas bases MEDLINE ou SciELO.

⁵⁰ Tais critérios compreendem a avaliação: da Periodicidade, do Número de Artigos por ano, do Percentual de Artigos Originais, da Endogenia dos Artigos publicados pelo Corpo Editorial, da Endogenia dos Autores, dos Procedimentos de Revisão, dos Aspectos de Idioma e, do Trâmite e Aspectos de Regularidade. (CAPES, 2009)

Estrato 3 (B3): Os periódicos da área 21, indexados numa das bases LILACS/CINAHL/EMBASE/ERIC ou periódicos indexados numa das bases SPORT DISCUS/LATINDEX com pontuação igual ou superior a 85% dos critérios usados na avaliação do padrão internacional (Critérios SciELO).

Estrato 2 (B4): Os periódicos indexados numa das bases SPORT DISCUS/LATINDEX ou pertencentes a associações científicas reconhecidas pela comunidade acadêmica da área.

Estrato 1 (B5): Os periódicos indexados numa das bases PHYSICAL EDUCATION INDEX, CAB ABSTRACT, PERIÓDICA, OPEN JOURNAL SYSTEMS, SCIENTIFIC CAMBRIDGE ABSTRACTS.

Estrato 0 (C): Os periódicos com ISSN mas sem fonte bibliográfica de referência (bases ou listas de indexação). Periódicos impróprios.

Essas são, basicamente, as regras para a estratificação e pontuação dos periódicos. Essas regras, no entanto, não são representativas dos periódicos que representam as ciências humanas, devido às suas especificidades no que tange a pesquisa, geralmente mais longas, bem como com público alvo de sua divulgação: a população local.

Nesse sentido, Jog, Fraga e Molina Neto (2008) apontam para alguns problemas ao se utilizarem essas medidas bibliométricas:

“Parece-nos que os maiores problemas encontrados na adoção das análises de medidas bibliométricas para as revistas científicas são: a) a adoção de padrões internacionais para medir a produção nacional, b) o uso inadequado dessas medidas para a gestão e decisão das questões relacionadas à qualidade dos periódicos em todas as áreas; c) estabelecer comparações em áreas diferentes. Não é possível julgar áreas diferentes com as mesmas

medidas e tampouco compará-las entre si, assim como não dá para comparar a produção de países com características econômico-sociais contrastantes.” (JOB, FRAGA, MOLINA NETO, 2008)

Recentemente, foi criada uma comissão para a avaliação do Livro, que foi denominada de Qualis Livro, como forma de resposta à demanda das ciências sociais, que o utilizam como importante meio de divulgação de suas pesquisas e contam como mais impactantes no processo de formação dos pesquisadores. Lazzarotti et al (2012) afirmam que “as áreas que estabelecem relação mais próxima com as ciências duras preferem artigos científicos, enquanto as áreas que estabelecem uma relação mais próxima com as ciências moles priorizam o livro e o capítulo de livro” como fonte de referência para seus estudos.

Em sendo assim, foi criada uma comissão e um regulamento para sua avaliação e estabeleceu que os livros fossem classificados nos estratos de L1 a L4, sendo que a pontuação deve ser atribuída aos aspectos formais, tipo e natureza da obra; vinculação à Área do Conhecimento e; avaliação de seu conteúdo.

Dessa forma, concluído o processo de avaliação, seria dada a estratificação de cada livro, atendendo à determinada regra de pontuação:

L4 – 100% da pontuação atribuída ao livro.

L3 – 75% da pontuação atribuída ao livro.

L2 – 50% da pontuação atribuída ao livro.

L1 – 25% da pontuação atribuída ao livro.

LNC – não receberá pontuação como produção científica.

A avaliação do Livro é composta por 3 partes: I. Dados de Identificação da Obra; II. Avaliação pela Comissão de Classificação de Livros (Aspectos Formais da Obra, Tipo da Obra e Natureza do Texto) e; III. Avaliação do Conteúdo da Obra.

Para que essa avaliação se concretize foi elaborado um instrumento (formulário) de tabulação dos dados contidos na obra, para facilitar sua

mensuração. A avaliação do conteúdo se baseia em três quesitos: relevância temática, caráter inovador da contribuição e potencial de impacto.

A preocupação com a pós-graduação no Brasil vem de longa data e tem origem no trabalho pioneiro de Anísio Teixeira no reconhecimento e na valorização da formação de recursos humanos para a educação, e é desse trabalho que surge a CAPES em 1951. A preocupação da agência nesse início era a de estabelecer políticas e coordenar os esforços para a qualificação dos recursos humanos para o ensino superior. É nos anos 1970, todavia, que a sistematização da PG toma forma no chamado SNPG, e junto com esse movimento ocorre a organização de um processo de avaliação. Nos anos 1990, há um investimento no aperfeiçoamento do sistema nacional de avaliação. A partir desse período um dos temas que ensejaram os debates mais calorosos nas rodas acadêmicas refere-se aos critérios de avaliação. Ganha força a ideia de um sistema que avalie os programas de maneira uniforme, com um conceito de rigor que independe da área. Uma nota ou conceito dado a um programa numa área deve ser equivalente à mesma nota ou conceito dado a outro programa de área diversa. (MANOEL, 2009, p. 88, 89)

Consideramos que o processo de avaliação da pós-graduação é muito importante para que esta melhore e colabore para o avanço da ciência brasileira. Observa-se com o histórico da avaliação, que a CAPES tem buscado formas para melhorar a maneira de proceder com essa avaliação. No entanto, muito ainda há que se caminhar para a concretização de uma avaliação qualitativa, que extrapole os índices quantitativos, que ainda predominam no processo avaliativo vigente. Que busque equiparar as áreas biológicas e sociais na avaliação, não existindo “vantagens” para uma em detrimento da outra, como existe atualmente. Seja na pontuação dada a cada professor e programa, seja na forma de avaliação para a concessão de financiamento para pesquisas.

4.4 AS ANÁLISES DOS PROFESSORES

Para compreendermos como os professores dos programas de pós-graduação têm sido afetados por esses critérios de avaliação, que visam, fundamentalmente, a produção em “periódicos altos”, buscamos individualmente a produção a respeito desse assunto, tendo como base o currículo Lattes de cada um deles.

Balizamos nossa busca a partir da produção de artigos, livros e capítulos de livros, tendo como recorte temporal os anos de 2007 a 2012, buscando a partir dos títulos de seus trabalhos alguma referência com a pós-graduação; avaliação da pós-graduação e da produção científica; produção do conhecimento; pós-modernidade; modernidade e; epistemologia. Esses termos foram elencados para balizar nossa análise acerca da avaliação da pós-graduação, bem como para servirem também de fundamentação teórica.

Dos 357 professores, apenas 49 têm publicações referentes aos temas selecionados. Ao todo foram 38 artigos diferentes (tendo em vista que muitos artigos tinham mais de um professor como coautor), 3 editoriais, 1 resenha, 12 capítulos de livro e 5 livros. Como o acesso aos livros e capítulos de livro é bastante dificultado, nos focamos nos artigos publicados.

A seleção do material foi feita, inicialmente, através da leitura dos títulos dos trabalhos no currículo Lattes desses professores e organizados em tabela que apresentasse nome do autor, título do trabalho, meio de divulgação e ano. Em seguida, foi feita uma busca pelos artigos nos sites das respectivas revistas, estes foram baixados e separados em pasta. Para “peneirar” os trabalhos que não tivessem relação direta com o tema foi feita uma segunda seleção, que passou pela leitura dos resumos e palavras-chave. E, por fim, os trabalhos selecionados foram lidos na íntegra. Dos 38 artigos inicialmente selecionados, apenas 13 tratavam diretamente sobre o tema da pós-graduação; sua avaliação e de sua produção. Apresentamos aqui a análise feita separando-a em tópicos.

4.4.1 A discrepância nas publicações

Em primeiro lugar, gostaríamos de relatar a discrepância observada em relação às publicações dos professores representantes da área biológica em relação às publicações dos professores da área sociocultural e pedagógica (ou ciências sociais e humanas). Essa divergência se dá tanto no volume dos artigos publicados por ano, quanto nas revistas em que são publicados.

Grande parte das publicações da área biológica são em inglês, em revistas internacionais, enquanto pouquíssimos professores das ciências sociais possuem publicações em revistas internacionais e, geralmente publicaram poucos artigos por ano. Essa diferença se torna ainda maior quando observadas as publicações do ano de 2012. O ano ainda está pela metade e muitos professores da área biológica já possuem mais de 5 publicações no ano em curso, enquanto os professores das ciências humanas e sociais que têm publicação nesse ano, não contabilizam mais de 2 ou 3.

Essa discrepância reflete na pontuação desses professores em seus programas e é um ponto de constante debate. Enquanto um professor publica 5 artigos em revistas internacionais de estrato A, outro professor publica 1 ou 2 artigos em estratos B, ou seja, enquanto o primeiro professor fez quase 500 pontos, o segundo mal atinge os 100 pontos. E os dois são avaliados da mesma maneira, não levando em consideração as especificidades de cada tipo de pesquisa e o veículo de divulgação que, como vimos, privilegia as áreas biológicas pelo quantitativo [também discrepante] de revistas melhor avaliadas.

4.4.2 Histórico da Pós-Graduação em Educação Física

Em grande parte, os artigos abordaram o histórico da pós-graduação como forma de contextualização de seu problema, no entanto 1 (um) artigo tratou especificamente do histórico da pós-graduação em EF, enquanto objeto central do texto. Esse artigo se deu a partir de uma palestra proferida para profissionais da área de Terapia Ocupacional que estão estruturando seu primeiro curso de pós-graduação. Dessa forma, a palestra se deu como forma de contextualizar o processo de estruturação e consolidação da pós-graduação da EF, considerando os principais aspectos de sua história e os pontos de discussão hoje realizada em torno de sua função e de sua avaliação:

A leitura dos documentos da CAPES, os investimentos nos indicadores de avaliação denotam sem subterfúgios quais são as prioridades políticas impostas aos programas de PG quanto à formação – formamos pesquisadores –, e à produção – proeminência do artigo como a produção. [...] Nos anos 1990, há um investimento no aperfeiçoamento do sistema nacional de avaliação. A partir desse período um dos temas que ensejaram os debates mais calorosos nas rodas acadêmicas refere-se aos critérios de avaliação. Ganha força a ideia de um sistema que avalie os programas de maneira uniforme, com um conceito de rigor que independe da área. Uma nota ou conceito dado a um programa numa área deve ser equivalente à mesma nota ou conceito dado a outro programa de área diversa. [...] Nos últimos anos o que mais se discute não são tanto os critérios, mas os indicadores utilizados para atribuir notas aos programas, cujo melhor exemplo é o QUALIS. Mas e a avaliação? Ela comumente é confundida com os indicadores num equívoco que merece ser tratado como elementar, pois medir é tratado como sinônimo de avaliar. E a PG? Ninguém sabe, ela se perdeu nos meandros dos indexadores, dos indicadores, dos QUALIS (MANOEL, 2009, p. 88, 89).

Percebe-se uma visão crítica e preocupada com o modelo utilizado para a avaliação da pós-graduação. Ainda que incipiente e sem mediações, as indagações suscitam o pensamento de que esta concepção de “avaliar como medir” é um estímulo ao empobrecimento da razão ou “miséria da razão”.

Com “miséria da razão”, queremos significar o radical empobrecimento agnóstico das categorias racionais, reduzidas às simples regras formais intelectivas que operam na práxis manipulatória (COUTINHO, 2010, p. 18).

Pelo fato de os programas e, conseqüentemente, seus professores, estarem submetidos a esses critérios quantitativos e empobrecedores da

racionalidade, perde-se, muitas vezes, o objetivo central da pós-graduação que deveria ser o estímulo de uma ciência comprometida com a humanidade.

4.4.3 Relatos de Experiência de Programas

Dos artigos previamente selecionados, obtivemos um total de cinco que tratam de relatos de seus próprios programas. De como foram estruturados, de sua importância local e regional, bem como um demonstrativo de disciplinas, professores e grupos de estudos vinculados ao programa. São eles: Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo (USP); Universidade de Brasília (UnB); Universidade de Pernambuco em associação com a Universidade Federal da Paraíba (UPE/UFPB); Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e; Universidade São Judas Tadeu (USJT).

No entanto, nenhum desses relatos trata de posicionamentos tomados por seus programas no sentido de estabelecer uma política da qualidade do programa. Como no caso já sabido do programa da UFES, que declarou não se importar com a nota 3 (menor aceitável para o mestrado), contanto que continuem com tempo para a dedicação para a graduação e para os estudos pessoais, priorizando com isso, a qualidade dos estudos e o enriquecimento adquirido com o processo, não apenas seu produto, como requer a avaliação institucionalizada pela CAPES.

4.4.4 Divulgação e Apropriação do Conhecimento

Na temática *Divulgação e Apropriação do Conhecimento* agrupamos 4 artigos que tratam de alguma maneira sobre a política de divulgação do conhecimento científico, defendida pela CAPES, através da publicação em periódicos científicos. Nesse aspecto a discussão não cessa, pois toca num ponto de sensibilidade da avaliação da pós-graduação, que é a utilização do Qualis como instrumento de avaliação.

Tani (2007), ao tratar do Qualis o defende como “um sistema de classificação de periódicos que pode ser utilizado para diferentes fins: avaliação da produção científica individual, de um departamento ou de uma instituição”. E dessa forma, tem-se um consenso de que “as maiores críticas ao

sistema surgem quando ele é utilizado para avaliação dos programas de pós-graduação, que resulta na atribuição de conceitos”.

Certamente, o problema não está no Qualis em si – classificação dos periódicos –, mas sim na vinculação desse sistema a critérios de avaliação e patamares de desempenho que definem os conceitos dos programas de pós-graduação. Portanto, apesar de intimamente associados, é preciso separar o Qualis e a avaliação da pós-graduação para que a crítica ao sistema seja construtiva e contribua para o seu aperfeiçoamento. (TANI, 2007)

Concordamos que a avaliação precisa ser aperfeiçoada para conseguir lidar com as diferenças e as especificidades de cada área e de cada tipo de pesquisa, deixando de lado o Qualis nesse processo, que é, praticamente, a base de fundamentação da avaliação. Oportunizando uma avaliação e classificação mais justa entre os periódicos das diferentes áreas, buscando garantir a qualidade de sua publicação e elevando o nível das pesquisas, a dicotomia “biológicas x sociais e humanas” seria minimizada.

O mais grave é que esta falta de rigor na avaliação, por imprecisão de critérios compatíveis com o modo de produção sociocultural, leva à falsa impressão de que não há consistência na produção nesta subárea, talvez um dos efeitos mais perversos desta distorção no Brasil. (JOB, FRAGA, MOLINA NETO, 2008)

Esses autores afirmam ainda que por conta dessa supervalorização da publicação em “revistas científicas indexadas no JCR, é possível supor que em um curto espaço de tempo as pesquisas de cunho sociocultural encontrem cada vez menos espaço em programas de pós-graduação em EF” (JOB, FRAGA, MOLINA NETO, 2008). Alguns exemplos dessa postura já começam a ser notórios em alguns programas. Essa estratégia se dá no sentido de não diminuir a média da pontuação da produção do corpo docente, e conseqüentemente, aumentar a nota do programa.

Considerando toda a “onda produtivista” que ronda a área da EF, uma pesquisa buscou se apropriar do *modus operandi* de algumas revistas brasileiras da área e identificou uma estratégia:

a autoria compartilhada vem se apresentando como preferência dos investigadores da Educação Física. [...] A autoria compartilhada entre grupos de pesquisa, envolvendo pesquisadores de uma mesma instituição e de instituições distintas, vem se tornando uma prática bastante frequente nas revistas brasileiras de Educação Física, o que parece acompanhar a tendência também presente em outras áreas. (LAZZAROTTI FILHO et al., 2012)

Tem-se notícia de que, para atender à pontuação, muitos autores têm criado o hábito da produção coletiva. No entanto, muitas vezes, essa produção, nem sempre se dá de maneira coletiva. Ou seja, autores fazem parcerias com outros de modo que uns colocam os nomes dos outros em um artigo em que não tiveram nenhuma participação ou, mesmo, colocam nomes de pessoas que ajudaram apenas com a coleta dos dados, sem nenhuma contribuição substancial.

Em resumo, foram identificados os *modus operandi* em que as duas áreas operam, baseados nas publicações de algumas revistas brasileiras da área:

Modus Operandi 1: Revistas que estabelecem relação prioritária com as ciências duras e publicam um elevado número de artigos por ano. São, na maioria, revistas pertencentes ao estrato B2 e seus temas/objetos de pesquisa privilegiam o desempenho humano (aptidão funcional, limiar anaeróbico, treinamento esportivo, entre outros), a atividade física (exercícios, esportes, dança, lutas, jogos, entre outros), os aspectos morfofuncionais (massa corporal, frequência cardíaca, postura, entre outros) e a saúde (estilo de vida, qualidade de vida, entre outros). Além disso, estabelecem uma relação prioritária com referências

internacionais contidas em periódicos, com veiculação por meio de autoria compartilhada com quatro ou mais autores.

Modus Operandi 2: Revistas que estabelecem relação com as ciências moles, publicam menos artigos por ano, estão distribuídas entre os estratos B2 e B3 e cujos temas/objetos de pesquisa privilegiam aspectos pedagógicos da Educação Física (pedagogia do esporte, educação física escolar, currículo, formação docente, conteúdos, avaliação, entre outros) e aspectos socioculturais (sociologia do esporte, cultura esportiva, entre outros). Além de estabelecerem relação prioritária com referências nacionais, os documentos referendados são prioritariamente livros e capítulos de livros, com veiculação por meio de autoria individual ou com poucos autores. (LAZZAROTTI FILHO et al., 2012)

Observamos, então, alguns aspectos já citados anteriormente, referentes à importância do livro na formação do pesquisador e na divulgação de pesquisas na área sociocultural.

Outro aspecto abordado se dá na defesa do acesso público da informação e do conhecimento científico para todos.

O movimento de Acesso Livre (AL) a informação científica é caracterizado por duas grandes iniciativas: Open Access (OA) e Open Archives Initiative (OAI). Para Ferreira (2008), a OAI é o elemento técnico de interoperabilidade do sistema e a OA é o elemento político que propõe o acesso livre à informação científica. O acesso livre consolida-se como a disponibilização integral e gratuita na Internet de literatura de caráter científico, permitindo a qualquer pessoa a possibilidade de pesquisar, consultar, descarregar, imprimir, copiar e distribuir fontes de informação científica. Estas ações desenvolvidas por importantes instituições e pesquisadores mundiais apontam para uma mudança profunda no processo de acesso ao conhecimento e indicam um afastamento da política científica tradicional estruturada

a partir da lógica do mercado. (SILVA, LAZZAROTTI FILHO, SILVA, 2011, p. 725)

Nesse ponto, não temos do que reclamar, pois todas as nossas revistas (brasileiras) trabalham na lógica do acesso livre, o que é um avanço na divulgação do conhecimento científico.

Um dos desdobramentos apresentados se dá na questão do trabalho coletivo entre professores e entre grupos de estudos de diferentes instituições na produção do conhecimento científico.

O trabalho coletivo entre grupos de pesquisa e o diálogo internacional constituem-se como um importante caminho, a partir de políticas de ação mais solidárias e cooperativas. O pesquisador isolado tende a deixar de existir e começa a assumir outras atividades como nos alerta Targino (2005, p.46): “O ‘cientista maluco, solitário e excêntrico’ dá lugar as primeiras tentativas de um trabalho coletivo, em torno de um pesquisador-líder, até se chegar à denominada ciência acadêmica, enquanto ciência organizada, estágio que prevalece na atualidade”. (SILVA, LAZZAROTTI FILHO, SILVA, 2011, p. 724)

Muitos desses desdobramentos são frutos das cruéis exigências de produtividade que têm reduzido nossa ciência à simples racionalidade instrumental e, muitas vezes à irracionalidade, que, como argumenta Coutinho (2010), tem por objetivo a manutenção da burguesia no poder, utilizando como instrumento o empobrecimento da razão, o abandono da ontologia humanista e da concepção dialética da história (p. 50).

4.4.5 Livro como produção intelectual

Dois dos artigos analisados tratam da importância da publicação e da avaliação do livro enquanto produção intelectual. Um deles, inclusive, propõe uma metodologia para essa avaliação.

A contextualização do problema se dá no mesmo sentido: apresentação da política de avaliação que estimula o produtivismo acadêmico; considerações acerca das diferenças entre as áreas e; as justificativas para valorização e avaliação do livro como produto de produção científica.

As principais justificativas para essa valorização se dão no sentido de garantir pontuação para um veículo de divulgação muito utilizado entre os pesquisadores das humanidades, primeiro por conta da importância do livro no processo de formação dos pesquisadores, considerando que:

Constatamos que mais de 90% dos títulos indicados na bibliografia básica das disciplinas se referem a livros. Considerando que no sistema atual da pós-graduação as disciplinas devem exercer papel formativo, entende-se que a bibliografia básica consiste num conjunto de obras relevantes para o desenvolvimento de diferentes temáticas ou para o conjunto de uma área de concentração. Essa característica daria aos livros citados uma dimensão de seu impacto num elemento central da pós-graduação – a formação acadêmica dos estudantes. (CARVALHO e MANOEL, 2007, p. 64,65)

Segundo motivo para a valorização do livro como meio de divulgação do conhecimento, se dá pela desigualdade nas possibilidades de pontuação entre as áreas.

Hopkins (2001) fez um levantamento dos periódicos científicos internacionais em que a produção da área de educação física/esporte é veiculada. Foram identificados 577 periódicos dos quais apenas 23 aceitavam produções da área pedagógica e sociocultural e destes apenas quatro apresentavam fator de impacto. Alguns irão afirmar que o baixo número de periódicos da área sociocultural e pedagógica é reflexo da imaturidade dessas áreas ainda não consolidadas. Nessa linha vamos encontrar também programas que colocam em seus planos estratégicos a

consolidação dessas áreas, em que consolidar significa publicar artigos em periódicos indexados e de preferência internacionais. Trata-se de um equívoco na maioria dos casos. (CARVALHO e MANOEL, 2007, p. 66)

A terceira razão a ser considerada se dá no sentido de valorizar a reflexão que o livro proporciona.

Enquanto os periódicos são avaliados pela sua capacidade de discriminar informação fidedigna e rapidamente difundi-la para uma comunidade especializada, a avaliação do livro enfoca a permanência e a força desse veículo de comunicação na geração de conhecimento que faz refletir não só sobre o “como fazer”, mas “por que fazer” e, sobretudo, “para quem fazer” ciência. (CARVALHO e MANOEL, 2007, p. 71)

O quarto motivo se fundamenta no fato de o livro ser atemporal, ou seja, suas ideias e reflexões extrapolam a realidade imediata, como é o artigo.

O uso desse indicador permite a operacionalização de uma lógica diferente da aplicada na avaliação do artigo, pois abre a possibilidade de considerar na produção as obras cujo impacto e importância extrapola o período compreendido pelo triênio. (CARVALHO et al., 2008, p. 244)

A quinta justificativa se dá pelo fato de haver uma valorização no investimento empenhado para a melhoria da educação, da pós-graduação e da ciência.

Propor novos caminhos, mais adequados e responsáveis na avaliação da produção intelectual implica considerar o livro porque também expressa a qualidade do investimento em educação e pesquisa. CARVALHO et al., 2008, p. 247)

Levando em consideração, então, a importância do livro, especificamente para a área 21, tomando como premissa a especificidade da área, propôs-se uma metodologia para sua avaliação, visto que esta era uma prática até então inédita.

A primeira consideração e condição foi a de trabalhar com o conteúdo do livro. “O contato direto com o livro foi condição *sine qua non* para o desenvolvimento da presente metodologia” (CARVALHO et al., 2008: 244). Não se prender aos aspectos que o ligariam a editora, como proposto por Luz (2005, apud CARVALHO et al, 2008) em seus cinco parâmetros:

1. editora que goze de confiança da comunidade científica no campo de sua produção;
2. existência de um corpo ou conselho editorial com pesquisadores reconhecidos pela comunidade acadêmica;
3. existência de séries ou coleções relativas aos temas das áreas de que fazem parte as obras coordenadas por um líder ou equipe de autores da área;
4. qualidade da edição e revisão do objeto livro; e
5. tradição da editora. (CARVALHO et al., 2008, p. 229)

A não orientação por esses critérios se deu pelo fato de trazer para o livro as práticas utilizadas na avaliação dos artigos.

O enfoque na editora, do nosso ponto de vista, caracteriza outro tipo de avaliação do livro, a avaliação indireta. Nesse sentido, correríamos o risco de adotar a mesma lógica aplicada na avaliação dos artigos, uma vez que o julgamento não prioriza o artigo, mas o periódico em que é publicado. (CARVALHO et al., 2008, p. 230)

Essa consideração se apresenta de maneira muito coerente ao que é criticado na avaliação da produção. Que se baliza pela quantidade, não pela qualidade e relevância de seu conteúdo.

Seguindo essas premissas, foi feita a avaliação de 108 livros no ano 2006, tendo 2005 como ano base, a primeira tarefa foi “avaliar se o conteúdo

resultava de reflexão e da atividade de pesquisa do autor”, para, então, identificar se havia “uma política acadêmico-científica que respaldasse a publicação” (p. 30). Dessa forma, justificava-se a necessidade de trabalhar diretamente com o conteúdo do livro, não apenas com as informações da editora ou às instituições que gerenciam as bases de dados (no caso dos artigos).

A partir dos 108 livros, elencaram-se 9 categorias: I- Livro/texto integral; II- Tratado; III- Coletânea; IV- Dicionário; V- Atlas; VI- Manual; VII- Guia; VIII- Programa; IX- Compilação de Material já Publicado (CARVALHO et al., 2008, p. 233).

Deixamos por último a categoria do *Produtivismo estimulado pela Avaliação*, que tem sido pauta de calorosos debates no âmbito da pós-graduação em várias áreas.

4.4.6 Produtivismo estimulado pela Avaliação

Como não poderia deixar de ser, os argumentos aqui levantados, giram, fundamentalmente, em torno da dicotomia quantidade X qualidade e em seus desdobramentos. Desdobramentos esses que perpassam pela reflexão acerca do papel da ciência para a humanidade e da pós-graduação para o desenvolvimento da ciência, e nesse contexto, os questionamentos a respeito dos seus órgãos de fiscalização e financiamento. Percebemos, então, mesmo que não explicitamente, a preocupação com o retorno às categorias da Modernidade: humanismo, racionalismo e método.

Observa-se uma unanimidade no teor das críticas aqui encontradas. Há uma concordância de que os critérios que regem a avaliação não consideram as especificidades dos diferentes referenciais teórico-metodológicos; não reconhecem a disseminação do conhecimento produzido além dos periódicos; adotam um modelo referenciado em um sistema internacional; e de que a citação é um fator de impacto duvidoso e equivocado; dentre outras.

Argumenta-se que o produtivismo acadêmico estimulado pela avaliação da pós-graduação, vem refletindo, também, na produção da “miséria humana”, na mesma velocidade em que se produz conhecimento.

A primeira consideração que deveria ser feita é a respeito da importância e do papel da ciência para os dias atuais e como a pós-graduação poderia auxiliar na constituição de uma ciência comprometida com os problemas da humanidade, de modo não apenas a explicá-los, mas buscando superá-los. Balizando-se pela mesma preocupação que impulsionou a burguesia em sua fase ascendente e progressista.

No entanto, não é esse o cenário que visualizamos. Observamos uma ciência rasa, superficial, que, no máximo, explica a aparência da realidade contemporânea. Isso porque, para que possamos fazer uma análise profunda e compreender a essência de um objeto, necessita-se de investimento, de esforço pessoal e tempo. Tempo no sentido de se apropriar de determinações postas pela realidade e saturá-las, num movimento de sucessivas aproximações com o objeto, para verdadeiramente compreendê-lo e buscar as mediações necessárias para a superação dos problemas encontrados na sociedade.

Nessa configuração, acredita-se que a pós-graduação seria o lugar privilegiado, por abarcar uma série de condições que auxiliariam nesse desenvolvimento, tais como, financiamento público, elite intelectual, compromisso social com a ciência, destinação de tempo da carga horária para a dedicação à pesquisa etc.

Essa compreensão de ciência, e esse modo de fazer pesquisa, no entanto, não são estimulados e nem mesmo são interessante aos órgãos financiadores e fiscalizadores da pós-graduação. Pois empreende-se muito dinheiro, então, exige-se um retorno mais imediato, esse retorno se dá em forma de publicações de artigos.

Apesar disso, Daolio (2007) ressalta que o pesquisador deve saber que sua pesquisa é para trazer uma maior contribuição para a área e socializar seu conhecimento, e não para atender aos critérios da Capes. O mérito acadêmico não pode se restringir somente a uma quantidade mínima de artigos que devem ser produzidos por um pesquisador, em um determinado período e nem a uma classificação de periódicos, pois segundo o autor “quem

atribui mérito é a comunidade acadêmica e o conjunto de profissionais de uma determinada área e não as agências de fomento” (MARCHLEWSKI, SILVA e SORIANO, 2011, p. 112).

Da mesma forma que não deveria ser das agências de fomento a responsabilidade de conferir mérito acadêmico, não deveria ser de periódicos internacionais o caráter de “maior impacto” científico. O caminho deveria ser justamente o inverso. Buscar a valorização das revistas nacionais para aumentar a qualidade dos artigos aqui publicados, no sentido de valorizar estudos que tratem da realidade em que estamos inseridos e para facilitar o acesso e socialização do conhecimento produzido acerca de especificidades e interesses nacionais.

Neste contexto, algumas comparações são feitas a partir do modo como esses artigos são produzidos. Alguns autores defendem que essa produção se dá de forma alienada e como em indústrias:

O autor adverte quanto à formação de uma indústria científica pautada por um “fordismo científico”, com artigos sendo produzidos em massa tal como “(...) numa linha de montagem: do estudante de iniciação científica ao pós-doc, todos juntando partes para o mesmo resultado final: o artigo científico” (Schlendlindwein, 2009), e observa que com esta lógica se tem mais repetição e menos criação, mais cientistas e menos ciência. Por isso, acrescento às ideias do autor a reflexão de que atualmente temos no âmbito científico a mesma alienação que se produz no operário das demais indústrias de produção em larga escala. (TULESKI, 2012, p. 1)

Defende-se a existência de um mercado da produção acadêmica e que essa produção em “linha de montagem” deixaria cada vez mais de atender aos interesses da população para movimentar uma indústria de publicação e seu mercado.

Nesse sentido, as críticas pautam o “fordismo científico”, uma produção em larga escala para que atenda a necessidade das publicações e não aos problemas reais da realidade com o intuito de transformá-la.

A apropriação do trabalho e do saber, associada aos mecanismos de vigilância e registro, converge para a elaboração do conceito que denominamos nesse ensaio de produção fordista do conhecimento, onde cada estudante seria responsável por uma parcela do trabalho acadêmico e por sua produção em massa, mas desconhecedor do trabalho total e de seu impacto social, similar ao proposto por Henry Ford (1863-1947). Esse modelo de produção fordista permite um fluxo de publicações que atendem aos critérios estabelecidos pelos órgãos de fomento e avaliação, mas que por outro lado não promovem, necessariamente, a formação de massa crítica. A ciência não deve apenas estar comprometida com questões sociais, mas áreas de intervenção como a Educação Física deveriam produzir conhecimentos que contemplassem tais questões. (SOUZA, LUZZI, PEREIRA, 2010: , p. 49)

A alta valorização do artigo se justifica pelo interesse da sociedade no “resultado das pesquisas, isto é, aquilo em que a ciência pode ‘aliviar as misérias humanas’. De fato, o que vemos é a reprodução das misérias humanas na mesma velocidade da produção de ‘artigos científicos’.” (TULESKI, 2012, p. 1)

Dessa forma, então, defende-se uma maior integração entre graduação/pós-graduação; educação básica/universidade e universidade/sociedade, proporcionando o maior desenvolvimento de uma ciência com sentido e com compromisso social.

Desse modo, questiona-se: de que maneira poderia ser feita a avaliação da produção científica na Educação Física e, também, nas outras áreas do conhecimento? Nos textos, foram apresentadas algumas sugestões:

Rodrigues e Rezende (2010) defendem “que seja considerada na análise dos currículos apenas a qualidade das cinco publicações mais

relevantes indicadas pelo próprio cientista que as produziu” (p. 375). Dessa maneira, seria dado valor apenas ao que de relevante fosse produzido, não aos “mais do mesmo” que cansamos de ver em revistas, que em nada acrescenta em termos de qualidade e conteúdo.

Outra sugestão vem no sentido de tirar das citações o indicador de impacto, pois este é equivocado e questionável. Uma pesquisa pode ser citada como objeto de crítica e não por ser de grande importância para a área. (MARCHLEWSKI, SILVA e SORIANO, 2011, p. 105).

Outro autor sugere desvincular a avaliação internacional da nacional, “pontuando de forma independente as duas atividades, reconhecendo o valor específico de cada uma delas para a atividade acadêmica” (RODRIGUES, 2007, p. 46).

Essa justificativa se sustenta na falta de interlocução científica entre os periódicos internacionais e o público interessado nas pesquisas científicas.

Rodrigues (2007) faz uma comparação entre pesquisadores com bolsa de produtividade do CNPq com os 2 últimos vencedores do Prêmio Nobel da área de Medicina, para buscar uma argumentação que balizasse a dicotomia entre quantidade e a qualidade da produção científica. A média de produção de um “cientista produtividade” do CNPq é de 36 artigos por ano, enquanto os ganhadores do Prêmio Nobel publicaram de 1 a 2 artigos por ano. Essa comparação deixa explícito que quantidade não é sinônimo de qualidade e inovação e nos leva a refletir sobre o empenho e dedicação a uma pesquisa, para que esta seja, de fato, relevante.

E com isso, nos questionamos acerca do papel da ciência e, conseqüentemente da pós-graduação: Devemos publicar mais ou melhor?

CONCLUSÃO

Este trabalho teve caráter autoesclarecedor, por se tratar da sistematização de primeiras aproximações com um tema tão denso e relevante tanto para a comunidade científica em geral quanto para a área da Educação Física, em específico. Dessa forma, não chegaremos, aqui, a uma solução conclusiva, sequer foi essa nossa pretensão.

Melhor seria se disséssemos que não há crise na modernidade, que ela continua operante em suas categorias, principalmente a da razão; que a miséria da razão, na figura da pós-modernidade não passa de um modismo, que não afeta a ciência e que a produção do conhecimento na Educação Física em nada é prejudicada pelas políticas produtivistas que incentivam à irracionalidade.

No entanto, vimos até agora que isso seria uma falácia.

Compreendemos a reviravolta que a ciência deu, em sentido regressivo e decadente, tendo como marco a Primavera dos Povos em 1848, na qual a burguesia se posicionou de maneira conservadora, reacionária e regressiva frente às vitórias conquistadas contra o feudalismo, o absolutismo e a cegueira religiosa.

Tomando a modernidade para além de um período histórico, com características como o iluminismo, a afirmação da razão, a afirmação do indivíduo e uma busca essencial da racionalidade, portanto, como conteúdo, a pergunta que Stein coloca é se a modernidade teria acabado. Ou, utilizando a terminologia de Habermas: a modernidade é um projeto acabado ou inacabado? “[Podemos] atrelar-nos à modernidade, continuando a realizar seu projeto, ou será que a modernidade acabou e nós temos que perceber os sinais de um novo tempo, de uma nova época, de um novo princípio não organizador da história em períodos, mas de um novo princípio que nos faça perceber as coisas de uma outra maneira em nível de razão, em nível enfim, de compreensão do ser humano na história? Esta é a grande

questão” (STEIN, 1991, p. 23). (FENSTERSEIFER, 2001, p. 128).

Esse questionamento acerca do fim da modernidade já é frequente nos debates acerca da produção do conhecimento – em várias áreas. Esse questionamento é importante, pois a partir dele é que se fazem interpretações e proposições acerca do papel da ciência para a humanidade.

Stein, como vimos, denomina esta crítica, que acredita na continuidade do projeto da modernidade, de crítica progressista. Já a crítica daqueles que dizem que a modernidade acabou, que a unidade da razão, qualquer que seja sua forma, está perdida, os chamados pós-modernos, representariam a crítica conservadora, tendo em Nietzsche seu primeiro profeta. Para esta crítica, a história apresenta uma sucessão de momentos não apenas exteriores e formais, mas que têm conteúdo e substância, os quais Heidegger chama de “princípios epocais”. Cabe a eles determinar o que é arte, religião, moral, ciência etc. e o fim da modernidade significaria a inexistência de tal princípio único. Daí que, no dizer de Stein, “somos seres do não mais e do ainda não. Nós não suportamos, de certo modo, o vazio. A pergunta é: como nós podemos sustentar esta situação de estar entre o não mais e o ainda não. Ou o não mais continua, que é a interpretação progressista, o projeto inacabado da modernidade. Ou então este não mais já é realmente não mais e então se iniciou o ainda não. Que ainda não é este? Que novo tempo é este? Que características dar a isto? Como pensarmos este novo tempo?” (Stein, 1991, p. 25). (FENSTERSEIFER, 2001, p. 129, 130)

Acreditamos que a solução para essa inconstância e esses questionamentos se dá no retorno às práticas modernas. Ou seja, voltarmos a nos basear, fundamentalmente, na razão no desenvolvimento da ciência, tendo

como horizonte a própria humanidade. A ciência deve ter compromisso social e critérios humanistas, para diminuirmos a “miséria humana”.

No entanto, as orientações não são essas. Pelo contrário. A regulamentação da pesquisa científica aponta no sentido de estimular e perpetuar as condições desiguais do capitalismo. Esse posicionamento é percebido através das políticas educacionais que regem desde a Educação Básica ao Ensino Superior e à Pós-Graduação. Políticas que seguem modelos internacionais alienantes, que são balizados a partir dos interesses do capital.

Buscamos, então, compreender o problema da produção científica no âmbito da pós-graduação e buscar colaborar na batalha das ideias para sua possível solução.

Cabe lembrar a tensão existente, inicialmente, pela aglutinação da Educação Física na Área 21 da CAPES, dentro da grande Área da Saúde.

No âmbito da comunidade acadêmica da Educação Física, o problema não é considerado como resolvido, tal como pretende a política científica oficial, pois há avaliações de que “estamos” nas ciências da saúde e não “somos” das ciências da saúde, ao menos, não “apenas” das ciências da saúde. Este encaminhamento oficial tem grandes consequências para o campo, pois no interior das ciências da saúde há uma larga hegemonia da lógica das ciências biológicas. Sua forma de produzir conhecimento acaba desconsiderando e, de certa forma, criando obstáculos à relação estreita que este campo estabelece com as ciências humanas e sociais, em especial, com a educação. Acerca desta questão, Mugnaini e Población (2007), ao analisarem a forma como vários campos operam na produção do conhecimento, reforçam a perspectiva de que são diferentes as formas de produzir e validar estes conhecimentos nas diferentes áreas (LAZZAROTTI FILHO et al, 2010, p. 15).

O problema da produção científica da Educação Física já começa por estar localizada na Área da Saúde. Isso devido ao fato de estimular a dicotomia já existente entre as ciências biológicas e as ciências humanas.

Essa dicotomia se destaca quando analisamos o processo de avaliação da pós-graduação. Dentre os 5 critérios utilizados pela CAPES, o único que tem, de fato, significação é o da produção dos professores.

Um programa poderia ter bom desempenho em vários quesitos da avaliação: proposta, infra-estrutura, corpo docente, corpo discente, mas se sua produção intelectual fosse regular, o conceito do programa seria igualmente regular. De forma gradual e até subliminar, instalou-se nas universidades públicas uma versão “adaptada” do “*publish or perish*”, tônica das universidades norte-americanas desde a década de 1960. (CARVALHO e MANOEL, 2007, p. 62)

E nessa árdua “disputa por pontos”, a área das ciências biológicas acaba ganhando muita vantagem. A CAPES se dispõe de uma relação (*ranking*) onde as revistas são classificadas por estratos, e pontuações diferentes. A problemática se dá no sentido de cobrar das duas áreas – com especificidades bem diferentes – a mesma pontuação, visto que a quantidade de revistas é muito maior para as ciências biológicas, tanto no número geral, quanto com maior classificação. O que desfavorece as ciências humanas nessa “disputa”.

Nesse sentido, iniciam-se as várias críticas, a nosso ver pertinentes, acerca dessa classificação das revistas científicas, bem como a avaliação baseada nesse instrumento de quantificação.

Outra falácia, para Schlendlindwein (2009) está na argumentação de que a pressão imposta para publicar é um modo de fazer o pesquisador “prestar contas à sociedade”, ironizando que a “sociedade” não lê artigos científicos. Concorro com o autor, pois para a sociedade interessa o resultado das pesquisas, isto é, aquilo em que a ciência pode “aliviar as misérias humanas”. De fato, o que vemos é a reprodução das misérias humanas na mesma velocidade da produção de “artigos científicos”. É preocupante pensar que para muitos pesquisadores esta tendência é “natural” ou

fruto do desenvolvimento da ciência. Como saída, Schlendlindwein (2009) defende o movimento inverso, que vá na contramão desta ciência aligeirada, propondo um “*slow publishing*” acrescido por ele de “pensar mais, publicar menos e publicar melhor”. (TULESKI, 2012, p. 2)

Podemos observar que essa cobrança é internacional, e a preocupação também é, pois temos pesquisadores sérios interessados no desenvolvimento da sociedade de maneira coerente, não só interessados em “engordar o Lattes” para conseguir ainda mais auxílio das agências de fomento.

Nesta mesma linha, Blattman (2007), a partir da resenha do livro de Lindsay Waters intitulado “Inimigos da esperança: publicar, perecer e o eclipse da erudição” denuncia a lógica capitalista que imprime sua marca na produção científica. A autora denomina de “perversão das universidades” o que se produz a partir das agências de fomento cuja moeda de troca para obtenção de financiamento advém da quantidade de publicação/ano do docente. Isto cria um “sistema desvairado de produção de celebridades” (p. 18, citado por Blattman, 2007, p.1-2), no qual se glorifica a quantidade de publicações ao invés do ensino, investigação e escrita sérios. Com isso se tem um “academicismo vazio emergente, mas cheio de forma na promoção do *status quo* acadêmico (na luta da preservação da própria espécie)” (Blattman, 2007, p.2-3). (TULESKI, 2012, p. 2)

E nesse sentido, temos a produção exagerada do “mais do mesmo”. Escrevem-se as mesmas coisas de maneiras diferentes para publicar em diferentes revistas como “artigos originais”, sem nenhuma reflexão mais profunda, ou sequer relevante no desenvolvimento integral da sociedade.

Pelo viés da ironia crítica, Katchburian (2008) traz reflexões a respeito da crescente produção de lixo acadêmico descartável, gerada por esta exigência maciça de publicação em série, pautada na ideologia de que o “valor”

da pesquisa está dado pela quantidade de acessos ao artigo publicado ou de suas citações em outros artigos. Expõe o jogo que se estabelece de “troca de favores” nas publicações científicas, além da exclusão do que não é publicado em inglês como de “menor valor”. Ironiza a rede de relações que se estabelece e, por conseguinte, os expedientes para elevar o índice de citações, utilizando autocitação ou citando colegas, independentemente da relação com sua pesquisa. (TULESKI, 2012: 2)

Nossa intenção com esse debate é possibilitar uma conscientização da importância da qualificação da pesquisa científica, não acatá-la como está posta, pois seria uma forma de alienação social, como afirma Marx (apud Tuleski, 2012):

Se a ciência hoje se conforma a uma produção em série, a um “fordismo científico”, nada mais atual do que atentarmos para a alienação a que neste contexto estamos submetidos nós, pesquisadores. Marx (1985) destaca que, mesmo quando atuamos cientificamente, estamos sendo também sociais, porque atuamos enquanto homens, como parte do gênero humano. “Não só o material da minha atividade (como o idioma, à mercê do que opera o pensador) me é dado como produto social, senão que minha própria existência é atividade social, porque o que eu trago o trago para a sociedade e com a consciência de ser um ente social” (p.146). Quando nos alienamos disto, também nos alienamos da humanidade que há em nós. Esta luta por uma ciência que “alivie as misérias humanas” é a mesma que se coloca na contramão do processo de alienação da e na ciência, que vem se reproduzindo em benefício do Capital. Deste modo, o lema deve ser: “Publicar menos e com qualidade”, um manifesto pela ciência e pela produção e reprodução ética do trabalho científico. (TULESKI, 2012: 4)

Considerando nosso papel protagonista nessa batalha para a qualificação e o desenvolvimento de uma ciência comprometida com a sociedade e com a diminuição das misérias humanas, apresentamos algumas sugestões identificadas no intuito de tentar melhorar a avaliação e classificação dos periódicos científicos, para serem debatidas e refletidas.

Não defendemos que os professores não tenham que publicar, pelo contrário, pois entendemos que só por meio da publicação é que conseguimos extrapolar as paredes das salas de aula e de palestras, tornando nosso pensamento universal ou, apenas, buscando com que este chegue às comunidades distantes, que interessam (nesse caso, professores e interessados pela Educação Física no Brasil e também no mundo).

No entanto, defendemos que para essa publicação seja garantida a qualidade, ou seja, que o pesquisador tenha formação e maturidade suficientes a ponto de desencadear e transmitir reflexões coerentes e interventivas na sociedade. Priorizando, assim, a qualidade dos conteúdos debatidos, não apenas a quantidade de publicações e em qual estrato os periódicos estão inseridos.

Dessa forma, defendeu-se a diminuição dos pontos exigidos por triênio, para que os professores tenham tempo de se dedicar na qualificação de seus trabalhos em vez de se preocupar em terminar logo, para começar o próximo.

Todos esses aspectos estão interligados, pois todos refletem na preocupação da publicação “a jato” e essa preocupação interfere diretamente na busca pela qualidade.

Outra atitude que pode ser tomada é a separação das revistas das ciências biológicas e das ciências humanas. Ou seja, cada uma compondo um “*ranking*” separado. Dessa forma, as revistas das ciências biológicas não atrapalhariam a maior pontuação das revistas das ciências humanas, pois existem as regras que limitam o número de periódicos por estrato.

A mais importante, portanto, seria a de valorizar a formação do pesquisador autônomo e crítico em seu processo de formação. Ou seja, que seja dada maior relevância à proposta do programa e ao corpo docente e menos à produção intelectual. Dessa forma, estimulando a formação crítica e reflexiva do pós-graduando a ponto de este se apropriar dos clássicos da ciência moderna, estimulando o valor da razão.

Não se pretende com isso, defender uma “flexibilização” dos critérios, pois, como afirma Tani (2007), poderia levar a um “nivelamento por baixo”, mas, sim, critérios que considerem a qualidade dos programas e das publicações e, não, a quantidade de artigos publicados, de citações recebidas e de teses e dissertações defendidas no prazo.

Devemos estimular o debate sobre a Educação Física e sua produção científica em geral, para que não defendamos uma segregação ainda maior entre as áreas (biológica e social), pois assim se configura a especificidade da área e devemos aprender a lidar com essas especificidades de uma área complexa e rica como a Educação Física.

Não temos, no entanto, uma visão romântica e ingênua de que a avaliação será progressista e revolucionária, a partir desse trabalho. Essa foi uma sistematização individual de um problema coletivo, em que chamamos para debate e para levantarmos saídas possíveis para o problema da “miséria da razão” na produção do conhecimento [e na formação] em Educação Física. Levantamos a possibilidade de outros estudos que tratem do tema, buscando uma maior quantidade de autores, fazendo um levantamento generalizado da produção da Educação Física, bem como uma análise aprofundada “do que está por trás dos critérios de avaliação”, ou seja, os documentos que o regulamentam e a “quem” estão vinculados [FMI, Banco Mundial etc.], pois acreditamos que os organismos internacionais de fomento estão articulados aos interesses do capital, ou seja, com a manutenção do *status quo*.

Essas são algumas ideias para pesquisas futuras, pois, como dito, esse é um projeto em andamento que não se esgota nessa pesquisa. Ao contrário, essa é apenas o fruto de primeiras aproximações com o objeto.

Como o movimento pela transformação da sociedade se faz pelos próprios homens, então, não podemos simplesmente acatar o que é definido. A batalha das ideias, nesse sentido é fundamental para dar visibilidade a um movimento contra hegemônico que existe e que deve ganhar força na comunidade acadêmica, a fim de buscar alterações nessa avaliação alienada e alienante a qual nossa ciência está submetida.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Luís Rogério. **A Constituição Histórica da Educação Física no Brasil e os Processos da Formação Profissional**. In: Anais do IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, 2009.

BRACHT, Valter. **A Educação Física Brasileira e a crise da Década de 1980: entre a solidez e a liquidez**. In: Medina, João Paulo S. A educação física cuida do corpo... e “mente”. 25ª edição - rev. e ampl. - Campinas, SP. Papirus, 2010.

BRACHT, Valter, ALMEIDA, Felipe Quintão. **Mapeando o pós-moderno e sua absorção no âmbito da educação (física)**. In: Emancipação e diferença na educação: uma leitura com Bauman. Campinas, SP; Autores Associados, 2006.

CAPES. **Relatório de Avaliação 2007-2009. Trienal 2010**. Disponível em: <http://trienal.capes.gov.br/wp-content/uploads/2011/03/Relatorio-Final-Area-21.pdf> Acesso em: 13/06/2012.

CAPES. **Documento de Área – 2009**. Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/EDU_FIS15out2009.pdf Acesso em: 13/06/2012.

CARVALHO, Yara Maria de; MANOEL, Edison de Jesus. **O Livro como indicador da produção intelectual da Grande Área da Saúde**. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 29, p. 61-73, 2007.

_____. **Pós-graduação na Educação Física Brasileira: a atração (fatal) para a biodinâmica**. Educação e Pesquisa, vol. 37, núm. 2, maio-agosto, pp. 389-406. Universidade de São Paulo, 2011.

CARVALHO, Yara Maria de; MANOEL, Edison de Jesus; NOVAES, Beatriz C. A. Caiuby; GUIRRO, Rinaldo Roberto de J.; BRACHT, Valter. **O Livro na Pós-**

Graduação: uma metodologia para a avaliação do livro. Revista Brasileira de Pós-Graduação, v. 5, n. 10, Brasília, 2008.

CHEVITARESE, Leandro. **As “razões” da pós-modernidade.** In: Análogos. Anais da I SAF-PUC, RJ, 2001.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

EVANGELISTA, João Emanuel. **Crise do Marxismo e Irracionalismo Pós-Moderno.** São Paulo: Cortez, 1992

_____. **Teoria social pós-moderna: introdução crítica.** Porto Alegre. Sulina, 2007.

FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo. **A Educação Física na crise da Modernidade.** Ed.Unijuí, 2001.

HOBBSAWM, Eric J. **A Era do Capital.** Ed. Paz e Terra. 15ª edição, 2009.

HUNGARO, Edson Marcelo. **Modernidade e totalidade – em defesa de uma categoria ontológica.** Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

_____. **A educação física e a tentativa de “deixar de mentir”: o projeto de “intenção de ruptura”.** In: MEDINA, J. P. S. A Educação Física cuida do corpo... e “mente”: novas contradições e desafios do século XXI. 25 ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Papyrus, 2010.

JOB, Ivone; FRAGA, Alex Branco; MOLINA NETO, Vicente. **Invisibilidade das revistas brasileiras de educação física nas bases de dados.** Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação, v. 1, p. 14-26, 2008.

LAZZAROTTI FILHO, Ari; SILVA, Ana Márcia; ANTUNES, Priscilla de Cesaro; SILVA, Ana Paula Salles da; LEITE, Jaciara Oliveira. **O termo práticas corporais na literatura científica brasileira no campo da Educação Física.** Revista Movimento, v. 16, n. 1. Porto Alegre, 2010.

LAZZAROTTI FILHO, Ari; SILVA, Ana Márcia; NASCIMENTO, Juarez Vieira do; MASCARENHAS, Fernando. **Modus operandi da produção científica da Educação Física: Uma análise das revistas e suas veiculações.** Revista da Educação Física/UEM (Online), v. 23, p. 1-14, 2012.

LUKACS, Georg. **Marx e o Problema da Decadência Ideológica.** In: Marxismo e Teoria da Literatura. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1968.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna.** Rio de Janeiro. 12ª edição. José Olympio, 2009.

MARCHLEWSKI, Camila; SILVA, Priscilla Maia da; SORIANO, Jeane Barcelos. **A influência do sistema de avaliação Qualis na produção de conhecimento científico: algumas reflexões sobre a Educação Física.** Motriz, Rio Claro, v. 17, n.1, 2011.

MANOEL, Edison de Jesus. **Breve reflexão sobre a Pós-Graduação na Grande Área da Saúde: Um conto, um mito e um filme.** Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar, v. 17, p. 87-91, 2009.

MÉSZÁROS, István. **Estrutura social e formas de consciência: a determinação social do método.** São Paulo. Boitempo, 2009.

NETTO, José Paulo. Georg Lukács: **Um exílio na Pós-Modernidade.** In: Lukács e a atualidade do marxismo, Maria Orlanda Pinassi e Sérgio Lessa (orgs.). Boitempo. 2002.

PEREIRA, Mozart Silvano. **Em busca da Totalidade Perdida: Crítica do Relativismo Pós-Moderno.** In. Anais do V Encontro Brasileiro de Educação e

Marxismo, 2011. Disponível em:

http://www.5ebem.ufsc.br/trabalhos/eixo_01/e01c_t001.pdf. Acesso em: 17/04/2012.

RODRIGUES, Luiz Oswaldo Carneiro. **Publicar mais, ou melhor? O tamanduá olímpico**. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 29, p. 35-48, 2007.

RODRIGUES, Luiz Oswaldo Carneiro; REZENDE, Nilton Alves de. **O tamanduá olímpico a caminho da obesidade científica**. RevMed Minas Gerais, 2010.

ROUANET, Paulo Sergio. **As Razões do Iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **Mal-estar na Modernidade**. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

SANTIAGO, Silvano. **Posfácio**. In: LYOTARD, Jean-François. A condição Pós-Moderna. 12ª ed. José Olympio, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. Cortez Editora. 3ª Ed. 2001

SILVA, Ana Márcia; LAZZAROTTI FILHO, Ari; SILVA, Ana Paula Salles da. **Divulgação e Apropriação do conhecimento científico: o caso da Educação Física**. Liinc em Revista, v. 7, p. 720-732, 2011.

SOUZA, Eduardo Rumenig; LUZZI, Alexandre; PEREIRA, Benedito. **O Fordismo Acadêmico na Educação Física**. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 32, p. 43-57, 2010.

TANI, Go. **Educação física: por uma política de publicação visando a qualidade dos periódicos.** Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v.29, n. 1, 2007.

TULESKI, Silvana Calvo. **A necessária crítica a uma ciência mercantilizada: a quem servem o publicismo, o citacionismo e o lema “publicar ou perecer”?** Editorial. Psicologia em estudo, v. 14, n. 1. Maringá, 2012.

WOOD, Ellen. **O que é a “agenda pós-moderna”?** In: Em defesa da história: Marxismo e pós-modernismo. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1999.

APÊNDICE

	PROFESSOR	INSTITUIÇÃO	PUBLICAÇÃO	PERIÓDICO	ANO
1	Ana Cristina de David	UNB	O Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação Física da Universidade de Brasília: Projeto, Experiência e Desafios.	Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde, v. 16, p. 261-265.	2011
2	Fernando Mascarenhas	UNB	Modus operandi da produção científica da Educação Física: Uma análise das revistas e suas veiculações.	Revista da Educação Física/UEM (Online), v. 23, p. 1-14.	2012
			O Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação Física da Universidade de Brasília: projeto, experiência e desafios.	Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde, v. 16, p. 261-265	2011
3	Wagner Luiz do Prado	UPE/UFPB	Programa Associado de Pós-Graduação em Educação Física UPE/UFPB.	Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde, v. 15, p. 176-179.	2010
4	Tony Meireles dos Santos	UGF	Reflexões sobre a utilização de indicadores cienciométricos.	Motricidade (Santa Maria da Feira), v. 8, p. 15-22.	2012
5	Benedito Pereira	USP	O Fordismo Acadêmico na Educação Física.	Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 32, p. 43-57.	2010

6	Ana Márcia Silva	UFSC/UFG	Modus operandi da produção científica da Educação Física: Uma análise das revistas e suas veiculações.	Revista da Educação física/UEM (Online), v. 23, p. 20-35.	2012
			Divulgação e Apropriação do Conhecimento Científico: O Caso da Educação Física.	Liinc em Revista, v. 7, p. 720-732.	2011
			Uma Política Científica para a Educação Física ou De Alice e a Toca do Coelho.	Capítulo de Livro. In: Yara Maria Carvalho; Meily Assbu Linhales. (Org.). Política Científica e Produção do Conhecimento. 01 ed. Goiania: Editora da UFG, v. 01, p. 159-171.	2007
7	Mariângela da Rosa Afonso	UFPEL	Trajetória da Pós-Graduação Stricto Sensu na Área da Educação Física. Disponível em: http://www.efdeportes.com/efd162/pos-graduacao-stricto-sensu-na-educacao-fisica.htm	Lecturas Educación Física y Deportes, v. 162, p. 01.	2011
			A articulação do conhecimento pós-graduação/graduação e os possíveis nexos com a formação profissional em Educação Física.	*Capítulo de Livro: In: Hugo Norberto Krug; Flávio Medeiros Pereira; Mariângela da Rosa Afonso,.	2009

				(Org.). Educação Física: formação e práticas pedagógicas. 1 ed. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, v. 1, p. 44-81.	
8	Giuliano Gomes de Assis Pimentel	UEL/UEM	Leituras pós-modernistas nos estudos do lazer.	*Capítulo de Livro: In: PIMENTEL, G. G. A.. (Org.). Teorias do Lazer. 1 ed. Maringá: EDUEM v. 1, p. 103-151.	2010
9	Alfredo Gomes de Faria Júnior	UNIVERSO	CAPÍTULO 28. Pesquisa e Produção do Conhecimento II - Pós-Graduação Lato Sensu..	*Capítulo de Livro: In: Alfredo Faria Junior; Eduardo Vilela.. (Org.). Atlas Histórico e Geográfico do Esporte e Lazer de Niterói.. 1 ed. Niterói: UFF, v. 1, p. 202-205.	2010
			CAPÍTULO 29. Pesquisa e Produção do Conhecimento III - Stricto Sensu..	*Capítulo de Livro: In: Alfredo Faria Junior; Eduardo Vilela. (Org.). Atlas Histórico e	2010

				Geográfico do Esporte e Lazer de Niterói.. 1 ed. Niterói: UFF, v. 1, p. 206-213.	
10	Maria Teresa Cattuzzo	UPE/UEPB	Programa associado de pós-graduação em educação física UPE/UEPB.	Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde, v. 15, p. 176-179.	2010
			Fazer e pensar ciência em Educação Física Livro 1.	*Livro: 1. ed. João Pessoa: Editora Universitária da UEPB, v. 1. 23 p.	2012
11	José Luiz Cirqueira Falcão	UFSC/UEG	A Produção do Conhecimento na área da Educação Física: Realidade e Possibilidades.	*Capítulo de Livro: In: Marcelo Pereira de Almeida Ferreira; Nelson Carvalho Marcellino. (Org.). Brincar, Jogar, Viver: Programa Esporte e Lazer da Cidade. 1 ed. Brasília: Ministério do Esporte, v. II, p. 264-281.	2007
12	Sandra Soares Della Fonte	UFES	Agenda pós-moderna e neopositivismo: antípodas solidários.	Educação & Sociedade (Impresso), v. 31,	2010

				p. 35-56.	
			Revisionismo histórico e o pós-moderno: indícios de um encontro inusitado.	Impulso (Piracicaba), v. 20, p. 83-93.	2010
			Heidegger, o pós-moderno e a educação.	Educação e Realidade, v. 34, p. 191-209.	2009
			Considerações sobre o ceticismo contemporâneo a partir da ontologia e gnosologia marxista.	Educação & Sociedade (Impresso), v. 28, p. 1525-1542.	2007
13	Marcílio Souza Júnior	UPE/UEPB	Programa Associado de Pós-Graduação em Educação Física UPE/UEPB.	Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde, v. 15, p. 176-179.	2010
14	Maria do Socorro Cirilo de Sousa	UPE/UEPB	Programa associado de Pós-graduação em Educação Física UPE/UEPB.	Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde, v. 15, p. 176-179.	2010
15	Amilton da Cruz Santos	UPE/UEPB	Programa associado de Pós-graduação em Educação Física UPE/UEPB.	Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde, v. 15, p. 176-179.	2010
16	Iraquitã de Oliveira Caminha	UPE/UEPB	Programa associado de Pós-graduação em Educação Física UPE/UEPB.	Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde, v. 15, p. 176-179.	2010
17	Pierre Normando Gomes da Silva	UPE/UEPB	Programa associado de Pós-graduação em Educação Física UPE/UEPB.	Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde, v. 15, p. 176-179.	2010

			Malhação: corpo juvenil e imaginário pós-moderno.	*Livro: João Pessoa: Editora Universitária UFPB, v. 1. 167 p.	2010
18	Edison de Jesus Manoel	USP	Pós-graduação na educação física brasileira: a atração (fatal) para a biodinâmica.	Educação e Pesquisa (USP. Impresso), v. 37, p. 389-406.	2011
			Breve reflexão sobre a pós-graduação na grande área da saúde: um conto, um mito e um filme.	Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar, v. 17, p. 87-91.	2009
			O livro na pós-graduação: uma metodologia para avaliação do livro.	RBPG. Revista Brasileira de Pós-Graduação, v. 5, p. 226-249.	2008
			O livro como indicador da produção intelectual na Grande Área da Saúde.	Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 29, p. 61-74.	2007
19	Maria Elisa Caputo Ferreira	UFJF/UFV	Sociedade Pós Moderna, Imagem Corporal e Deficiente Visual: Algumas Considerações.	Benjamin Constant (Rio de Janeiro), v. 42, p. 15-25.	2009
20	Jeane Barcelos Soriano	UEL/UEM	A influência do sistema de avaliação Qualis na produção de conhecimento científico: algumas reflexões sobre a Educação Física.	Motriz : Revista de Educação Física (Online), v. 17, p. 104-116.	2011

21	Carlos Alberto Figueiredo da Silva	UNIVERSO	O Portal da Inovação do MCT e a sinergia entre universidade, empresa e governo no desenvolvimento da educação física. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1807-55092012000100015&script=sci_arttext	Revista Brasileira de Educação Física e Esporte (Impresso), v. 26,n.1, p. 161-169.	2012
			Educação física, desenvolvimento e inovação: o argumento da hélice tríplice.	Motriz : Revista de Educação Física (Online), p. 995-1005.	2010
			Por uma Universidade Empreendedora: o papel da pós-graduação no modelo da hélice tríplice. Disponível em: http://www.efdeportes.com/efd113/universidade-empreededora-o-papel-da-pos-graduacao-no-modelo-da-helice-triplice.htm	Lecturas Educación Física y Deportes (Buenos Aires), v. 113, p. Año 12 - N 113.	2007
22	Vicente Molina Neto	UFRGS	Invisibilidade das Revistas Brasileiras de Educação Física nas bases de dados.	Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação, v. 1, p. 14-26.	2008
23	Vilma Leni Nista-Piccolo	USJT	Editorial: Um Curso de Doutorado em Educação Física. Nova meta da Pós-Graduação.	Integração (São Paulo), v. 1, p. 203-204.	2007
24	Ieda Parra Barbosa	UEL/UEM	Formação Inicial em Educação Física: Uma nova	Movimento (Porto Alegre), v.	2008

	Rinaldi		Epistemologia da Prática.	15, p. 185-207.	
25	Pedro Rodrigues Curi Hallal	UFPEL	Os Programas de Pós-graduação da Área 21: um guia para estudantes e professores (Editorial).	Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde	2011
			A indexação de periódicos no Scielo e a importância para a área 21 (Editorial).	Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde	2010
26	Martim Francisco Bottaro Marques	UNB	O programa de pós-graduação stricto sensu em educação física da universidade de Brasília: projeto, experiência e desafios.	Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde	2011
27	Juarez Vieira Do Nascimento	UFSC	Modus operandi da produção científica da Educação Física: Uma análise das revistas e suas veiculações.	Revista da Educação física/UEM (Online)	2012
28	Valter Bracht	UFES	A educação física escolar como tema da produção do conhecimento nos periódicos da área no Brasil (1980-2010): parte II.	Revista Movimento	2012
			A educação física escolar como tema da produção do conhecimento nos periódicos da área no Brasil (1980-2010): parte I.	Revista Movimento	2011
			O livro na pós-graduação: uma metodologia para avaliação do livro.	Revista Brasileira de Pós-Graduação	2008
			Educação física & ciência: cenas de um casamento	Livro	2007

			(in)feliz.		
			O CBCE e a pós-graduação stricto sensu da educação física brasileira	Capítulo de Livro	2007
29	Luiz Oswaldo c. Rodrigues	UFMG	O tamanduá olímpico a caminho da obesidade científica.	Revista médica de Minas Gerais	2010
			Publicar mais, ou melhor? O tamanduá olímpico.	RBCE	2007
30	Alexandre Fernandez Vaz	UFSC	Richard Rorty e a "agenda pós": críticas, interpretações, redescrições.	Educação em Revista	2011
31	Samuel de Souza Neto	UNESP	O Programa de Pós-Graduação em Educação Física: um estudo de caso.	Capítulo de Livro	2012
			Avaliação da pós-graduação e a formação pedagógica do professor universitário de educação física.	Capítulo de Livro	2011
32	Go Tani	USP	Educação física: por uma política de publicação visando a qualidade dos periódicos.	RBCE	2007
33	Aguinaldo Gonçalves	UNICAMP	Pesquisa em Educação Física no Brasil: Avaliando Avaliações.	Revista Conexões	2008
34	Suraya Cristina Darido	UNESP	A produção científica em pedagogia do esporte: análise de alguns periódicos nacionais.	Revista Conexões	2011
35	Airton José	UFPEL	Programa de Pós-graduação	Revista Brasileira	2011

	Rombaldi		em Educação Física, Universidade Federal de Pelotas.	de Atividade Física e Saúde	
36	Yara Maria de Carvalho	USP	Pós-Graduação na Educação Física Brasileira: a atração (fatal) para a biodinâmica.	Educação e Pesquisa	2011
			O livro na pós-graduação: uma metodologia para a avaliação do livro.	RBPG	2008
			O livro como indicador da produção intelectual na grande área da saúde.	RBCE	2007
			Política científica e produção de conhecimento em Educação Física.	Livro	2007
37	Alberto Carlos Amadio	USP	Consolidação da Pós- graduação stricto sensu da Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo.	Revista Brasileira de Educação Física e Esporte	2007
38	Saray Giovana Dos Santos	UFSC	Política de periódicos nacionais em Educação Física para estudos de revisão/sistemática.	Revista Brasileira de Cineantropometri a & Desempenho Humano	2011
			Reflexões sobre pareceristas de artigos científicos na Educação Física.	Saúde & Transformação Social	2011
39	Wagner Wey	UNIMEP	Educação Física e Produção de	Livro	2009

	Moreira		Conhecimento.		
40	Raphael Mendes Ritti Dias	UPE/UFPB	Programa Associado de Pós-Graduação em Educação Física UPE/UFPB.	Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde	2010
41	Mauro Virgilio Gomes de Barros	UPE/UFPB	Programa Associado de Pós-Graduação em Educação Física UPE/UFPB.	Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde	2010
42	Dagmar Aparecida C. F. Hunger	UNESP	Avaliação da Pós-Graduação e a Formação Pedagógica do Professor Universitário de Educação Física.	Capítulo de Livro: A Educação Física e seus desafios: formação, intervenção e docência..	2011
43	Alex Branco Fraga	UFRGS	Invisibilidade das revistas brasileiras de educação física nas bases de dados.	Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação, v. 1, p. 14-26.	2008
44	Adroaldo Cezar Araújo Gaya	UFRGS	O importante é Publicar A (re) produção do conhecimento em educação física e ciências do desporto nos países de língua portuguesa.	Revista Portuguesa de Ciências do Desporto, v. 10, p. 200-206.	2010
45	Elenor Kunz	UFSC	Contribuições e possibilidades da fenomenologia na construção do conhecimento em Educação física. Disponível em:	Lecturas Educación Física y Deportes (Buenos Aires), v. 148, p. 1-1.	2010

			http://www.efdeportes.com/efd148/construcao-do-conhecimento-em-educacao-fisica.htm		
			A Fenomenologia como fundamentação para o movimento humano significativo.	Movimento (Porto Alegre), v. 15, p. 89-109.	2009
			O pensamento Moderno e a crise na educação física.	Roteiro (Joaçaba), v. 32, p. 07-36.	2008
			Ciências do Esporte, da Educação Física e do Movimento Humano: Prioridades, Privilégios e Perspectivas.	Capítulo de Livro: In: Carvalho, Yara; Linhares, Meily. (Org.). Política Científica e Produção do Conhecimento em Educação Física. 1 ed. Goiânia, Go: Universidade Federal de Goiás.	2007
46	Wanderley Marchi Júnior	UFPR	Por uma sociologia da produção científica no campo acadêmico da Educação Física no Brasil.	Motriz : Revista de Educação Física (Online), v. 17, p. 349-360.	2011
			Produção Científica em Educação Física no Brasil.	Capítulo de Livro: In: José Luis Simões. (Org.). Educação Física, Esporte e	2010

				Qualidade de Vida. 1 ed. Recife: Universitária da UFPE.	
47	Dante de Rose Junior	USP	Pós-graduação como fator de crescimento acadêmico e científico.	Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, v. 21, p. 87-96.	2007
48	Alexandro Andrade	UDESC	Análise epistemológica dos estudos de conclusão de curso nos programas de Pós-Graduação com Doutorado do Brasil.	Fisioterapia em Movimento (PUCPR. Impresso), v. 25, p. 141-151.	2012
49	Luiz Carlos Rigo	UFPEL	Programa de Pós-Graduação em Educação Física Universidade Federal de Pelotas.	Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde, v. 16, p. 168-172.	2011